



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**O PORTUGUÊS BRASILEIRO EM GRAMÁTICAS DE LINGUISTAS**

ANA GABRIELLA BARBOSA SILVA DE AGUIAR

JOÃO PESSOA – PB

2020

ANA GABRIELLA BARBOSA SILVA DE AGUIAR

**O PORTUGUÊS BRASILEIRO EM GRAMÁTICAS DE LINGUISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

**Orientador: Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira**

JOÃO PESSOA – PB

2020

**Catálogo na publicação Seção de Catalogação e  
Classificação**

A282p Aguiar, Ana Gabriella Barbosa Silva de.

O português brasileiro em gramáticas de linguistas / Ana Gabriella Barbosa  
Silva de Aguiar. - João Pessoa, 2020.

146 f. : il.

Orientação: Francisco Eduardo Vieira. Dissertação  
(Mestrado) - UFPB/CCHLA.

UFPB/BC

CDU 81'36(81)(043)

Ana Gabriella Barbosa Silva de Aguiar

## **O PORTUGUÊS BRASILEIRO EM GRAMÁTICAS DE LINGUISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 07 de agosto de 2020

### **MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira (UFPB)

Orientador

---

Profa. Dra. Juliene Lopes Ribeiro Pedrosa (UFPB)

Avaliadora interna

---

Profa. Dra. Margarete Von Mühlen Poll (UFPB)

Avaliadora externa ao Proling

João Pessoa – PB

2020

Este trabalho é dedicado a Saulo, meu amor, e os meus filhos Diana, Guilherme (*in memoriam*) e César.

## AGRADECIMENTOS

Sou grata a todos aqueles que contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação:

À professora Dr<sup>a</sup>. Maria Del Pilar Roca Escalante, por, no início desta jornada, ter me apresentado a História das Ideias Linguísticas, ampliando o meu horizonte rumo à “retrospecção”.

Ao professor Dr. Francisco Eduardo Vieira, orientador desta pesquisa, pelo imenso trabalho prestado para além dos fundamentos da Historiografia da Linguística. Obrigada pela imensa tolerância com o meu ritmo de trabalho e pelo constante confronto em forma de exigência e alerta de melhorias. Não se sai de uma jornada como esta do mesmo jeito que se chegou. Sendo assim, obrigada!

À banca de qualificação e defesa, representada pelas professoras Dra. Juliene Pedrosa e Dra. Margarete Poll, pela leitura atenta do trabalho, apontando sugestões de melhorias que o fizeram crescer e ser mais uma semente dentro dos debates a respeito do português brasileiro.

Aos secretários do Proling, na figura de Ronil e Valberto, por me auxiliar na lida com os processos que permeiam as atividades dos Programas de Pós-Graduação. Os trâmites fluem quando existem pessoas como os senhores, dispostas a destravarem as portas da burocracia.

Aos meus amigos Jana, Rodolfo, Eric, Emny, Cynthia e Lília pela amizade cultivada nas salas e corredores da UFPB, que se estendeu para a vida.

À equipe pedagógica do IE Colégio e Curso, escola em que trabalhei no período desta dissertação, por ter me dado a oportunidade de ser professora e de aprender com outros grandes professores, como Kátia.

A Saulo, meu grande amor, pelo carinho, cuidado, paciência e respeito por cada uma das decisões que tomei ou cogitei tomar. Nesses anos, aprendemos o que é amar é se doar pelo outro.

À minha filha Diana, por me fazer mãe e exigir de mim maturidade na busca por ser uma pessoa melhor.

Ao meu filho Guilherme (*in memoriam*), por me ensinar, nos seus breves dias de vida, que “somos como neblina que aparece e se dissipa”.

Ao meu filho César, por me trazer a alegria de mais uma vez receber, gerar, cuidar e deixar voar mais um filho enviado por Deus.

À minha mãe, por cuidar e me amar todos os dias. Ao meu pai, pela intensa aproximação nos últimos dias. Ao meu irmão, cunhada e sobrinho, pela presença constante mesmo com a distância física.

À minha sogra e ao meu sogro, pelo carinho e cuidado com a nossa família.

Ao santíssimo senhor, Deus trino, que entregou o seu filho em um ato de amor nos convocando à cruz para uma vida sincera em humildade.

## RESUMO

No final da década de 1970 e início dos anos de 1980, a Linguística brasileira empreendeu uma série de trabalhos coletivos com o objetivo de descrever a língua falada no Brasil. Até então, as pesquisas eram raras, pois eram frutos do trabalho de alguns linguistas, filólogos e dialetólogos inseridos em seus contextos locais e institucionais. Dessa época, encontram-se o *Dialeto Caipira*, de Amaral (1920), e o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, de Nelson Rossi (1960-62). Essas primeiras pesquisas abriram caminhos para que, no final dos anos 70 e início dos anos 80, projetos como o *NURC* (Projeto da Norma Urbana Oral Culta) e o *PGPF* (Projeto de Gramática do Português Falado) comessem a desvelar a língua de fato utilizada no Brasil. As sementes desses projetos germinaram, frutificaram e trouxeram frutos das mais diversas espécies. Dentre os frutos, a Linguística brasileira começou a produzir, nas primeiras décadas do século XXI, uma série de gramáticas contemporâneas elaboradas por linguistas. Esses instrumentos, por sua vez, alicerçados nas bases teóricas e metodológicas da ciência linguística, lançaram novas luzes sobre os fenômenos sintáticos, semânticos e discursivos, redimensionando o trabalho metalinguístico até então elaborado pela tradição (FARACO; VIEIRA, 2016). Nesse rol de gramáticas, encontram-se aquelas que legitimam e promovem o português brasileiro enquanto língua autônoma, não apenas como uma variação do português europeu. Desse modo, o presente trabalho se debruça diante das gramáticas do português brasileiro, a fim de investigar o tratamento da norma dentro das gramáticas dos linguistas e as correlações entre a concepção de norma e a noção de português brasileiro defendida dentro desses instrumentos. Para tanto, foram selecionadas as produções de Bagno (2012), Castilho (2014) e Perini (2017), intituladas, respectivamente, *Gramática pedagógica do português brasileiro*, *Nova gramática do português brasileiro* e *Gramática descritiva do português brasileiro*. Desse modo, foram resgatados alguns conceitos atribuídos à norma pela Linguística (COSERIU, 1979; FARACO, 2008; MONTEAGUDO, 2011; RAJAGOPALAN, 2011; BAGNO, 2012) e, após esse resgate, voltou-se à retrospectiva a fim de trazer para o presente os discursos, os debates e os projetos elaborados no passado sobre o português brasileiro. Portanto, esta dissertação está inserida na Linguística Aplicada (LOPES, 2006; MENEZES; GOMES, 2009) com interface na Historiografia da Linguística (KOENER, 1996, 2014; SWIGGERS, 2010; ALTMAN, 2012; BATISTA, 2016). Através da Linguística Aplicada e da Historiografia da Linguística, este trabalho pretende, ao selecionar as gramáticas do PB, observá-las em duas frentes: a primeira, voltada para a análise dos capítulos introdutórios, e a segunda, voltada para os capítulos concernentes à concordância verbal. Observar essas duas frentes possibilita que esta pesquisa tenha uma visão ampla das gramáticas contemporâneas do PB, pois tanto os discursos quanto a materialização do português brasileiro, através do fenômeno sintático da concordância, permitem que se tenha uma compreensão do funcionamento da língua brasileira. Desse modo, os resultados apontam que a concepção de norma presente nas gramáticas impacta a noção de português brasileiro disseminada e promovida dentro dos instrumentos, uma vez que essa noção é transpassada pela seleção de normas advinda do trabalho de gramatização executado pelos linguistas. No caso da concordância verbal, por exemplo, as gramáticas contemporâneas do PB apresentam tanto convergências sobre o comportamento sintático desse fenômeno quanto divergências, que estão intimamente relacionadas com as escolhas teóricas e metodológicas, e com a seleção do *corpus* para o reconhecimento da(s) norma(s) do PB.

Palavras-chave: Gramáticas brasileiras. Norma linguística. Português Brasileiro.

## ABSTRACT

Between the late 1970s and early 1980s, Brazilian linguists developed a series of collective works, all aimed on describing the language that was spoken in Brazil. Before such period, this kind of research was rare; and restricted to the works of linguists, philologists and dialectologists in their own local and institutional contexts. It is possible to mention the following studies from that time: *Dialeto Caipira*, by Amaral (1920), and the *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, by Nelson Rossi (1960-62). These early studies paved the way for projects such as the Cultured Oral Urban Standard Project and the Spoken Portuguese Grammar Project, to begin unveiling the language spoken in Brazil between the late 1970s and early 1980s. The seeds of these projects germinated, fruited and brought to light a variety of results. Consequently, Brazilian linguists began to develop a series of contemporary grammars in the first decades of the 21st century. These instruments were based on the theoretical and methodological bases of linguistic science, which shed new light on the syntactic, semantic and discursive phenomena, resizing the metalinguistic work elaborated by tradition (FARACO; VIEIRA, 2016). Amongst these grammars, there are those that legitimize and promote Brazilian Portuguese as an autonomous language, not just as a variation of European Portuguese. Therefore, the present study focuses on the Brazilian Portuguese grammars, in order to investigate the perceival of the standard Portuguese within the linguists' grammars and the correlations between the concept of standard Portuguese and the notion of Brazilian Portuguese defended within these instruments. For this purpose, the studies of Bagno (2012), Castilho (2014) and Perini (2017) were selected, entitled, respectively, *Gramática pedagógica do português brasileiro*, *Nova gramática do português brasileiro* and *Gramática descritiva do português brasileiro*. Thereby, some concepts attributed to the standard language by Linguistics were rescued (COSERIU, 1979; FARACO, 2008; MONTEAGUDO, 2011; RAJAGOPALAN, 2011; BAGNO, 2012) and, after this rescue, it was returned to retrospection in order to bring to the present the speeches, debates and projects elaborated in the past about Brazilian Portuguese. Therefore, this dissertation is inserted in área of the Applied Linguistics (LOPES, 2006; MENEZES; GOMES, 2009) with an interface in the Linguistics Historiography (KOENER, 1996, 2014; SWIGGERS, 2010; ALTMAN, 2012; BATISTA, 2016). Through Applied Linguistics and Historiography of Linguistics, this research intends, when selecting Brazilian Portuguese grammars, to observe them on two fronts: the first, focused on the analysis of the introductory chapters, and the second, focused on the chapters concerning concordance verbal. Observing these two fronts allows this study to have a view of the contemporary Brazilian Portuguese grammars, as both the discourses and the materialization of Brazilian Portuguese, through the syntactic phenomenon of concordance, allow for an understanding of the functioning of the Brazilian language. In this way, it is concluded that the concept of standard language present in grammars impacts the notion of Brazilian Portuguese disseminated and promoted within the instruments, since this notion is crossed by the selection of standards resulting from the grammatization work performed by linguists. In the case of concordance verbal, for example, the contemporary grammars of Brazilian Portuguese present convergences on the syntactic behavior of this phenomenon, however there are also differences, which are closely related to theoretical and methodological choices, as well as the choice of the corpus for the recognition of the Brazilian Portuguese standard(s).

**Keywords:** Brazilian Grammars; Standard language; Brazilian Portuguese.

## LISTA DE QUADROS

|                                                                                          |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1: Princípios postulados por Eugenio Coseriu (1979).....                          | 25  |
| Quadro 2: Tríade coseriana na perspectiva de Marli Quadros Leite .....                   | 27  |
| Quadro 3: Conceitos de Historiografia da Linguística .....                               | 57  |
| Quadro 4: Trabalhos publicados após a década de 30 sobre o português no Brasil .....     | 72  |
| Quadro 5: Ficha das Gramáticas .....                                                     | 82  |
| Quadro 6: Organização das seções introdutórias e pós-textuais das gramáticas do PB ..... | 83  |
| Quadro 7: Os sumários da gramática de Cunha (2010) e a gramática de Bagno (2012) .....   | 84  |
| Quadro 8: <i>Corpora</i> utilizados nas gramáticas contemporâneas do PB.....             | 95  |
| Quadro 9: Variedades do PE .....                                                         | 103 |
| Quadro 10: Escritores elencados por Bagno (2012) em sua gramática pedagógica .....       | 117 |
| Quadro 11: Paradigma da concordância verbal em Latim, Italiano e Espanhol .....          | 117 |
| Quadro 12: Exemplos elaborados por Perini (2017) para a NGPB .....                       | 118 |
| Quadro 13: A concordância como um fenômeno redundante .....                              | 119 |
| Quadro 14: A redução no PB.....                                                          | 120 |
| Quadro 15: A concordância é variável.....                                                | 122 |
| Quadro 16: O uso do “a gente” no PB .....                                                | 124 |
| Quadro 17: A ordem dos sintagmas e os impactos na concordância verbal no PB .....        | 125 |
| Quadro 18: A posição dos elementos interferindo na concordância verbal .....             | 126 |

## **LISTA DE FIGURAS**

|                                                                                                  |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1: Sentidos para a norma .....                                                            | 38  |
| Figura 2: Principais teorias das gramáticas contemporâneas do PB.....                            | 88  |
| Figura 3: Modo condicional no português padrão e o modo condicional no PB<br>contemporâneo ..... | 122 |
| Figura 4: A concordância é variável no PB.....                                                   | 123 |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|         |                                                           |
|---------|-----------------------------------------------------------|
| GDPB    | Gramática Descritiva do Português Brasileiro              |
| GPPB    | Gramática Pedagógica do Português Brasileiro              |
| GT      | Gramática Tradicional                                     |
| HL      | Historiografia da Linguística                             |
| LA      | Linguística Aplicada                                      |
| NGB     | Nomenclatura Gramatical Brasileira                        |
| NGPB    | Nova Gramática do Português Brasileiro                    |
| NURC    | Projeto da Norma Urbana Oral Culta                        |
| PB      | Português Brasileiro                                      |
| PCdoB   | Partido Comunista do Brasil                               |
| PE      | Português Europeu                                         |
| PGPF    | Projeto de Gramática do Português Falado                  |
| PILEI   | Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idioma |
| PUC     | Pontifícia Universidade Católica                          |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas                         |
| USP     | Universidade de São Paulo                                 |
| VGB     | Vernáculo Geral Brasileiro                                |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. INTRODUÇÃO .....                                                                                                    | 13  |
| 2. NORMA, PRESCRIÇÃO E DESCRIÇÃO LINGUÍSTICA.....                                                                      | 22  |
| 2.1.Os conceitos atribuídos à norma linguística.....                                                                   | 22  |
| 2.2 Os embates entre a descrição da Linguística e a prescrição da tradição .....                                       | 44  |
| 3. O PORTUGUÊS BRASILEIRO: AS DEFESAS DA LITERATURA E DA LINGUÍSTICA.....                                              | 51  |
| 3.1. Os discursos e os projetos em defesa do português brasileiro sob as lentes da Historiografia da Linguística ..... | 51  |
| 3.2. José de Alencar e Mário de Andrade: a defesa da língua brasileira na esfera da literatura.....                    | 60  |
| 3.3. A defesa do PB pela linguística brasileira: breve narrativa historiográfica .....                                 | 67  |
| 4.AS GRAMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DE LINGUISTAS: UMA ANÁLISE .....                                                        | 82  |
| 4.1. As gramáticas do PB: a seleção e a organização desses instrumentos.....                                           | 82  |
| 4.2. A norma linguística nas gramáticas contemporâneas do PB.....                                                      | 92  |
| 4.3. As gramáticas contemporâneas do PB e a relação com a prescrição gramatical: o que dizem os elaboradores? .....    | 100 |
| 4.4. O passado na constituição das gramáticas contemporâneas do português brasileiro .....                             | 107 |
| 4.5. O fenômeno da concordância verbal no português brasileiro: o que dizem as gramáticas dos linguistas? .....        | 112 |
| 5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                                                                            | 135 |
| REFERÊNCIAS .....                                                                                                      | 140 |

## 1. INTRODUÇÃO

No final do século XX e na primeira década do século XXI, eclodiu no mercado editorial uma série de gramáticas elaboradas por linguistas brasileiros (BAGNO, 2012). Embora o título “gramática” suscite em qualquer leitor um certo conhecimento sobre a estrutura do gênero, as gramáticas dos linguistas surgiram portando novos “trajes”, distintos daqueles utilizados pelo modelo greco-latino.

Propondo novas reflexões acerca do complexo fenômeno língua, as gramáticas elaboradas pelos linguistas atenuaram a conflituosa dicotomia de “certo” x “errado” da tradição (FARACO; VIEIRA, 2016). Apresentando uma proposta predominantemente descritivista, esses novos instrumentos abordam as mais diversas realizações linguísticas coletadas, tanto de *corpus* de fala quanto de textos produzidos nas mais diversas instâncias sociais. No rol de instrumentos elaborados com essa perspectiva, encontram-se as gramáticas de Moura Neves (2008), Azeredo (2008), Bagno (2012) e Castilho (2014 [2010]).

Sobre as especificidades das gramáticas contemporâneas produzidas pelos linguistas, algumas conclusões já foram tecidas tanto por parte dos próprios elaboradores quanto por parte daqueles que investigam esses instrumentos enquanto objeto de pesquisa. Castilho (2014, p. 86), comentando sobre a sua *Nova gramática do português brasileiro*, afirma que a sua proposta foge “deliberadamente” do modelo “gramática-lista, que se detém na classificação das expressões”.

Na mesma direção de Castilho (2014), a *Gramática de usos do português*, elaborada por Moura Neves (2014, p. 79), também apresenta uma proposta de gramática que não se detém apenas nas classificações. Segundo a linguista, o objetivo é propor um instrumento que opte por “captar sem capturar, distinguir sem desligar, classificar sem engavetar, enfim, amarrar sem prender as peças que o sistema da língua organiza [...]”. Portanto, embora a *Gramática de usos do português* aborde o comportamento do sistema da língua, essa abordagem não faz com que esse instrumento se volte apenas para questões terminológicas e classificatórias.

Marcos Bagno (2014), tratando sobre as inovações da sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, afirma que a opção pela descrição linguística permite que a gramática pedagógica desvele a “[...] a realidade sociolinguística do português brasileiro contemporâneo [...]” (BAGNO, 2014, p. 50). Desse modo, partindo de um trabalho descritivo, a gramática

pedagógica proposta por Bagno (2014) apresenta as feições da língua brasileira que de fato é usada na fala e na escrita.

Afora os elaboradores das gramáticas, há trabalhos publicados que observaram as especificidades desses instrumentos. Dentre esses trabalhos, destacam-se os apontamentos de Venâncio (2016) a respeito da *Gramática pedagógica do português brasileiro*, de Marcos Bagno (2012). Para Venâncio (2016, p. 110), a gramática de Bagno (2012) apresenta uma série de “expressões consistentes” que “legitimam” o português brasileiro (PB) anunciando, assim, a “emergência de uma língua nova”. Essa “nova língua”, por sua vez, é dentro da gramática de Bagno (2012) reconhecida, legitimada e divulgada.

Zilles (2016, p. 167), analisando a gramática de Castilho (2010), afirma que a proposta do linguista é uma “obra de fôlego”, pois é fruto do trabalho desenvolvido por Castilho (2010), ao longo da sua trajetória como pesquisador e professor. Além disso, Zilles (2016, p. 182) defende que, embora Castilho (2010) intitule a sua obra de “gramática”, para ela sua produção é um “compêndio de linguística”, que une em uma única obra traços de uma gramática descritiva, funcionalista e histórica, mas que rejeita explicitamente o estilo de gramáticas prescritivas.

Observando as gramáticas em uma dimensão mais ampla, Vieira (2016) conclui que as gramáticas tradicionais (GT) foram elaboradas sob uma espécie de “molde”, isto é, um modelo que se perpetuou dentro da GT. Esse modelo, por sua vez, eclodiu com a produção de gramáticas elaboradas entre os séculos V e XIX, mas nasceu como “ramificação dos estudos linguísticos oriundos da filosofia grega clássica e se tornou o mentor teórico-metodológico e socioideológico do que tradicionalmente vem se entendendo por gramática [...]” (VIEIRA, 2016, p. 21). O “molde” que deu forma às gramáticas tradicionais é definido por Vieira (2016) como o “paradigma tradicional de gramatização”.

As gramáticas contemporâneas elaboradas pelos linguistas pretendem romper com o modelo impresso pelo “paradigma tradicional de gramatização” ampliando o trabalho metalinguístico com novas abordagens teóricas e metodológicas diante do fenômeno língua (VIEIRA, 2016). Diante dessas conclusões, esta pesquisa também seleciona esses instrumentos, mas com foco naqueles que explicitamente defendem a existência do português brasileiro. Desse modo, o presente trabalho não apenas investiga as especificidades das gramáticas contemporâneas, mas também evidencia os discursos em defesa do português falado/escrito “além-mar” contidos dentro desses instrumentos.

Para tanto, dentro desse universo, foram selecionadas as obras de Bagno (2012), Castilho (2014) e Perini (2017), intituladas, respectivamente, de *Gramática pedagógica do*

*português brasileiro*, *Nova gramática do português brasileiro* e *Gramática descritiva do português brasileiro*. A seleção dessas gramáticas deu-se pela presença do epíteto “português brasileiro” utilizado nos títulos desses instrumentos.

É notório, conforme já foi mencionado, a relevância desses instrumentos tanto para a ciência linguística brasileira quanto para a produção de instrumentos contemporâneos. No que se refere às gramáticas do português brasileiro, essas não apenas contribuem com a elaboração de novos conceitos e possibilidades de análise, mas militam diretamente na promoção e defesa do português brasileiro. Essa luta, por sua vez, não é nova, mas ganha força no transcorrer das páginas desses instrumentos.

Nesse sentido, este trabalho levanta os seguintes questionamentos a respeito das gramáticas contemporâneas do português brasileiro: *Em que medida a concepção de norma linguística desses instrumentos impacta a noção de português brasileiro defendida nas gramáticas? Se é consenso, dentro dos instrumentos, de que o PB é uma língua autônoma e legítima, até que ponto as três gramáticas desta pesquisa convergem entre si sobre o fenômeno da concordância verbal no português brasileiro? Até que ponto as gramáticas do PB recorrem aos projetos executados no passado pela Linguística brasileira para validar sua existência?*

Desse modo, o presente trabalho visa *investigar o tratamento da norma linguística nas gramáticas do português brasileiro e as correlações entre a concepção de norma e a noção de português brasileiro defendida nesses instrumentos*. Nesse sentido, foram elencados como objetivos específicos desta pesquisa os seguintes pontos:

- analisar as relações estabelecidas entre os conceitos de norma, descrição e prescrição linguística nas gramáticas do PB;
- investigar o tratamento dado à tradição gramatical portuguesa e suas implicações na defesa do português brasileiro nas gramáticas do PB;
- identificar os pontos de convergência e divergência entre esses instrumentos a respeito do fenômeno da concordância verbal no PB.

Nesse sentido, esta pesquisa, ao analisar as gramáticas do português brasileiro, trabalhará em duas frentes no que se refere à análise das gramáticas. A primeira frente focará nos capítulos introdutórios dos instrumentos e a segunda frente visará à análise dos capítulos concernentes ao estudo do fenômeno da concordância verbal. Observando essas duas frentes, este trabalho pretende analisar tanto os posicionamentos dos elaboradores das gramáticas, em

relação à concepção de norma e as relações dessa com a defesa e promoção do português brasileiro, quanto a materialidade do PB retratado na análise do fenômeno da concordância verbal.

Dentre os diversos tópicos gramaticais que poderiam ser tratados nesta pesquisa, a escolha pelo fenômeno da concordância verbal deu-se pela relevância do tema dentro da tradição gramatical em matéria de prescrição linguística, uma vez que as abordagens feitas pelos instrumentos normativos consideram uma série de “casos especiais” que divergem da própria “regra geral” instituída pela tradição. Portanto, o tratamento dado pelas gramáticas normativas sobre a concordância verbal faz desse fenômeno sintático um “terreno movediço”, em que o falante deve “se mover” com cuidado, ao lidar com tais questões.

A título de exemplificação, é pertinente resgatar brevemente os posicionamentos da tradição frente ao fenômeno da concordância verbal. A 13ª edição da gramática de Almeida (1911-1918), publicada em 1961, apresenta 14 (quatorze) “casos especiais” de concordância verbal, afora a “regra geral” de que “o verbo concorda com o sujeito em número e pessoa” (ALMEIDA, 1961, p. 369). A variabilidade de “casos especiais” está intimamente relacionada com a heterogeneidade do fenômeno da concordância. Portanto, para dar conta da complexidade desse fenômeno, a tradição tende a apresentar regras dentro de outras (BAGNO, 2009).

Para ilustrar a estratégia da tradição diante da complexidade da concordância verbal, seguem alguns exemplos retirados da gramática de Almeida (1961) e Bechara (2013). Napoleão Mendes de Almeida (1961, p. 369) argumenta que a expressão “mais de um”, na condição de sujeito, deve permanecer no singular “se não houver reciprocidade da ação”. Entretanto, essa regra não é absoluta, cabendo exceções na prerrogativa do singular. Almeida (1961), com base nos posicionamentos dos filólogos Otoniel Mota (1878-1951), Carlos Pereira (1855-1923) e em “raríssimos documentos da língua”, afirma que o falante tem o aval de deixar o verbo no singular ou no plural.

Outro exemplo relacionado à abordagem dos instrumentos normativos frente ao fenômeno da concordância verbal foi retirado da gramática de Bechara (2003). Embora a *Gramática escolar da língua portuguesa* seja um instrumento mais recente e que incorpora fatos do português contemporâneo, o exemplo cotejado desse instrumento endossa a discussão de que a temática da concordância verbal sempre foi densa e complexa dentro da própria tradição

Evanildo Bechara (2003), ao tratar sobre a concordância do sujeito simples que remete a uma coleção ou grupo, argumenta que nesse caso o verbo deverá manter-se no singular.

Entretanto, Bechara (2003) aponta exceções dentro dessa regra. Para o gramático, “se houver, entretanto, distância suficiente entre o sujeito e o verbo e se quiser acentuar a ideia de plural coletivo, não repugnam à sensibilidade do escritor [...]” (BECHARA, 2003, p. 431). Desse modo, o verbo poderá aparecer no plural, como é o caso do exemplo “Começou então *o povo* a alborotar-se, e pegando do desgraçado cético o *arrastaram* até o meio do rossio e ali, *assassinaram*, e *queimaram*, com incrível presteza [AH]” (BECHARA, 2003, p. 431, grifos do autor).

Perante a densidade do tema e dos meandros que circundam os casos de concordância verbal tratados pela tradição, a temática fomentou e alimentou inúmeros debates acerca do “correto” e do “incorreto” em relação às acomodações entre o verbo e os demais elementos da frase (ALMEIDA, 1961; CUNHA, 2010). Diante da efervescência desses debates, Bagno (2009, p. 102) defende que a concordância verbal “é sem dúvida, o fenômeno linguístico que mais desperta atitudes de discriminação entre os falantes letrados”.

Diante da densidade do tema, a Linguística brasileira desenvolveu ao longo do tempo uma série de trabalhos com o objetivo de investigar o comportamento da concordância verbal no PB. Desse modo, uma das primeiras conclusões obtidas através da análise dos dados é que a concordância verbal no português brasileiro é variável<sup>1</sup>. Logo, a concordância verbal no PB vai mais além do que diz a “regra geral” e dos “casos especiais” das gramáticas prescritivas.

Portanto, esses trabalhos ampliaram o espectro de casos da concordância, uma vez que as regras, até então, eram acessadas via tradição. Portanto, como consequência da variabilidade nos casos, permitiu-se chegar a outra conclusão: a variabilidade da concordância no PB desmonta a crença de que os falantes, inclusive os letrados, fazem a concordância nos moldes da tradição (FARACO, 2008; BAGNO, 2012; CASTILHO, 2017).

Perante a complexidade do fenômeno da concordância verbal apresentada nos parágrafos anteriores e dos recortes estabelecidos nesta pesquisa, este trabalho seleciona esse fenômeno sintático como um dos eixos de análise. Desse modo, ao selecionar a concordância verbal do PB nas gramáticas contemporâneas, esta pesquisa coloca em foco o tratamento e a abordagem desse fenômeno dentro desses novos instrumentos.

Definidos os objetivos e as perguntas de pesquisa, torna-se pertinente desenvolver nesta dissertação um trabalho de natureza qualitativa, pois a pesquisa qualitativa visa

---

<sup>1</sup> Scherre, Naro e Cardoso (2007) apresenta uma lista dos trabalhos desenvolvidos sobre a variabilidade da concordância verbal no português brasileiro. Nessa lista consta as pesquisas de Lemle; Naro (1977); Nicolau (1984); Graciosa (1991); Scherre; Naro (1993, 1997, 1998a, 1998b); Brandão; Vieira (2012); Vieira (2015); Mendes; Oushiro (2015).

compreender [...] “aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA E GERHADT, 2009, p. 32). Logo, ao investigar o tratamento da norma e suas implicações com a concepção de português brasileiro defendida pelos instrumentos, esta pesquisa explora aspectos das gramáticas contemporâneas que compreendem questões não apenas linguísticas, mas também políticas e ideológicas. Nesse sentido, a escolha por uma metodologia qualitativa é coerente com a proposta do presente trabalho.

Sabendo dos objetivos, das perguntas e da natureza deste trabalho, faz-se necessário também situá-lo em uma determinada área do conhecimento, tendo em vista as seleções nele operadas. Desse modo, esta dissertação se insere dentro da Linguística Aplicada (LA), mantendo uma interface com a Historiografia da Linguística (HL). A LA compreende a linguagem como uma prática social situada em um determinado contexto (LOPES, 2006; MENEZES; GOMES, 2009); logo, por natureza, a área tem uma ampla conexão com outros campos do conhecimento.

Portanto, afirmar que este trabalho está inserido na Linguística Aplicada significa compreender as gramáticas contemporâneas do PB como uma prática social elaborada e executada por linguistas com o objetivo de validar e reconhecer a legitimidade do português brasileiro como língua autônoma. Logo, a produção de gramáticas do PB não é um projeto estritamente linguístico, mas é também uma ação política e ideológica de se empreender uma política linguística de promoção e divulgação do português brasileiro através da elaboração de instrumentos linguísticos (SOUSA e ROCCA, 2015).

Logo, o presente trabalho faz uma conexão entre a LA e a HL, mesmo não lidando diretamente com objetos estritamente historiográficos, uma vez que os instrumentos analisados nesta dissertação foram produzidos na contemporaneidade. A interface com a Historiografia da Linguística justifica-se nesta pesquisa através da defesa de Koerner (2014) de que o retorno ao passado favorece uma compreensão ampla do desenvolvimento de uma dada teoria linguística, ou de um determinado pensamento sobre a linguagem. Desse modo, a amplitude retrospectiva alarga a compreensão do linguista sobre a própria realidade do presente.

Se por um lado, esta pesquisa defende as gramáticas contemporâneas enquanto uma prática social, por outro, a perspectiva historiográfica possibilita que este trabalho compreenda como a defesa do português brasileiro foi construída ao longo do tempo através de discursos, projetos e trabalhos desenvolvidos acerca da realidade linguística do Brasil; observando os impactos desses movimentos históricos na legitimação de uma língua

brasileira, bem como na própria elaboração desses instrumentos linguísticos. Sabendo disso, utilizou-se como fundamentação historiográfica as definições e metodologias da HL pautadas em Koerner (1996 [2014]), Swiggers (2010), Bastos e Hana (2015), Altman (2009), Batista (2016), entre outros teóricos.

Diante dessas escolhas, é preciso explicitar a organização deste trabalho. Esta dissertação está estruturada do seguinte modo: primeiramente, no capítulo “Os conceitos atribuídos à norma linguística”, foram apresentadas algumas concepções associadas ao fenômeno da norma linguística. De início, foram ilustradas algumas situações do cotidiano em que a “norma” é explorada, a exemplo das “normas trânsito” e das “normas jurídicas”.

Adentrando no campo da linguística, foram explorados os conceitos de norma tomando com base as perspectivas de Coseriu (1979), Faraco (2008), Monteagudo (2011), Rajagopalan (2011) e Bagno (2012). Coseriu (1979), utilizando a “visão tripartida da linguagem”, ampliou as dicotomias saussurianas adicionando um terceiro componente ao binômio “língua e fala”. Na ótica do linguista romeno, a norma é uma entidade conservadora que inibe as múltiplas manifestações do sistema linguístico no uso, portanto a norma é um componente que impõem restrições ao falante dentro de sua comunidade.

As contribuições de Coseriu (1979) ampliaram significativamente o olhar da linguística sobre o comportamento da língua, da norma e da fala. Após os estudos coserianos, outros autores endossaram as discussões sobre a temática da norma apresentando classificações e diferenciações. Faraco (2008), por exemplo, opta pelos conceitos “norma culta” e “norma curta”. Bagno (2012), por seu turno, adere à terminologia “norma culta”, mas esclarece que existem dois sentidos atrelados a ela, sendo um sentido fincado na tradição gramatical e o outro elaborado pela linguística moderna. Do mesmo modo, outros autores como Rajagopalan (2011) e Monteagudo (2011) também apresentam suas concepções e classificações sobre a norma dentro dos estudos linguísticos.

Após as discussões sobre a questão da norma, no capítulo “Os discursos e os projetos em defesa do português brasileiro sob as lentes da historiografia da linguística”, foram resgatados os debates em defesa da língua brasileira, como também os trabalhos e projetos desenvolvidos pela linguística que culminaram na produção das gramáticas contemporâneas. Esse capítulo retrospectivo é fundamental nesta pesquisa, pois segundo Auroux (1992), todo o saber é fruto de um passado e de um projeto, isto é, de um horizonte de retrospectão e de uma projeção. Desse modo, não é possível compreender as gramáticas do PB sem considerar o passado que as constituíram.

Koerner (2014) e Swiggers (2010) vão definir a historiografia linguística como uma área e uma disciplina que retorna ao passado, não com o objetivo de produzir uma crônica sobre a história da linguística, mas com a perspectiva de conhecer “o curso evolutivo” de um determinado pensamento ou corrente teórica, considerando, por exemplo, os fatores que influenciaram a chegada, a permanência ou até mesmo a rejeição de determinada perspectiva teórica.

Portanto, partindo do princípio de contextualização proposto por Koerner (1996) e considerando as dimensões externas e internas que afetam o objeto histórico em análise (BATISTA, 2016), foram resgatados os discursos em defesa do português brasileiro elaborados ao longo do tempo. Na seção “José de Alencar e Mário de Andrade: uma breve narrativa sobre a defesa da língua brasileira na esfera da literatura”, foram apresentadas as teses de Alencar (1829-1877) e Mário de Andrade (1893-1945) sobre a língua do Brasil e a necessidade de se nacionalizar a literatura brasileira recorrendo aos aspectos linguísticos do português falado no Brasil.

Alencar, nascido em um país recém-independente e imerso no contexto do romantismo, travou intensos debates com os puristas brasileiros e portugueses que condenavam as transgressões de regras da gramática portuguesa exploradas por ele em obras como *Iracema* (1865) e *Diva* (1864). O autor de *O guarani* reagiu às críticas defendendo a nacionalização da literatura brasileira de modo que as produções nacionais explorassem os recursos disponibilizados pela língua portuguesa falada no Brasil, sem as balizas da tradição portuguesa.

Com mais intensidade, Mário de Andrade, no contexto do modernismo, defendeu explicitamente o uso da língua brasileira na literatura nacional. Convencido de que no Brasil não se falava o português europeu, Mário de Andrade iniciou o seu projeto de língua brasileira incorporando nas suas obras, a exemplo de *Macunaíma*, o herói sem nenhum caráter (1928), traços tipicamente advindos fala (CÂNDIDO E CASTELLO, 1996).

Saindo da esfera da literatura e adentrando no campo da linguística, a seção “A defesa do PB pela linguística brasileira: uma narrativa historiográfica” apresenta um rol de trabalhos e projetos desenvolvidos sobre a realidade linguística do Brasil após a década de 1930. Guimarães (1996) subdivide os estudos do português no Brasil em quatro fases e é a partir da segmentação de Guimarães (1996) que este capítulo foi constituído. Além desse autor, a resenha bibliográfica apresentada por Gladstone Chaves de Melo (1981) também foi explorada na elaboração da narrativa historiográfica proposta nesta seção.

Finalizadas as discussões teóricas, o capítulo seguinte é destinado à análise das três gramáticas do português brasileiro. Em um primeiro momento, foram esclarecidas as escolhas e os recortes da pesquisa, e posteriormente analisados dois blocos de textos. O primeiro bloco refere-se aos capítulos introdutórios e o segundo é voltado para os capítulos sobre a concordância verbal. Desse modo, a análise ficou compartimentada em quatro subseções, sendo as três primeiras destinadas ao primeiro bloco de textos e a última destinada às análises da concordância verbal exploradas nas gramáticas do PB.

Portanto, a partir dos capítulos selecionados, foram observados as teorias e os objetivos que sustentam as gramáticas. Investigaram-se também os conceitos de norma presentes nesses instrumentos e as modalidades utilizadas pelos linguistas na gramatização do PB, além das relações das gramáticas contemporâneas com a tradição e a prescrição gramatical, como também a conexão desses instrumentos com os projetos coletivos de descrição do português brasileiro, desenvolvidos entre as décadas de 1970 e 1980 pela linguística.

Em relação ao fenômeno da concordância, foram apresentados os conceitos de concordância verbal presentes nas gramáticas contemporâneas do PB. Comparando os três instrumentos, identificaram-se pontos de convergências sobre a concordância, como, por exemplo, o fato de que esse fenômeno linguístico é variável no PB (BAGNO, 2012; CASTILHO, 2014; PERINI, 2017). Apesar das convergências, os linguistas divergem em alguns aspectos, como a questão do “a gente” no quadro pronominal do PB e os impactos dessa adesão na efetivação da concordância verbal no português brasileiro.

Por fim, o quinto capítulo desta pesquisa contém as conclusões. Nesta seção, é apresentado um balanço com os principais resultados obtidos neste trabalho, considerando os objetivos, as perguntas de pesquisa, as discussões teóricas e a análise das gramáticas do PB. Apontaram-se os avanços e os limites desta dissertação, bem como reafirmou-se a importância das gramáticas contemporâneas do PB para a reflexão dos diversos fenômenos linguísticos, considerando abordagens teóricas e metodológicas fincadas nas balizas da ciência linguística. Seguem ao quinto capítulo as referências de trabalhos explorados na elaboração desta dissertação.

## 2. NORMA, PRESCRIÇÃO E DESCRIÇÃO LINGUÍSTICA

### 2.1. Os conceitos atribuídos à norma linguística

Uma série de situações do cotidiano estão intimamente associadas ao conceito de “norma”. No domínio do trânsito, leis e normas são instituídas a fim de que o fluxo de veículos e pessoas que trafegam ou transitam por esses espaços obedeçam determinadas direções fazendo com que o trânsito flua no cotidiano (BRASIL, 1997)<sup>2</sup>. No campo da religião, normas também são estabelecidas com o objetivo de regular o funcionamento do rito e das celebrações. No âmbito da igreja católica, por exemplo, a celebração da missa é regida por documentos litúrgicos responsáveis por definirem as etapas da celebração. Desse modo, o rito é mantido seguindo a tradição instituída pela igreja ao longo do tempo (ROMA, 2002).

Além dos documentos, as normas também operam em práticas convencionalmente estabelecidas. Em caso de luto e perdas trágicas, é comum a sociedade recolher-se ao silêncio. Não há nenhuma lei que legisle sobre “um minuto de silêncio”, mas essa prática é comum e funciona como uma espécie de norma implícita atuando na sociedade.

No campo do Direito, espaço onde as normas são promovidas e instituídas através de leis, decretos e regulamentos, as chamadas “normas jurídicas” servem como balizas de controle social com o objetivo de atenuar e arrefecer os conflitos, estabelecendo limites entre os indivíduos de uma dada sociedade. Maria Helena Diniz (2009) define a norma jurídica como um dispositivo que delimita a atividade humana dentro da sociedade. Conforme a autora:

A vida em sociedade exige o estabelecimento de normas jurídicas que regulem os atos de seus componentes; são os mandamentos dirigidos à liberdade humana no sentido de restringi-la em prol da coletividade, pois esta liberdade não pode ser onímoda, o que levaria ao caos. As normas do direito visam delimitar a atividade humana, preestabelecendo o campo dentro do qual pode agir. Sua finalidade é traçar as diretrizes do comportamento humano na vida social, para que cada um tenha o que lhe é devido, e dirigir a liberdade no sentido da justiça, estabelecendo, para a vantagem de todos, os marcos das exigibilidades recíprocas, garantindo a paz e a ordem da sociedade (DINIZ, 2009, p. 342).

---

<sup>2</sup> O código de trânsito pode ser consultado a partir do link: <https://detran.to.gov.br/legislacao/outros/codigo-de-transito-brasileiro-ctb/>. Acessado em 09/10/2019

Pelo conceito apresentado pela autora, as normas jurídicas são entidades reguladoras, portanto ditam diretrizes e regras limitando a liberdade dos homens. Essas limitações impostas pelas normas jurídicas, segundo Diniz (2009), têm por objetivo promover a justiça, a paz e a ordem da sociedade. Aprofundando a concepção de “norma jurídica”, a autora esclarece que essas são efetivadas socialmente através das instâncias de poder, ou seja, apenas organismos oficiais podem estabelecer tais normas, bem como legislar sobre elas.

Sobre esse aspecto, Diniz (2009, p. 343) informa que “pode parecer à primeira vista que a norma jurídica se opõe ao poder, mas tal não ocorre, pois sem o poder ela não existe; só é jurídica, na realidade, a norma que for declarada pelo poder”. Isso significa que, no seio de uma dada sociedade, existem instâncias autorizadas capazes de instituir normas com o objetivo de preestabelecer os comportamentos aceitáveis, como também aqueles considerados inaceitáveis dentro da sociedade visando o bem coletivo.

Sejam elas explícitas ou implícitas, as normas atuam na sociedade ocupando diversos espaços. Na esfera do Direito, conforme foi explicitado nos parágrafos anteriores, a ideia de norma enquanto uma entidade reguladora sintetiza uma das noções comumente disseminadas sobre o tema. Compreendida como um parâmetro instituído por agentes autorizados, a norma afeta e regula o funcionamento social.

Se a norma está presente em diversos espaços sociais, como essa entidade funciona em relação às línguas? E em relação à Linguística moderna, como essa ciência compreende a norma? Será que a norma é apenas uma entidade reguladora que interfere no funcionamento da língua? Nos parágrafos seguintes, o foco deste capítulo incidirá exclusivamente no tratamento da norma dado pela ciência linguística; portanto, pretende-se responder aos questionamentos elencados no início deste parágrafo à medida em que essas discussões forem sendo apresentadas.

Para iniciar o percurso conceitual, a primeira proposta a ser apresentada refere-se à ideia de norma defendida por Eugenio Coseriu (1921-2002). Coseriu é um linguista romeno com larga produção acadêmica iniciada nos anos 50. Sua larga produção é fruto da sua trajetória enquanto professor e pesquisador desenvolvida, principalmente, “[...] com base em segura formação acadêmica, haurida na leitura de grandes teóricos da filosofia e da linguagem, desde os gregos, um corpo de doutrina caracterizado por rara unidade de coerência teórica” (UCHÔA, 2018, p. 42).

A proposta de Coseriu (1921-2002) sobre a norma linguística parte da leitura do autor a respeito das dicotomias propostas por Saussure (1857-1913). O binômio “língua x fala” é ressignificado por Coseriu (1979) através da noção “tripartida na realidade unitária da

linguagem”<sup>3</sup> (COSERIU, 1979). Para Eugenio Coseriu (1979), o fato de Saussure (1857-1913) não ter completado a sua proposta teórica devido ao seu falecimento precoce em 1913 fez com que as dicotomias do mestre genebrino ficassem de certo modo inconclusas, permitindo, posteriormente, uma série de interpretações divergentes sobre o funcionamento da língua e da fala pelos estudiosos pós-saussurianos.

Na perspectiva de Coseriu (1979), existem várias “pistas” no “Curso de Linguística Geral” que o fez acreditar na possibilidade de que a tese saussuriana caminhava em direção ao conhecimento da norma linguística. Contudo, antes de apresentar a proposta de Coseriu (1979), convém resgatar as dicotomias do mestre genebrino apresentadas em seu curso. Após essa breve explanação, a perspectiva de Eugenio Coseriu sobre a norma linguística será apresentada no decorrer deste capítulo.

A língua para Saussure (1857-1913) é um sistema homogêneo de signos, socialmente convencionada pela comunidade, não tendo o falante a capacidade de individualmente modificá-la. Além da dimensão social, a perspectiva saussuriana abarca a dimensão psíquica e também fisiológica da língua. Nas palavras do mestre genebrino (2012):

Mas o que é língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotada pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomado em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade (SAUSSURE, 2012, p. 17).

No outro polo, em oposição à língua, encontra-se a fala. Para Saussure (2012), esta entidade é um “ato individual da vontade e inteligência do falante” (SAUSSURE, 2012, p. 45). Nesse sentido, para Saussure (2012, p. 28), “nada existe, portanto, de coletivo na fala; suas manifestações são individuais e momentâneas”. Diante dessas duas distinções, a proposta saussuriana, optará pelo estudo da língua em detrimento da fala, pois inter-relacionar esses dois componentes, na época, não era possível e nem viável de se efetivar. Sobre essa questão, Saussure (2012) apresenta o seguinte argumento:

---

<sup>3</sup> O título “Possibilidade duma distinção tripartida na realidade unitária da Linguagem” é uma subseção do capítulo “Sistema, norma e fala” do livro “Teoria da linguagem e linguística geral”, de Eugenio Coseriu (1979). “Sistema, norma e fala” é um dos clássicos capítulos utilizados como ponto de partida para o estudo sobre “norma linguística” desenvolvido pela linguística moderna.

Por todas essas razões, seria ilusório reunir, sob o mesmo ponto de vista, língua e fala. O conjunto global da linguagem é incognoscível, já que não é homogêneo, ao passo que a diferenciação e subordinação propostas esclarecem tudo. Essa é a primeira bifurcação que se encontra quando se procura estabelecer a teoria da linguagem. **Cumpra escolher entre dois caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo; devem ser seguidos separadamente.** Pode-se, a rigor, conservar o nome de Linguística para cada uma dessas duas disciplinas e falar duma linguística da fala. Será, porém, necessário não confundi-la com a Linguística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua (SAUSSURE, 2012, p. 28, grifos nossos).

Ao conceituar língua e fala, e colocá-las em oposição, Saussure (2012) afirma que a linguística “propriamente dita” optaria pela língua como objeto de estudo em detrimento da fala. A partir dessa dicotomia saussuriana, Coseriu (1979) aposta na hipótese, conforme já foi mencionado, de que a maturidade dos estudos saussurianos chegaria na ideia da norma. Desse modo, o par “língua x fala”, na ótica coseriana, não é compreendido como duas entidades em oposição, mas língua e fala são componentes intimamente relacionados. Desse modo, para o linguista romeno, a língua não deveria ser priorizada em detrimento da fala.

Ao passo que, na perspectiva do mestre genebrino, a língua é o objeto da Linguística, pois sua natureza sistemática é passível de análise, na perspectiva coseriana, a fala, apesar da sua natureza caótica, apresenta certos padrões de regularidade que não dependem apenas da vontade individual do falante. Partindo dessa primícia, Coseriu (1979) estabelece cinco princípios sobre a natureza da língua e da fala. Esses, por sua vez, estão explanados no quadro 1:

Quadro 1: Princípios postulados por Eugenio Coseriu (1979)

| Princípio | Conceituação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1.        | As eventuais distinções e oposições devem ser estabelecidas em primeiro lugar na realidade concreta da linguagem, ou seja, no falar.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| 2.        | Ao <b>falar</b> como tal não se pode opor como realidade distinta a <b>língua</b> ; já que ela está presente no próprio falar e se manifesta concretamente nos atos linguísticos; termos como <b>língua</b> e <b>fala</b> não designam seções autônomas, nem sequer “maneiras de apresentar a língua”, mas sim diferentes pontos de vistas, ou seja, maneiras de encarar o fenômeno linguístico, distintos graus de formalização da mesma realidade objetiva.                                                                                                                                                                                                                                                |
| 3.        | Adotado o critério dos distintos graus de abstração, haverá que reconhecer e nomear as diferenciações que se destaquem, sem procurar reduzi-las aos moldes da famosa dicotomia.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| 4.        | O plano em que se tem que fazer as distinções é o plano da “conformação” da linguagem, o plano no qual se considera como se manifesta esse fenômeno; e não o plano de sua essência, de sua realidade intrínseca, que é um plano de unificação e síntese, não da diferenciação e análise; o ponto de vista das determinações externas da linguagem será considerado em segundo lugar, como caracterização ulterior do estabelecido no plano já citado: será considerada particularmente a determinação indivíduo-coletividade (um-muitos), e não as determinações físicas e psíquicas (em cujo campo não se estabelecem relações múltiplas do tipo das que nos interessam, mas outras, estritamente binárias, |

|    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|    | relações gerais da forma e conteúdo; som-significado, material-imaterial, articulação-impulso expressivo); mas o elemento social será comprovado no próprio falar individual, abandonando-se toda a oposição fictícia entre um “indivíduo-social” e uma sociedade “extra-individual”.                                                                                                                                                                                                                                                              |
| 5. | Alguns conceitos com os quais se identifica a “língua” ficam eliminados da nossa consideração pelo estabelecido em 4; assim, o conceito de “acervo linguístico”, que é um conceito psicológico e, portanto, pertence antes à psicologia da linguagem que à linguística propriamente dita; mas mesmo entre certos conceitos efetivamente linguísticos, como “uso linguístico duma comunidade” e “sistema funcional”, há uma nítida diferença de plano abstrativo: justamente a distinção que pretendemos estabelecer entre <b>norma e sistema</b> . |

Fonte: Coseriu (1979, p. 36, grifos do autor)

Em síntese, os cinco princípios de Coseriu (1979) estão estruturados nos seguintes eixos: as distinções entre a língua e fala não podem ocorrer no nível da abstração, mas no emprego concreto da linguagem, isto é, no falar. Nesse sentido, língua e fala não devem ser empregadas em oposição, uma vez que a “língua está presente no próprio falar”. Associado a isso, a proposta de Coseriu (1979) defende ainda a minimização das dicotomias no tratamento dos fenômenos linguísticos, além de considerar aspectos sociais da língua observando o componente da fala individual e abandonando o binômio “indivíduo-social”.

Logo, partindo dos princípios apresentados no quadro 1 e da releitura dos fundamentos do *Curso de Linguística Geral*, Eugenio Coseriu (1979) argumenta que, apesar de existir um sistema linguístico<sup>4</sup>, compreendido pela teoria saussuriana como uma abstração, existe também um *sistema normal* entendido por ele como uma “abstração intermediária”, atuando do mesmo modo que o sistema abstrato e formal da língua. Nas palavras do teórico:

Naturalmente, não pretendemos que em Saussure e na linguística estritamente saussuriana se encontra já o conceito de **norma** explicitamente oposto ao conceito de sistema. Parece-nos apenas que o conceito de **língua** como sistema abstrato de oposições funcionais implica o desenvolvimento do conceito de norma (abstração intermediária) e que no próprio Saussure se podem encontrar as premissas para a estruturação desse conceito, e também notáveis sugestões sobre a sua natureza (COSERIU, 1979, p. 50, grifos do autor).

A concepção coseriana sobre “língua, norma e fala” é didaticamente esclarecida por Marli Quadros Leite (2005) em um quadro ilustrativo. Na ótica de Leite (2005), Eugenio Coseriu (1979) compreende a “norma linguística” como uma entidade conservadora, coletiva e imposta ao falante de uma dada comunidade linguística, ao passo que o sistema é uma

<sup>4</sup> A leitura de Coseriu (1979) sobre a definição de língua presente no *Curso de Linguística Geral* o leva a defesa de que a doutrina saussuriana apresenta três definições de língua: 1 – A língua como um “acervo linguístico”; 2 – A língua como uma instituição social; 3 – A língua como um sistema funcional.

entidade extraída da pura abstração teórica e a fala, por sua vez, é uma realidade concreta. No quadro 2, consta a leitura de Marli Quadros Leite (2005) sobre a tríade coseriana (1979):

Quadro 2: Tríade coseriana na perspectiva de Marli Quadros Leite

| Sistema                                                                                                                                                         | Norma                                                                                                                                                                                                                                         | Fala                                                               |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| Compõe-se de entidades muito gerais e abstratas, realizáveis de diferentes modos, todos igualmente válidos, entre os quais é possível e facultativa de escolha. | Tem índole consultiva. Conjunto estruturado de entidades reais, prescritivas. ISTO e NÃO AQUILO. É a realização coletiva do sistema. O que se disse tradicionalmente se diz numa comunidade. Não é estática, mas conservadora por excelência. | Realidade concreta que conhecemos, porque com ela nos comunicamos. |

Fonte: Leite (2005, p. 188)

Na leitura de Leite (2005), a norma linguística proposta por Coseriu (1979) é um componente prescritivo, coletivo e de natureza conservadora. Já o sistema, por sua vez, é uma “entidade de natureza abstrata” (LEITE, 2005). Coseriu (1979) argumenta que o sistema apresenta um “conjunto de liberdade”, isto é, um conjunto de combinações que o falante dispõe, sendo ele livre para utilizar tais combinações, desde que essas respeitem os limites do sistema. Para explicar o “conjunto de liberdade”, o linguista romeno propõe uma analogia entre o funcionamento do sistema e a relação do pintor com a tela. Nas palavras de Coseriu (1979):

Se nos é permitida uma analogia, diríamos que o sistema não se impõe ao falante mais do que a tela e as cores se impõem ao pintor: o pintor não pode ultrapassar a tela e não pode empregar cores que não tem, mas dentro dos limites da tela e no emprego das cores que possui, sua liberdade expressiva é absoluta. Poderíamos dizer, pois, que, mais que impor-se ao indivíduo, o sistema se lhe oferece, proporcionando-lhe os meios para a sua expressão inédita, mas ao mesmo tempo, compreensível, para os que utilizam o mesmo sistema (COSERIU, 1979, p. 74).

O “conjunto de liberdade” refere-se à capacidade do falante de dispor dos diversos recursos oferecidos pelo sistema utilizando-os dentro dos parâmetros e limites do próprio sistema, uma vez que, comparando-o ao trabalho do pintor, esse tem a liberdade artística de criar dentro dos limites da tela e das cores disponíveis. Por outro lado, o que limita o falante restringindo a sua “liberdade” e, conseqüentemente, a liberdade do sistema, é a norma linguística. Nas palavras do autor:

O que, na realidade, se impõe ao indivíduo, limitando sua liberdade expressiva e comprimindo as possibilidades oferecidas pelo sistema dentro de marco fixado pelas realizações tradicionais, é a **norma**. A norma é, com

efeito, um sistema de realizações obrigadas de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade. Dentro da mesma comunidade linguística nacional e dentro do mesmo sistema funcional é possível comprovar várias normas (linguagem familiar, linguagem popular, língua literária, linguagem erudita, linguagem vulgar, etc.), distintas sobretudo no que concerne ao vocabulário, mas amiúde também nas formas gramaticais e na pronúncia: assim, o sueco tem uma pronúncia literária e erudita e uma pronúncia usual e corrente; e no próprio Rio da Prata há ainda quem considera norma do falar erudito (discursos solenes, aulas universitárias, etc.) a pronúncia castelhana de **ce, ci, z, ll, y** (COSERIU, 1979, p. 74, grifos do autor).

Em síntese, a norma limita a liberdade do falante, uma vez que ela impõe restrições sociais e culturais. Tais restrições variam de comunidade para comunidade, de modo que não é possível, na perspectiva de Coseriu (1976), elencar uma única norma atuando no sistema da língua. Para o linguista, sua natureza é múltipla, podendo, inclusive, dentro de uma mesma comunidade, coexistir diferentes normas linguísticas. Para exemplificar o controle da norma sobre sistema da língua, Coelho, Monguilhot e Severo (2014) apresentam exemplos sobre a produtividade do sistema linguístico e as imposições da norma sobre o “conjunto de liberdade”. Nas palavras dos linguistas:

Um bom exemplo dado por Coseriu de produtividade no sistema refere à formação de palavras. Existem como formas virtuais muitas possibilidades de derivação, embora algumas das formas possivelmente não existam na norma, apenas no sistema. No sistema do espanhol, por exemplo, todos os nomes derivados de verbo podem admitir derivações em -miento e em -ción, bem como todos os verbos podem admitir formas em -izar e os abstratos em -idad, independentemente de sua norma (COELHO, MONGUILHOTT E SEVERO, 2014, p. 55).

Para Coelho, Monguilhot e Severo (2014), o sistema linguístico possibilita a formação de palavras, contudo a norma, conservadora, prescritiva e impositiva, não permite que todas essas construções se efetivem no uso. Segundo os autores, essas inúmeras palavras até podem existir na abstração do sistema, mas não existem no uso efetivo da comunidade. Para exemplificar o controle da norma sobre o sistema da língua, segue o caso da voz passiva na língua portuguesa.

Na língua portuguesa, existe a construção de verbos na voz passiva analítica (verbo “ser” + particípio passado do verbo principal) conforme o exemplo: “a. Paulo amava a Maria /a’ Maria era amada por Paulo”. Todavia há verbos transitivos diretos que não obedecem a essa liberdade do sistema da língua portuguesa, como o verbo *preocupar*. Desse modo, expressões como: “b. O João preocupa o pai/ b’ \*O pai é preocupado pelo João” até podem

existir na virtualidade do sistema da língua, mas tal construção não ocorre no uso [\*O pai é preocupado pelo João] (NEGRÃO, SCHER E VIOTTI, 2017, p. 101).

Nota-se que a expressão “b’ \* O pai é preocupado pelo João”, apesar de obedecer a estrutura do sistema (verbo “ser” + particípio passado do verbo principal), tendo, inclusive, o verbo “preocupar” como transitivo direto, tal construção não é percebida no uso. Desse modo, a norma inibe essa expressão na fala dos brasileiros, embora a estrutura adeque-se ao que estipula o sistema da língua.

A relação entre a virtualidade do sistema e a materialização da norma linguística, conforme estabelece a proposta de Coseriu (1979), necessita de algumas ponderações. Embora o teórico amplie as dicotomias saussurianas “langue” e “parole”, aderindo ao conceito de norma enquanto uma entidade conservadora e que limita a realização do sistema, é importante destacar que tais interdições não ocorrem exclusivamente por efeito da norma.

As restrições impostas ao sistema da língua não estão exclusivamente associadas ao efeito da norma. Tais restrições têm ligações com regras linguísticas e extralinguísticas que governam determinadas combinações e não outras. A fonêmica, por exemplo, compreende que uma cadeia sonora é organizada obedecendo uma série de princípios; logo, esses princípios<sup>5</sup> acionam possibilidades de combinações sonoras em uma dada língua. Sobre esse aspecto, Silva (2008) esclarece que as línguas variam nutrindo-se do inventário sonoro disponível e da organização da estrutura silábica. Nas palavras da autora:

A organização da cadeia sonora da fala é orientada por certos princípios. Tais princípios agrupam segmentos consonantais e vocálicos em cadeia e determinam a organização das sequências sonoras possíveis de uma determinada língua. Falantes possuem intuição quanto às sequências sonoras permitidas e excluídas em sua língua. Consideremos um exemplo concreto do português. Mesmo sem sabermos o significado de uma palavra “sali” sabemos que a cadeia de segmentos é possível de ocorrer em uma palavra em português. Portanto, falantes do português interpretam “sali” como sendo uma palavra possível do português. Entretanto, a palavra “spali” é interpretada como uma palavra estrangeira para falantes do português. Claro que se lançarmos um sabonete no mercado com o nome “spali” os falantes do português serão capazes de pronunciar este nome: “spali”. Contudo, os falantes farão as devidas alterações na sequência sonora para que esta palavra adeque-se aos princípios de organização da cadeia sonora do português. Assim, um “i” será inserido antes do “s” inicial porque a língua portuguesa não permite “s” seguido de outra consoante em início de palavra (SILVA, 2008, p. 117).

<sup>5</sup> Os princípios que governam a fonêmica afirmam que “os sons tendem a ser modificados pelo ambiente”, “os sistemas sonoros tendem a ser foneticamente simétricos”, “os sons tendem a flutuar” e “sequências características de sons exercem pressão estrutural na interpretação fonêmica de segmentos suspeitos ou sequências de segmentos suspeitos” (SILVA, 2008, p. 119, 122-124). Desse modo, esses elementos possibilitam ou restringem determinadas combinações na cadeia sonora de uma língua.

Para Silva (2008), o inventário fonético disponível, a organização da estrutura silábica, a disposição dos segmentos consonantais e vocálicos e as relações desses com os segmentos adjacentes afetam diretamente o comportamento da cadeia sonora. Os falantes têm intuição a respeito do comportamento da cadeia sonora da sua língua, por isso, segundo Silva (2008), a palavra “sali”, diferentemente de “spali”, é possível na cadeia sonora da língua portuguesa. Ao passo que “spali”, embora possa ser pronunciada por um falante português, será reconhecida pelo falante como uma palavra estrangeira, pois a sua organização sonora não corresponde à organização da língua portuguesa.

No nível morfossintático, regras também atuam na construção de vocábulos, permitindo determinadas combinações e suprimindo outras. Para exemplificar, as sequências”<sup>6</sup> “s + a + bel”, “livros + os”, “os + alunas” não são possíveis de serem concretizadas na língua portuguesa, pois a regra define “que as desinências de número ocorram depois das desinências de gênero (quando houver), e que essas ocorram após os morfemas lexicais (bel + a + s)”. Morfologicamente, no caso dos artigos, a regra delimita que eles ocorram antes dos substantivos, ou que “seja possível intercalar outros elementos entre o artigo e o substantivo (os [bons] livros) (MARGOTTI; MARGOTTI, 2011, p. 19).

Além das regras que governam a constituição dos vocábulos no nível morfológico, há os chamados “bloqueios” que inibem a formação de uma ocorrência na língua no mesmo ambiente morfológico, como o caso do “-ção”<sup>7</sup> bloqueando o “-mento”, no qual a palavra “realização” é possível, mas “realizamento” não se efetiva na língua portuguesa.

No nível sintático, a falante é capaz de reconhecer intuitivamente<sup>8</sup> sequências que são possíveis em sua língua, mesmo que esse não tenha recebido instrução formal. Isso acontece porque os constituintes se organizam no interior da sentença obedecendo a uma hierarquia e não uma linearidade organizada aleatoriamente. Por isso, a sentença [O menino comprou uma

---

<sup>6</sup> Exemplos retirados de Margotti; Margotti (2011).

<sup>7</sup> Estes exemplos foram retirados de Resende (2019, p. 3), com base em Aronoff (1976).

<sup>8</sup> A intuição do falante está diretamente associada com a ideia de “competência linguística” disseminada pelo gerativismo. Segundo Kenedy (2017, p.133-134), a competência refere-se “ao conhecimento linguístico inconsciente de que o falante possui sobre a sua língua e que lhe permite essas intuições é o que denominamos *competência linguística* – o conhecimento interno e tácito das regras que governam a formação das frases da língua. A competência linguística não é a mesma coisa que o comportamento linguístico do indivíduo, aquelas frases que de fato uma pessoa pronuncia quando usa a língua. Esse uso concreto da língua denomina-se *desempenho linguístico* (também conhecido por *performance* ou, ainda, *atuação*) e envolve diversos tipos de habilidade que não são linguísticas, como atenção, memória, emoção, nível de estresse, conhecimento de mundo, etc.”

bicicleta nova com a mesada]<sup>9</sup> é possível na língua portuguesa, ao passo que a frase [\*A comprou uma menino nova o com bicicleta mesada] não é válida na língua.

A inviabilidade da segunda sentença, isto é, a sua agramaticalidade ocorre porque “nossa competência linguística nos informa que não é possível juntarmos um item lexical como *a* a outro como *comprou*, para formar um constituinte superior. Da mesma forma, a palavra *bicicleta* não pode formar um constituinte sintático com *mesada*” (NEGRÃO, SCHER, VIOTTI, 2003, p. 89, grifos dos autores). A impossibilidade de conectar constituintes no interior da sentença está relacionada com a organização hierárquica que rege a sintaxe da língua, conforme pontua os autores:

Em resumo, as sentenças das línguas naturais não são formadas por sequências lineares de itens lexicais. Elas são formadas a partir da estruturação hierárquica dos seus constituintes, em que palavras são agrupadas em sintagmas e sintagmas são agrupados em sintagmas mais altos, até que se chegue ao nível da sentença. Nossa competência linguística nos permite ter intuições sobre o modo de estruturação das sentenças em línguas naturais. Entretanto, muitos fatos linguísticos, vários dos quais de natureza eminentemente sintática, podem nos ajudar a corroborar nossas intuições sobre a estrutura de constituintes da nossa língua (NEGRÃO, SCHER, VIOTTI, 2003, p. 89).

Os exemplos mencionados nos parágrafos anteriores esclarecem e ponderam a defesa de Coseriu (1979) de que é a norma linguística a responsável por inibir a manifestação do sistema nos usos de uma dada comunidade. Observando o nível fonológico, morfológico e sintático, as exemplificações apresentadas demonstram que regras e princípios atuam no controle do sistema linguístico possibilitando que determinadas combinações ocorram, ao passo que outras não, mesmo que tais combinações sejam até possíveis no nível da abstração e na virtualidade do sistema, mas não se efetivam nos usos.

Embora o modelo coseriano impute à norma a responsabilidade de frear o sistema linguístico, as conclusões de Eugenio Coseriu (1979) modificaram toda a compreensão da língua e da fala até então disseminada pela teoria saussuriana. Esses dois componentes, vistos em polos separados, passaram a ser analisados considerando as interferências da norma. A partir das noções de Coseriu (1979), outros linguistas também apresentaram novas concepções sobre a temática, ampliando e atribuindo outros significados para além da ideia de norma enquanto uma entidade conservadora e prescritiva.

---

<sup>9</sup> Exemplos retirados de Negrão, Scher, Viotti (2003).

A proposta de Monteagudo (2011), por exemplo, subdivide a norma em duas categorias. O teórico estabelece a existência de uma “norma objetiva” e uma “norma prescritiva”. A norma prescritiva, para Monteagudo (2011), apresenta semelhanças com a concepção de norma de Coseriu (1979), no sentido de que ela é compreendida enquanto um dispositivo de controle do sistema linguístico.

Coseriu (1979), embora identifique a natureza impositiva da norma, não esclarece os fatores que afetam esse comportamento. Contudo, Monteagudo (2011) defende que a norma prescritiva é exercida através de instâncias sociais e das ideologias presentes nessas instâncias, sendo elas responsáveis por definir os usos corretos e incorretos na língua. Tais normatizações aparecem abonadas em gramáticas, dicionários e livros didáticos. Na definição do autor, a norma prescritiva pode ser caracterizada do seguinte modo:

Esta noção implica a vigência de determinados códigos de comportamento entendidos como conjuntos de regras imperativas, instruções e recomendações contidas num corpus metalinguístico (gramáticas, dicionários, livros didáticos e outros textos), portanto explícitas. É uma noção que remete ao normativo, ao que se aconselha ou impõe como “correto” e – correlativamente, ao que se recomenda como “aconselhável”, se tolera como “admissível”, se exclui como “desaconselhável” ou se condena como “incorreto” – em nome de alguma doutrina e códigos autorizados, define a variedade padrão (MONTEAGUDO, 2011, p. 41).

A norma linguística prescritiva, na perspectiva de Monteagudo (2011), é um corpo de regras e recomendações estipuladas em um cabedal de instrumentos metalinguísticos elaborados com o objetivo de controlar os usos e, conseqüentemente, ditar determinados tipos de comportamentos linguísticos. A norma prescritiva dita um corpo de doutrinas responsáveis por definir e fixar a variedade padrão de uma determinada língua. O sistema educativo tem um papel fundamental no fomento e na perpetuação dessa norma, uma vez que o sistema é responsável por didatizar e disseminar a norma prescritiva (MONTEAGUDO, 2011).

Em oposição à concepção de norma prescritiva instituída por um corpo de instrumentos metalinguísticos, Monteagudo (2011) aponta para a noção de “norma objetiva ou “norma usual”. Essa “norma objetiva” está relacionada com aquilo que é comum e costumeiro dentro de uma dada comunidade linguística. Nesse sentido, a norma objetiva seria fruto dos usos da comunidade e não fruto de uma imposição regida por instrumentos tais como gramáticas e dicionários. Nas palavras do teórico, a “norma objetiva” pode ser definida do seguinte modo:

Norma objetiva ou norma usual: todo (sub)sistema linguístico se define pela presença, frequência e pautas de distribuição, segundo certos parâmetros, de determinado conjunto de traços, por uma norma objetiva inerente e constitutiva, que tem caráter implícito e que se manifesta no uso. Nesse sentido, pois, a noção de norma remete às pautas observáveis na atividade linguística de dado grupo social ou numa situação comunicativa determinada. Por conseguinte, toda variedade linguística é definida por uma norma inerente, sua norma objetiva (MONTEAGUDO, 2011, p. 41).

Ao passo que a norma prescritiva é explicitamente reguladora formada por um conjunto de regras, a norma objetiva, na perspectiva de Monteagudo (2011), surge implicitamente no uso, ou seja, está intimamente ligada às variedades linguísticas. Desse modo, cada variedade terá uma norma objetiva em sua natureza. Portanto, para Monteagudo (2011), enquanto a norma prescritiva é impositiva e regulada através de instâncias autorizadas, a norma objetiva surge no curso da interação entre os falantes.

Rajagopalan (2011) também apresenta uma definição para a “ norma linguística”, embora opte por não utilizar a expressão “norma”, mas sim a terminologia “regra”. Partindo do conceito de Searle de “regras constitutivas” e “regras reguladoras”, Rajagopalan (2011) compreende as regras reguladoras como aquelas impostas à língua por alguma autoridade. Desse modo, elas são arbitrárias, pois são definidas por critérios não especificamente linguísticos.

A título de ilustração, é possível citar, por exemplo, o projeto de lei 1676/1999<sup>10</sup>, criado pelo deputado Aldo Rebelo na década de 1990. Esse projeto visava restringir o uso de palavras estrangeiras com o objetivo de defender e proteger a língua portuguesa. Partindo de um critério não linguístico, o então deputado do PCdoB/SP, propôs uma norma com o objetivo de regular a presença de estrangeirismo na língua, legislando o idioma sob a força da lei sem considerar, portanto, a viabilidade e a efetividade de uma lei dessa natureza.

Ao contrário das regras reguladoras da língua, impostas, sobretudo por uma autoridade, encontram-se as regras constitutivas. Essas, segundo Rajagopalan (2011), não são impostas por autoridade governamental, mas constituem a própria natureza da língua. As chamadas regras constitutivas são definidas pelo linguista do seguinte modo:

Na explicação de Searle, a diferença entre os dois tipos de regras (constitutivas e reguladoras) está em que as regras do segundo tipo (reguladoras), exemplificadas pelas regras de trânsito, são regras impostas por uma autoridade externa e, de certa forma, contêm um elemento de arbitrariedade. Assim, não há nenhuma razão da ordem das leis de física ou

<sup>10</sup> O projeto de Lei pode ser consultado no seguinte endereço:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=17069> . Acessado em 09/12/2019.

de mecânica que estabeleça que temos que dirigir o veículo do lado direito da rua: nós assim fazemos por força de uma lei de trânsito estabelecida pelas autoridades. [...] Já, no caso do futebol, exemplo de uma regra constitutiva, ela não regula nenhum comportamento prévio. Isto é, as regras de futebol – por exemplo, a que diz que só o goleiro pode parar a bola em movimento com suas mãos – de certa forma definem o próprio jogo. Em outras palavras, ela não regula o jogo; ela constitui o próprio jogo e, portanto, pode ser caracterizado como uma regra constitutiva. Outra forma de definir uma regra constitutiva seria dizer o seguinte: uma descrição completa de como se joga futebol será composto do conjunto de todas as regras constitutivas do futebol (RAJAGOPALAN, 2011, p. 123).

As regras constitutivas, como o nome já antecipa, não regula o comportamento, mas nascem das demandas da comunidade linguística e não são estabelecidas previamente. Para Rajagopalan (2011), embora exista uma oposição entre as regras reguladoras e constitutivas, as distinções entre essas duas regras é uma linha tênue, principalmente quando esses dois conceitos são operados pela linguística.

Para o teórico, apesar da linguística moderna trabalhar com a descrição das normas, isto é, das regras constitutivas de uma dada comunidade linguística, a atividade descritiva tem suas limitações, uma vez que essa não se refere a todos os falantes, mas sim a uma parcela desses. Sobre essa questão, Rajagopalan (2011) esclarece:

Cabe aqui uma menção à colocação jocosa de Mary Louise Pratt (1981: 5) de que a linguística estruturalista de Bloomfield gira em torno de uma espécie de bom selvagem, tido como falante ideal, enquanto Labov elege Eliza Doolittle como o seu falante ideal: Bernstein promove, por seu turno, o amante de Lady Chatterley, e Chomsky escolhe um aluno típico de pós-graduação do MIT para ocupar o mesmo lugar de destaque. A questão que Pratt levanta é que, a despeito de sua afirmação categórica de que estão interessados em descrever tudo o que é efetivamente dito pelos falantes de determinado idioma, os linguistas de todos os naipes e de todas predileções também acabam tendo que escolher determinados grupos como falantes ideais – ou seja, a descrição nunca é de todos os falantes, ela diz respeito a apenas um grupo de pessoas prévias e arbitrariamente selecionadas. Afinal, toda escolha é, no fundo, política e envolve questões de ordem ética (Rajagopalan 2003: 15). Ora, desse ponto de vista, os linguistas modernos não são significativamente diferentes dos seus adversários, os gramáticos tradicionais. A única diferença é que os gramáticos tradicionais não escondem suas preferências, ao passo que os linguistas modernos preferem escondê-las ou disfarçá-las por intermédio de uma prestidigitação terminológica (RAJAGOPALAN, 2011, p. 125).

Portanto, a noção de norma constitutiva é uma saída teórica e terminológica da ciência linguística, mas que na sua essência trabalha no mesmo “modus operandi” da prescrição, uma vez que, para que se chegue a tal norma constitutiva, é necessário estipular um rol de “falantes

ideais” que representem a norma da sua comunidade. Logo, do mesmo modo que os gramáticos tradicionais selecionam os escritores e a partir desses estipulam as formas corretas da língua, os linguistas, para Rajagopalan (2011), também não escapam do paradoxo da seleção.

Indo na mesma direção do conceito de norma objetiva (MONTEAGUDO, 2011) e de regras constitutivas (RAJAGOPALAN, 2011), enquanto uma entidade própria da língua que surge no fluxo das variedades sendo normais e corriqueiras dentro da comunidade linguística, Faraco (2008) também apresenta um conceito semelhante a esse. Para o linguista, o conceito de norma, enquanto uma imposição, é exercida pela norma-padrão, isto é, pela tradição gramatical. Sobre essa diferenciação, o linguista explica:

Numa síntese, podemos então dizer que norma é o termo que usamos, nos estudos linguísticos, para designar os fatos da língua usuais, comuns, correntes numa determinada comunidade de fala. Em outras palavras, norma designa o conjunto de fatos linguísticos que caracterizam o modo como normalmente falam as pessoas de uma certa comunidade, incluindo [...] os fenômenos em variação (FARACO, 2008, p. 40).

Como a distância entre a norma culta/comum/standard e o padrão artificialmente formulado era, desde o início, muito grande, foi necessário desenvolver, na nossa cultura, para tentar sustentar a norma-padrão, uma atitude excessivamente purista e normativista que vê erros em toda parte e condena o uso de qualquer fenômeno que fuja ao estipulado pelos compêndios gramaticais mais conservadores. Paradoxalmente, são condenados mesmo aqueles fenômenos amplamente correntes na nossa norma culta/comum/standard e em textos de nossos autores mais importantes (os nossos famosos “erros” comuns). E continuam a ser condenados mesmo quando os grandes dicionários da língua ou os bons gramáticos já os acolheram. (FARACO, 2008, p. 83).

Nos dois excertos apresentados anteriormente, são extraídas de Faraco (2008) duas concepções de norma. Na primeira passagem, a norma é compreendida como uma entidade comum e habitual dentro da comunidade linguística. Na segunda passagem, a chamada “norma-padrão” é considerada um dispositivo artificial responsável por estipular o “certo” e o “errado” na língua, mantendo, por sua vez, atitudes excessivamente puristas sobre a linguagem.

Para Faraco (2008), os excessos cometidos pela “norma-padrão” desconsideram determinados usos que já foram validados, inclusive, por instrumentos consagrados. Bagno (2009) traz um exemplo sobre esses excessos apresentando o caso do verbo “assistir” na condição de transitivo direto e não como transitivo indireto. Para comprovar essa realidade do PB, Bagno (2009) recorre ao *Aurélio eletrônico*, ao dicionário *Houaiss* e à *Nova gramática do*

*português contemporâneo*<sup>11</sup> para reforçar e abonar o comportamento do verbo “assistir” como transitivo direto.

Se, por um lado, a norma-padrão é artificialmente elaborada e dela deriva uma série de excessos a respeito dos usos permitidos pelos instrumentos normativos, por outro, a chamada “norma culta/comum/standard”, utilizada pelos falantes cultos, para ser conhecida é preciso um trabalho robusto de pesquisa e de coleta de dados. Em relação ao Brasil, Faraco (2008) argumenta que o reconhecimento da norma brasileira foi obtido através da execução do projeto *NURC (Norma Linguística Urbana Culta)*, realizado em oito universidades brasileiras. O projeto considerou como “culto” a norma utilizada pelos falantes urbanos com o ensino superior completo, analisados em situações de fala monitorada:

Ela [a norma culta] seria a variedade de uso corrente entre falantes urbanos com escolaridade superior completa, em situações monitoradas. Ou seja, a norma culta seria, pelo critério do NURC, a variedade que está na interseção dos três continua (rural-urbano, oralidade-letramento e do monitoramento estilísticos) em seu ponto mais próximo a do urbano, do letramento e dos estilos monitorados (FARACO, 2008, p. 47).

A escolha do falante culto realizada pelo *NURC* vai ao encontro da crítica feita por Rajagopalan (2011) a respeito da norma constitutiva, pois, para o linguista, conhecer e reconhecer as normas constitutivas de determinada comunidade de fala perpassa, necessariamente, pela seleção de um falante “ideal”.

Em oposição à norma culta comum e habitual, Faraco (2008) apresenta a chamada “norma curta”. Essa, por sua vez, impera em diversas instâncias sociais, bem como no senso comum. A “norma curta” tem espaço, principalmente, em materiais didático, como também na mídia. Desse modo, o linguista a define do seguinte modo:

---

<sup>11</sup> Bagno (2009) afirma: “Considerando o dicionário Aurélio eletrônico no verbete assistir, a gente encontra a seguinte observação: Nota-se, no Brasil, viva tendência para o emprego do verbo, em tal acepção, como transitivo direto [...]. A acepção a que se refere é a de ‘estar presente, comparecer’ e, cita versos do poeta Raul de Leoni (1895-1926) – ‘Mas não mostres a tua decadência/ Ao mundo que *assistiu* teu esplendor’ – prova de que não se trata de nenhuma inovação recente de pessoas que tentam ‘corromper’ a língua. Também no dicionário *Houaiss eletrônico* aparece observação semelhante: No português do Brasil, é comum o uso, mesmo pelas pessoas cultas e na literatura, deste verbo como t[ransitivo] d[ireto]. A *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (1985, p. 508), assim se manifesta: Uma longa tradição gramatical ensina que este verbo [assistir] é transitivo indireto no sentido de ‘estar presente’, ‘presenciar’. Com tal significado, deve o objeto indireto ser encabeçado pela preposição *a* [...]. Assim: ‘Assistir a algumas touradas’ (A. F. Schmidt). Na linguagem coloquial brasileira, o verbo constrói-se, em tal acepção, de preferência com objeto direto (cf.: *assistir o jogo, um filme*), e escritores modernos têm dado acolhida à regência gramaticalmente condenada. Sirvam de exemplo [...]: ‘Trata-se de um filme que eu assistia’” (C. Lispector)” (BAGNO, 2009, p. 80).

[...] uma concepção que apequena a língua, que encurta a sua riqueza, que não percebe (por conveniência ou ignorância?) que o uso culto tem abundância de formas alternativas e não se reduz a preceitos estreitos e rígidos. Infelizmente, é a norma curta que tem sido usada, no Brasil, para balizar os juízos sobre os fatos da língua portuguesa com muito mais força do que os bons instrumentos normativos fundada em sólida pesquisa filológica e linguística. Só isso merece uma reflexão cuidadosa: por que, afinal, nossa cultura se apega tanto à norma curta (à mediocridade gramatical) e raramente dá a devida atenção e espaço aos bons instrumentos normativos? Por que o dizer dogmático tem, entre nós, mais força que a criteriosa e sólida investigação filológica e linguística? Ainda hoje, apesar do que apresentam em contrário os nossos bons instrumentos normativos, é a norma curta que prevalece no discurso da escola, do senso comum e, principalmente, da mídia. E isso certamente porque ela tem lá suas utilidades nos nossos jogos de poder: afinal é dela que se servem os que, em algum momento, desejam desqualificar os outros (FARACO, 2008, p. 64-65).

A norma curta opera com posições dogmáticas sobre a língua disseminando valores e crenças sobre os usos, inclusive, desconsidera o posicionamento de instrumentos linguísticos consagrados a respeito de determinados fenômenos linguísticos, já abonados pela tradição. A norma curta, seria, na perspectiva de Faraco (2008), uma redução da língua em preceitos e regras rígidas ditadas e disseminadas pelo senso comum, mídia e escolas. Nesse sentido, a norma curta parece ser alimentada não pelos instrumentos normativos consagrados, mas por uma espécie de senso comumente propagado em vários espaços sociais como um mecanismo de controle dos usos.

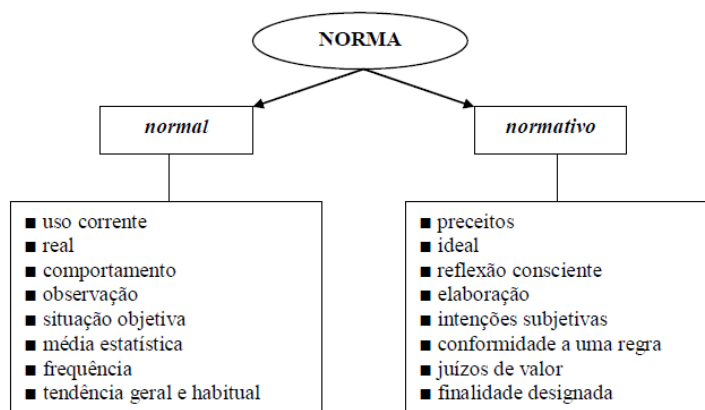
Partilhando da mesma concepção de Faraco (2008), Bagno (2012) discute que a adesão pelo adjetivo “culto” na ciência linguística, trouxe implicações para a conceituação de norma, pois a tradição também já aderiu ao termo, mas em uma perspectiva oposta. O autor apresenta quatro gramáticos que trabalham com a noção de uma norma considerada culta. Dentre esses exemplos, serão apresentados apenas dois, sendo um exemplo advindo da gramática de Celso Cunha (1917-1989) e Lindley Cintra (1925-1991) e o outro da gramática de Rocha Lima (1915-1991). Sobre o “culto” da tradição, Bagno (2012) afirma:

Os filólogos Celso Cunha (brasileiro) e Lindley Cintra (português), ao apresentarem sua *Nova gramática do português contemporâneo* (1985, p. iv) assim escrevem: Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua *forma culta*, isto é, da língua como a têm utilizado os *escritores portugueses*, brasileiros, africanos do Romantismo para cá. Já Rocha Lima, em sua *Gramática Normativa da língua portuguesa* declaram: fundamentam-se as regras da gramática normativa nas obras de grandes *escritores*, em cuja linguagem as classes ilustradas põem o seu ideal de perfeição, porque nela é o que se espelha o que o uso idiomático estabilizou e consagrou. (BAGNO, 2012, p. 22, grifos do autor).

A concepção de culto, pautada na tradição, está fincada na literatura. A literatura é o modelo que nutre e alimenta a norma culta presente nos instrumentos prescritivos. Segundo Bagno (2012), toda realização linguística que não obedece ao modelo preconizado pelas gramáticas tradicionais é considerada erro; por isso, a tradição instituiu uma norma artificial e distante dos usos reais concretizados no fluxo da interação.

Em oposição ao conceito impresso pelos instrumentos normativos, Bagno (2012) ressignifica a concepção de culto associado ao modelo literário. Na perspectiva do linguista, a norma culta não está atrelada à escrita literária, mas refere-se às manifestações linguísticas oriundas da cultura letrada e não de modelos pré-fixados pela literatura. A fim de elucidar essas diferenças, segue uma ilustração elaborada pelo próprio Bagno (2012):

Figura 1- Sentidos para a norma



Fonte: Bagno (2012, p. 21).

Como já foi mencionado em outras passagens, a distinção realizada por Bagno (2012) é semelhante as outras concepções apresentadas ao longo deste capítulo. A norma como sinônimo de normativo e a norma com o sentido de habitual e frequente dentro da comunidade linguística. Diante dessas duas distinções, Bagno (2012) também aponta duas concepções para o termo “cultura”. A primeira concepção de “cultura” está relacionada com o ideal de língua advinda da literatura tendo como *corpus* os escritores do passado. Sobre a questão, o linguista apresenta a seguinte definição:

[...] uma língua ideal, baseada (supostamente) no uso dos grandes escritores (do passado, de preferência), um modelo abstrato (que não corresponde a nenhum conjunto real das regras que governam a atividade

linguística por parte dos falantes). Esse modelo de língua ideal acaba criando uma grade de critérios dicotômicos empregada para qualificar as variantes linguísticas: certo vs. errado, bonito vs. feio, elegante vs. grosseiro, civilizado vs. selvagem e, é claro, culto vs. ignorante. Assim o que não está nas gramáticas não é norma culta: é “erro crasso”, é “língua de índio”, “português estropiado”, ou, simplesmente, “não é português” (BAGNO, 2012, p. 23).

Uma das consequências do sentido de “culto”, enquanto uma língua ideal e distante dos usos, é a produção de dicotomias fixas produzidas sobre a língua. Segundo Bagno (2012), os parâmetros estabelecidos pela norma culta da tradição excluem todas as manifestações do uso que não se adequam ao modelo estabelecido pelo rol de escritores consagrados da literatura. Logo, as consequências dessa norma impacta diretamente nas crenças dos falantes a respeito da sua própria língua, disseminando preconceitos sobre os usos e sobre os falantes que não se enquadram nas exigências fixadas pela norma culta da tradição (BAGNO, 2000).

Em oposição ao sentido de culto empregado pela tradição, Bagno (2012) apresenta um sentido “técnico” para a terminologia “norma culta”. A concepção técnica da norma culta converge com o conceito de culto empregado por Faraco (2008). O adjetivo culto não está associado a uma língua modelar, mas o culto refere-se à língua concretamente empregada por uma parcela de falantes que estão em constante contato com a cultura letrada. Sobre o sentido mais técnico para a terminologia “cultura”, o linguista esclarece:

A outra definição que se dá ao rótulo norma culta se refere à linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que pertencem aos segmentos mais favorecidos da nossa população. Esta é a noção de norma culta que vem sendo empregada em diversos empreendimentos científicos como, por exemplo, o Projeto NURC (Norma Urbana Culta), que desde o início dos anos 1970 vem documentando e analisando a linguagem efetivamente usada pelos falantes cultos de cinco grandes cidades brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), sendo estes falantes cultos definidos por dois critérios de base: escolaridade superior completa e antecedentes biográficos-culturais urbanos. Trata-se, portanto, de um conceito de norma culta, um termo técnico estabelecido como critérios relativamente mais objetivos e de base empírica (BAGNO, 2012, p. 23-24).

A chamada norma culta técnica, pautada em critérios científicos, é obtida através da análise dos falantes em interação. Através dessa interação, os dados são gerados e, após essa etapa, o *corpus* coletado é observado com base em teorias solidificadas na linguística. Na finalização desse processo, conclusões são geradas a respeito dessa norma culta (BAGNO, 2012). Como exemplo, o linguista menciona as atividades de descrição linguística executadas pelo NURC, na década de 70, que tinham por objetivo descrever a norma culta brasileira.

Se por um lado, a norma adotada pela tradição está solidificada na literatura com o seu cabedal de escritores consagrados, a norma culta da linguística está baseada nos usos e na linguagem efetivamente empregada pelos falantes cultos (FARACO, 2008; BAGNO, 2012). Desse modo, saem os escritores e entram os falantes letrados, sendo esses o referencial utilizado pela Linguística brasileira para executar o trabalho de descrição da norma culta empregada neste país.

Ao longo desta subseção, discutiram-se os conceitos atribuídos à ideia de norma. Nos mais diversos espaços sociais, a norma atua como um instrumento de organização, mas também como um mecanismo de controle nas instâncias que se apropriam desse dispositivo. Seja no campo do Direito (DINIZ, 2009), na Religião (ROMA, 2002), ou no campo da Linguística (COSERIU, 1979; MONTEAGUDO, 2011; BAGNO, 2012), a norma atua em múltiplos campos.

Embora a norma tenha suas especificidades a depender do campo, é possível estabelecer pontos de convergências entre os conceitos. No Direito (DINIZ, 2009), a norma é um dispositivo jurídico de controle que arrefece e legisla sobre o comportamento dos indivíduos dentro da sociedade. Na Religião, normas definem a conduta dos fiéis diante dos ritos e preceitos dogmáticos da fé (ROMA, 2002). No trânsito, normas estipulam e regem o fluxo das vias terrestres (BRASIL, 1997).

Já na Linguística, a norma ganha múltiplos significados, mas que podem ser organizados em dois polos. O primeiro polo concentra a concepção de norma instituída por via de decretos e leis ou pelas gramáticas normativas. Desse modo, nesse primeiro núcleo, a norma é caracterizada como uma entidade exógena, isto é, validada por um corpo de doutrinas ou por agentes autorizados instituídos de poder dentro de uma dada comunidade; logo, essa norma não é extraída dos usos linguísticos empregados pelos falantes no fluxo da interação, mas sim de um cabedal de doutrinas instrumentalizadas em um corpo metalinguístico (MONTEAGUDO, 2011; FARACO, 2008; BAGNO, 2012).

Nesse sentido, para a ciência linguística, essa norma é artificial, distante dos usos, nutrida e modulada pela escrita literária. No outro polo, encontra-se a concepção de norma enquanto uma entidade comum, frequente e habitual, oriunda dos usos que regem a interação entre os falantes. Desse modo, ao contrário da norma artificial pautada na tradição, a norma comum, frequente e habitual nasceria internamente. Portanto, ela não é imposta por instrumentos metalinguísticos ou por força da lei.

Dentro dessa perspectiva, Coseriu (1979, p. 69), ampliando as dicotomias saussurianas de “língua” e “fala”, incorpora ao binômio estruturalista a entidade da norma,

compreendendo-a como um dispositivo “[...] objetivamente comprovável numa língua, a norma [seguida] necessariamente por sermos membros duma comunidade linguística, e não daquela segundo a qual se reconhece que “falamos bem” ou de maneira exemplar, na mesma comunidade”.

Logo, para o linguista romeno, há dentro de uma comunidade duas normas de natureza distinta. A primeira é objetivamente comprovada nos usos; já a segunda é uma norma valorada por seus membros como aquela tipificada de “correta”. Entretanto, segundo Coseriu (1979, p. 69), “[...] cabe, porém, assinalar que muitas vezes [elas] não coincidem, dado que a “norma normal” se adianta à “norma correta”, é sempre anterior à sua própria codificação”.

Apesar das diferenciações entre as normas, para Eugenio Coseriu (1979), ela é uma entidade conservadora responsável por controlar a virtualidade do sistema. Nesse sentido, apesar da “norma objetivamente comprovada” não ser uma codificação prescrita que aponta o “correto e incorreto”, mas sim o “normal e o “anormal”, na ótica coseriana, ela não perde a sua natureza tradicional e conservadora dentro de uma comunidade linguística.

Semelhante à divisão de Eugenio Coseriu (1979), Monteagudo (2010) trabalha com o par “norma objetiva” e “norma prescritiva”. Em Monteagudo (2010), a “norma prescritiva” é instituída por instrumentos normativos, já a “norma objetiva” está implícita no uso da comunidade. Em relação a essa norma, o linguista não a trata como conservadora conforme defende Coseriu (1979). Rajagopalan (2011), partindo da diferenciação entre “regras reguladoras” e “regras constitutivas”, argumenta que aquelas são arbitrárias, ao passo que essas não regulam nenhum comportamento prévio.

No entanto, segundo Rajagopalan (2011), tal distinção é apenas uma saída teórica da linguística, pois fazer uma separação precisa entre esses dois componentes não é um exercício fácil na realidade. Para o linguista, apesar da ciência da linguagem optar pelo trabalho com as “regras constitutivas”, na essência, a linguística utiliza a mesma estratégia da tradição, uma vez que seleciona uma parcela de falantes para descrever essas regras do mesmo modo que os instrumentos normativos selecionam uma parcela de exemplos literários e os instituem como modelos de correção.

Faraco (2008) e Bagno (2012) optam pela expressão “norma culta” para definir as regras frequentes e habituais nascidas no fluxo da interação dentro de uma comunidade. Na linguística brasileira, o adjetivo “culto” refere-se à categoria de falantes urbanos com ensino superior completo. Essa norma foi alvo de projetos desenvolvidos durante os anos de 1970 e 1980, como é o caso do *NURC* (Projeto da Norma Urbana Oral Culta).

Em oposição ao conceito de “norma culta”, Faraco (2008) apresenta a concepção de “norma curta”. Para o linguista, a “norma curta” não é legislada pelos instrumentos normativos consagrados, mas por uma espécie de senso comumente disseminado sobre o “correto” e “incorreto”, divulgado na mídia e nutrido pelo sistema educativo. Já Bagno (2012) opta por colocar a “norma-padrão” em oposição ao conceito de “norma culta”, com o objetivo de separar o sentido de “culto” empregado pela Linguística do sentido de “culto” empregado pela tradição.

Por conseguinte, os sentidos de norma definidos pela Linguística separam duas noções. Uma caracterizada como artificial e outra considerada como usual e corriqueira. Entretanto, conforme aponta Rajagopalan (2011), tal separação é uma saída implantada pela teoria; logo, fazer essa distinção não é um exercício simples. Primeiro, porque as normas usuais e comuns são extraídas de uma parcela de falantes e a partir dessa amostra são feitas generalizações. Segundo, porque a defesa das normas presentes nos usos em oposição às normas artificiais gera, implicitamente, o ideal de que tais entidades são governadas “naturalmente” no fluxo da interação, ou seja, de que não existe tradição, conservadorismo e até mesmo prescrições implicitamente implantadas nos usos de uma dada comunidade linguística.

Essa observação já havia sido feita por Coseriu (1979), muito embora se saiba que a norma não é a única responsável por controlar os usos e que uma série de regras impedem a efetivação de determinadas combinações sonoras, ou que morfemas se organizem na construção de vocábulos (SILVA, 2008; MARGOTTI; MARGOTTI, 2011; NEGRÃO, SCHER, VIOTTI, 2003). Apesar disso, a norma tem em sua essência uma natureza conservadora, mesmo nos usos “objetivamente comprovados”.

Por exemplo, no caso da norma culta descrita pela Linguística brasileira, apesar da comprovação de que essa norma não segue os parâmetros da tradição normativista, tendo comportamentos específicos nos mais diversos níveis linguísticos (FARACO, 2008; BAGNO, 2012; CASTILHO, 2014; PERINI, 2017), os falantes representantes dessa norma têm contato com as múltiplas manifestações da cultura letrada; logo, o desenho dela é traçado também pelas influências dessa cultura. Desse modo, ainda que ela seja identificada nos usos, sua realização é concretizada com base nas interferências de uma série de textos orais e escritos elaborados e produzidos ao longo do tempo.

Sendo assim, independentemente da norma culta brasileira apresentar padrões que a difere da tradição dos instrumentos normativista, isso não significa que ela é gerida apenas pela força da oralidade ou pelo calor da interação. Baseando-se em Coseriu (1979) e em Leite

(2005), é possível concluir que a norma culta brasileira é regida também por tradição e conservadorismo, resultante do patrimônio sociocultural herdado por uma sociedade imersa na cultura letrada.

Outro fator que corrobora com o argumento de que, na constituição da norma culta, há elementos de tradição, conservadorismo e letramento, é o dado comumente aceito, solidificado e defendido pela Linguística de que entre a fala e a escrita há pontos de encontro entre essas duas instâncias, sobretudo no que se refere à questão dos gêneros textuais e, conseqüentemente, às práticas de letramento.

Segundo Marcuschi (2001, p. 5), no âmbito das práticas sociais, nota-se “[...] que as diferenças entre as duas modalidades vão se diluindo ou pelo menos graduando num conjunto de relações relativizadas”. Na perspectiva do linguista, apesar da escrita ter sido valorizada ao longo do tempo pelas sociedades de cultura grafocêntricas, as práticas sociais materializadas no letramento mobilizam textos orais e escritos, sendo possível verificar interferência entre ambas as modalidades.

Marcuschi (2001) traz o exemplo dos gêneros “aula” e “conferência”, apresentado por Street em um texto publicado em 1995. Nesses gêneros, textos orais e escritos entram em simbiose, numa espécie de “mix”, em que não é possível definir com precisão se esses gêneros são orais ou se são escritos. Além da defesa de que existe um *continuum* entre a fala e escrita, Silva e Greco (2010) argumentam que tal *continuum* se retroalimenta, uma vez que tanto a fala interfere na escrita quanto a escrita interfere na fala.

A defesa das autoras é baseada em um estudo de dados orais e escritos aplicados em crianças que cursavam os anos iniciais do ensino fundamental, isto é, crianças do 1º ao 5º ano nas redes públicas e privadas de Belo Horizonte. O estudo investigava o “[...] o alçamento de vogais médias pretônicas na oralidade e o registro escrito e das palavras que apresentavam alçamento das vogais médias pretônicas” (SILVA E GRECO, 2010, p. 89).

Com base nesse estudo, as linguistas chegaram às seguintes conclusões: o alçamento foi mais expressivo na oralidade, contudo há presença de alçamento na escrita em todas as séries. Em um comparativo entre alunos da 1ª série e 3ª série, identificou-se que o alçamento é mais intenso na escrita em alunos matriculados na 1ª série, ao passo que as crianças da 3ª série, em comparação com as da 5ª série, têm um alçamento superior.

No que se refere à oralidade, os mesmos padrões se repetem. As crianças da 1ª série têm um alçamento expressivo em relação as da 3ª série e as crianças da 3ª série, comparadas com as da 5ª série, têm alçamento mais latente. Esse dado evidencia que “[...] as crianças

diminuem o alçamento com o aumento da escolaridade [...], ou seja, as crianças alteram a oralidade após o contato com o código escrito” (SILVA E GRECO, 2010, p. 91).

Através dessa base dos dados, as linguistas defendem que o fenômeno da retroalimentação age na fala e na escrita. Isso significa que a fala interfere na aquisição do código escrito, do mesmo modo que o código escrito afeta a fala. Embora cada instância tenha as suas especificidades, elas interagem entre si (SILVA E GRECO, 2010).

Em vista dos argumentos apresentados anteriormente, conclui-se que as normas comprovadas no uso, apesar de não serem guiadas pela tradição, também carregam em sua natureza elementos conservadores (COSERIU, 1979). Além disso, a chamada “norma culta” tem um contorno que lhe é própria, desenhada pelo fluxo da interação, mas que sofre interferência da cultura e das práticas de letramento que mediam as atividades sociais exercidas pelos falantes (MARCUSCHI, 2001; SILVA E GRECO, 2010).

## **2.2 Os embates entre a descrição da Linguística e a prescrição da tradição**

As discussões apresentadas na seção anterior redirecionam este trabalho para uma outra questão latente dentro da ciência linguística. Sabe-se que, apesar das divergências conceituais sobre o termo, é consenso entre os linguistas que o fenômeno da norma é real e operante dentro do sistema da língua (COSERIU, 1979). Contudo, dentro dos trabalhos desenvolvidos a respeito do tema, instaurou-se uma oposição entre a norma com o sentido de “normal”, “habitual” e “comum” e a norma com o sentido de “normativo” e “prescritivo” (FARACO, 2008; BAGNO, 2012; RAJAGOPALAN, 2011; MONTEAGUDO, 2011).

Tal oposição está fundamentada no fato de que a norma da tradição é instituída pelos instrumentos prescritivos, baseando-se no cânone literário, isto é, no modelo de escrita preconizado pelos escritores consagrados. Já a norma habitual e comum é tacitamente comprovada nos usos e, por sua vez, é conhecida e reconhecida através de um trabalho de descrição linguística, não sendo, portanto, instituída por um organismo, autoridade ou instrumento linguístico, mas nascida dos usos linguísticos.

Contudo, essa diferenciação traz algumas implicações, pois, embora a norma comprovada nos usos não siga as balizas da tradição, as discussões da ciência linguística sobre a norma geralmente apontam o caráter conservador da norma prescritiva da tradição, mas não tocam na natureza conservadora da norma como um todo, inclusive naquelas comprovadas no uso, conforme Coseriu (1979) já havia mencionado.

Subjacente a isso, a chamada “norma culta”, por ser identificada nos usos, impacta diretamente na compreensão de que é a modalidade oral a responsável por esculpir essa norma. Entretanto, se os falantes representantes dessa norma estão imersos em uma cultura letrada, em que medida os textos orais e escritos, que norteiam as práticas sociais desse grupo, não impactam a composição da norma culta? O fato dela não seguir a norma prescritiva da tradição não significa que as práticas culturais de textos não afetam o desenho dessa norma.

Consequentemente, essa compreensão está associada à oposição instaurada entre o trabalho descritivo e o trabalho prescritivo diante dos fenômenos linguísticos. A polarização entre a prescrição e a descrição, associada ao fenômeno da norma, é uma discussão fundamental nesta pesquisa. Sabendo disso, é necessário fazer um breve resgate sobre a realidade do trabalho descritivo executado pela ciência linguística a respeito dos fenômenos da língua e a oposição desse trabalho ao modelo prescritivo de análise da tradição.

Opondo-se aos estudos históricos da gramática comparativa, Saussure (1857-1913) incorporou a atividade descritiva na ciência denominada de sincrônica (CÂMARA JR., 1975). A linguística sincrônica refere-se “a tudo quanto se relaciona com o aspecto estático da nossa ciência, [enquanto é] diacrônico tudo que diz respeito às evoluções” (SAUSSURE, 2012, p. 123). Operando com essas duas distinções e optando pelo estudo sincrônico e estático, a linguística moderna, balizada pelas reflexões teóricas e por critérios rígidos, desenvolveu técnicas e ferramentas capazes de observar a língua tanto em uma abordagem mais formal quanto em uma perspectiva mais funcional.

Nesse sentido, o trabalho descritivo tem por objetivo investigar as regras da língua de uma determinada comunidade de fala, sem lançar sobre essas regras algum juízo de valor que eleja ou deprecie determinados usos em detrimento de outros. Logo, a descrição linguística não tem como fim impor ações coercitivas sobre os falares da comunidade em questão. Sobre a natureza do trabalho descritivo, Lyons (1981) apresenta o seguinte esclarecimento:

Dizer que a linguística é uma ciência descritiva (ou seja, não-normativa) é dizer que ela tenta descobrir e registrar regras segundo as quais se comportam os membros de uma comunidade linguística, sem tentar impor-lhes outras regras ou normas, de correção exógenas (LYONS, 1981, p. 54).

Na definição de Lyons (1981), a ciência da linguagem não é normativa; logo, padrões corretivos exógenos não são adotados pela área, uma vez que o trabalho exercido pelo cientista está voltado para a observação e descrição das regras tacitamente utilizadas pelos

falantes com base em um rigor teórico e metodológico. Essas escolhas, por sua vez, trouxeram para a linguística moderna o *status* de ciência.

O reconhecimento da Linguística enquanto ciência ganhou força e fôlego com a proposta saussuriana. Para o mestre genebrino, a linguística da língua, embora mantivesse relações com outras ciências, necessitava “delimitar-se e definir-se a si própria” (SAUSSURE, 2012, p. 39). Como consequência dessa delimitação e definição, um objeto foi instituído pelo mestre genebrino: a língua como entidade coletiva e social (SAUSSURE, 2012).

Ainda que atualizações e ampliações da perspectiva saussuriana tenham sido feitas ao longo do tempo, essas discussões iniciais foram fundantes para o *status* de ciência angariado pela área, uma vez que, é a partir desse momento que a linguística moderna se opõe ao modelo histórico-comparativo e à tradição gramatical.

Esses fundamentos deram base para que os trabalhos de natureza empírica fossem executados pela Linguística moderna, com todo o rigor teórico e metodológico exigidos por qualquer área considerada científica. Consequentemente, a Linguística alargou a compreensão sobre os fenômenos relacionados à linguagem, ampliando concepções “leigas” sobre o comportamento das línguas tão comumente disseminados socialmente. Sobre essa questão, Petter (2017) argumenta que:

A linguística é empírica porque trabalha com dados verificáveis por meio da observação; é objetiva porque examina a língua de forma independente, livre de preconceitos sociais ou culturais associados a uma visão leiga da linguagem (PETTER, 2017, p. 21).

Nos dizeres de Petter (2017), a Linguística é empírica e objetiva. Empírica, porque parte de dados observáveis, e objetiva, porque a observação do fenômeno linguístico é feita de forma independente de valores atribuídos socialmente, por isso a objetividade é o parâmetro a ser seguido pelo pesquisador, uma vez que crenças e concepções sem alicerce teórico e metodológico não devem ser levados como critério de análise dos dados, uma vez que a “visão leiga da linguagem” é redutora, portanto não é considerada ciência.

Das palavras de Petter (2017), é possível depreender que a autora valora positivamente a linguística em detrimento da “visão redutora da linguagem”. Ela utiliza expressões tais como “independente” e “livre de preconceito” para caracterizar o tratamento dado pela ciência da linguagem sobre língua. Aprofundando a oposição entre a cientificidade e a “visão redutora da linguagem”, Petter (2017) caracteriza a postura prescritivista como redutora, uma

vez que a prescrição não admite mais de uma forma correta, nem viabiliza o direito do falante de escolher entre as inúmeras opções que a língua lhe oferece. Nas palavras da autora:

A visão prescritiva da linguagem não admite mais de uma forma correta, nem aceita a possibilidade de escolha, que uma forma seja mais adequada para um uso do que para outro, como seria o caso de uma expressão mais apropriada à língua escrita do que à falada, ao uso coloquial do que uma situação formal de comunicação.

A abordagem descritiva assumida pela Linguística entende que as variedades não padrão do português, por exemplo, caracterizam-se por um conjunto de regras gramaticais que simplesmente diferem daquelas do português padrão (PETTER, 2017, p. 21).

Petter (2017) caracteriza a postura normatizadora da língua como rígida no sentido de que não admite possibilidades de escolha, pois a correção advinda da padronização desconsidera as manifestações linguísticas que não se encaixam dentro das regras da prescrição. No outro polo está a Linguística, na condição de ciência, considerando os usos que não se encaixam no padrão da prescrição, pois a natureza empírica e objetiva da ciência da linguagem debruça-se sobre as mais diversas variedades, na tentativa de compreender as regras que regem as normas comprovadas nos usos.

Na mesma direção de Petter (2017), Cunha, Costa e Martelotta (2017, p. 25) esclarecem a postura a ser adotada pelo pesquisador diante dos fenômenos linguísticos. Segundo os autores, “os linguistas, portanto, estão interessados no que é dito, e não no que alguns acham que deveria ser dito. Eles descrevem a língua em todos os seus aspectos, mas não prescrevem regras de correção”. Desse modo, para os autores, o trabalho descritivo foca no dito, nos usos comprovados, portanto a descrição lida diretamente com a efervescência da língua em movimento regida e orientada pelo fluxo da interação. Essa escolha, por sua vez, não permite que valores sejam atribuídos pelo cientista aos usos, mas cabe a ele revelar, através de parâmetros, as regras que governam tais usos.

Diante do exposto, a linguística deve pautar-se pelo critério da cientificidade e da descrição. O trabalho do pesquisador concentra-se naquilo que é dito e não no que deve ser dito dentro da comunidade linguística. Logo, o linguista não é um legislador da língua, mas um observador da realidade, cabendo a ele descrever as regras que surgem no fluxo da interação entre os falantes.

Por conseguinte, se a Linguística é descritiva, é pertinente refletir de que modo as gramáticas contemporâneas do português lidam com a descrição, ao mesmo tempo em que propõem instrumentos intitulados de “gramática”. Tal reflexão é pertinente, pois existe um paradoxo diante dessa questão, pois, se de um lado a descrição cumpre o papel de revelar as

normas de uma dada comunidade, sem impor aos falantes uma forma correta de falar, no outro polo, a Linguística brasileira propõem elaborar gramáticas com o objetivo de dar visibilidade ao português brasileiro, utilizando o aparato teórico e metodológico da Linguística. Desse modo, ao fixar o PB, embora as gramáticas elaboradas pelos linguistas façam uso da descrição, elas, de algum modo, também estabelecem a norma de uma determinada comunidade, uma vez que o trabalho de descrição divulgado nesses instrumentos se refere a uma norma específica do português brasileiro.

Parafraseando Leite (2005), a descrição é trabalho da linguística e não da norma, pois essa tem em sua natureza a dimensão prescritiva e normatizadora. O fato de a ciência linguística revelar as normas de determinada comunidade através do crivo da descrição, sem lançar sobre elas um juízo de valor, tal procedimento não anula o fato de que as normas são regidas por regras dentro de uma dada comunidade, logo a prescrição é um fenômeno concreto da língua mesmo sendo essa distinta daquela empreendida pela tradição.

Ainda que na Linguística moderna impere o discurso antiprescritivista, é tênue a linha que separa a descrição da prescrição. Sobre essa questão, Bagno (2014), citando Cameron (1995), traz uma crítica da linguista sobre a polarização entre essas duas categorias. Para ela, apesar da descrição e prescrição serem discursivamente opostas entre si, na prática, essas duas categorias fazem parte de uma única disputa: a disputa pelo controle da língua. Nas palavras de Deborah Cameron (1995):

A postura antiprescritivista explícita dos linguistas é, em alguns aspectos, semelhante ao prescritivismo que eles criticam. O fato é que tanto o prescritivismo quanto o antiprescritivismo invocam certas normas e fazem circular noções particulares acerca de como a língua deveria funcionar. É claro que as normas são diferentes (e, no caso da linguística, são frequentemente dissimuladas). Mas ambos os conjuntos se alimentam dos argumentos mais gerais que influenciam ideias cotidianas sobre a língua. Neste nível, “descrição” e “prescrição” revelam ser aspectos de uma única (e normativa) atividade: uma luta por controlar a língua ao definir sua natureza (CAMERON, 1995, p. 8 *apud* BAGNO, 2014, p. 94).

Para Cameron (1995), a descrição tem aproximações com a prescrição, mesmo que ambas possuam características divergentes. Ao passo que a tradição prescritivista recorta e dissemina noções específicas da língua, a atividade descritivista também seleciona “uma das faces” (SAUSSURE, 2012) de um todo chamado língua, e a partir desse recorte faz afirmações e generalizações sobre o comportamento dessa língua. Portanto, conforme Cameron (1995) argumenta, no fim do processo, tanto a tradição quanto a prescrição disputam pelo controle da língua e do que se entende por língua.

As gramáticas contemporâneas do PB seguem os parâmetros da descrição linguística. Por isso, no decorrer das discussões levantadas dentro desses instrumentos, o antiprescritivismo é acionado e a oposição à gramática tradicional é evocada. Todavia, as gramáticas do PB acabam minimizando o impacto de suas limitações, uma vez que boa parte das descrições presentes nesses instrumentos referem-se a uma norma específica falada ou escrita por um grupo específico de falantes. Portanto, ao visibilizarem a norma que rege o português brasileiro, as gramáticas dos linguistas acabam também fixando os padrões e as regularidades do português brasileiro, uma vez que o *status* da língua brasileira (COOPER, 1989) é elevado através das gramáticas por meio do processo de padronização operado pelos linguistas.

Nesse sentido, quando os linguistas elaboram essas gramáticas, eles estão participando ativamente daquilo que Cooper (1989) intitula de “planejamento de *corpus*”. O planejamento de *corpus* está relacionado com a atividade de seleção das variedades linguísticas de uma dada comunidade com o objetivo de padronizá-las em um corpo de instrumentos metalinguísticos, como dicionários, gramáticas e livros didáticos. Nesse processo de padronização, os linguistas até optam por bases teóricas e metodológicas divergentes da tradição, mas acabam exercendo um trabalho semelhante àquele executado pelos gramáticos, pois, ao visibilizarem uma determinada norma do PB, as gramáticas dos linguistas acabam fixando essa norma em detrimento de outras.

Ao longo desta subseção, discutiu-se a respeito do trabalho desempenhado pela Linguística moderna. No século XIX, a necessidade de “definir-se e delimitar-se a si mesma” (SAUSSURE, 2012, p. 37) trouxe consigo a exigência de que parâmetros teóricos e metodológicos fossem mobilizados a fim de que a cientificidade fosse garantida dentro da área. Observar a língua através de dados verificáveis e empíricos (PETTER, 2017), superando, assim, crenças e juízos de valores disseminados socialmente pelo senso comum, é um papel que vem sendo desempenhado ao longo do tempo pela Linguística.

Nessa delimitação, o trabalho descritivo surge como uma ferramenta capaz de desvelar as regras de uma determinada comunidade linguística. Portanto a descrição foca naquilo que é dito, isto é, nos usos comprovadamente identificados (CUNHA, COSTA E MARTELOTTA, 2017). Nesse sentido, não cabe ao cientista da linguagem atribuir valores aos usos, mas é papel do pesquisador descrever as regularidades da língua observada. Alicerçada nesse ideal, a descrição pregada pela Linguística moderna opõem-se diretamente ao modelo de análise proposto pela tradição, considerado rígido e excludente, uma vez que inúmeros usos legitimamente reconhecidos no seio da comunidade acabam sendo desconsiderados pelos

instrumentos normativos (LYONS, 1981).

Apesar de ser justificável que definições, delimitações e parâmetros sejam estabelecidos nas mais diversas áreas do conhecimento científico, o fato é que a oposição entre a descrição e a prescrição tem impactos na produção de gramáticas contemporâneas do português brasileiro, uma vez que a atividade de descrever uma determinada variedade linguística tem as suas especificidades, mas o exercício de produzir gramáticas está intimamente voltado para uma função que não está fincada apenas na pura reflexão científica. Elaborar gramáticas pressupõe a seleção de variedades em detrimento de outras, para cumprir um fim pedagógico.

Desse modo, embora as gramáticas do PB sejam balizadas pelas teorias e metodologias da ciência linguística e, conseqüentemente, rejeitem a prescrição nos moldes da tradição, esses instrumentos aproximam-se das gramáticas tradicionais, uma vez que seus elaboradores selecionam normas para compor esses instrumentos, portanto fixam e divulgam nesses instrumentos uma norma específica dentro duma variedade imensa de normas que são utilizadas neste país.

Conforme aponta Cameron (1995), o antiprescritivismo da Linguística é reflexo de um prescritivismo implícito, já que o trabalho desempenhado pela descrição é um recorte de um amplo componente chamado língua, operando, assim, do mesmo modo que a tradição gramatical, uma vez que essa seleciona e recorta um modelo para ser considerado o padrão.

Por conseguinte, conclui-se que, embora as gramáticas do PB pautem-se no critério da descrição linguística, apregoando o seu caráter não normativo, esses instrumentos não escapam do paradoxo da padronização. Embora a norma divulgada nesses instrumentos seja tacitamente comprovada nos usos, a elaboração de gramáticas contemporâneas do PB promovem uma língua brasileira que é resultado de um recorte de uma série de variedades linguísticas utilizadas neste país. Desse modo, as gramáticas do PB até podem não prescrever nos moldes da tradição, mas essas também não escapam do incontornável exercício de que, embora descritivas, a produção de gramáticas extrapola os limites do puro trabalho científico, uma vez que a instrumentalização do *corpus* exige a seleção de normas em detrimento de outras (COOPER, 1989).

### **3. O PORTUGUÊS BRASILEIRO: AS DEFESAS DA LITERATURA E DA LINGUÍSTICA**

#### **3.1. Os discursos e os projetos em defesa do português brasileiro sob as lentes da Historiografia da Linguística**

Esta seção tem por objetivo resgatar, historicamente, as discussões em torno da legitimidade do português brasileiro. Para tanto, serão utilizadas bases teóricas e categorias de análise da Historiografia da Linguística (HL). Embora as gramáticas do PB tenham sido elaboradas no século XXI (BAGNO, 2012; CASTILHO, 2014; PERINI, 2017) e sejam contemporâneas a esta pesquisa, a perspectiva historiográfica é utilizada neste segundo capítulo, pois o retorno às discussões travadas no passado auxilia na compreensão atual sobre a realidade do PB.

Somado a isso, as gramáticas contemporâneas do português brasileiro, muito embora sejam reflexos de um mercado editorial que eclodiu nos últimos anos (BAGNO, 2012), são resultado, direta ou indiretamente, de um projeto que se inicia em 1969 com o *NURC* (Norma Urbana Culta). Naquele momento, o projeto tinha como novidade, conforme aponta Bagno (2019), o foco na variedade linguística utilizada pelos falantes ditos cultos das principais capitais do país. Conforme aponta o linguista:

A novidade do NURC, portanto, esteve em abandonar as descrições das falas “populares” para se concentrar nos usos linguísticos das camadas ditas “cultas”, sob a reconhecida influência do projeto semelhante destinado a mapear as falar urbanas de indivíduos letrados das principais cidades da América hispanófono e da Espanha [...] (BAGNO, 2019, p. 11).

Passados cinquenta e um anos do NURC (1969-2010), as gramáticas contemporâneas do português brasileiro são fruto desse projeto; portanto, para que esses instrumentos sejam compreendidos, é preciso conectá-los ao passado e a tudo aquilo que os antecedeu através das categorias da Historiografia da Linguística.

Diante da necessidade de fazer um momento retrospectivo, o presente capítulo será estruturado do seguinte modo: em um primeiro momento, serão apresentados os fundamentos da historiografia da linguística e, posteriormente, algumas de suas categorias serão utilizadas na reconstituição dos debates, discursos e projetos desenvolvidos em defesa do português brasileiro.

Desse modo, antes de apresentar os conceitos da Historiografia da Linguística, é fundamental esclarecer a importância da área. Para Koerner (2014), a Historiografia da Linguística é importante para o cientista da linguagem, independentemente da área em que ele está alocado, pois a HL possibilita que o linguista tenha uma compreensão mais ampla do desenvolvimento da Linguística, observando os ganhos advindos das teorias ao longo do tempo sem cair no “dogmatismo” teórico, ao mesmo tempo em que esse conhecimento deve fazer parte da própria formação orgânica do linguista. Sobre essa questão, Koerner (2014) afirma:

Em primeiro lugar, a historiografia linguística, na medida em que é orientada para a teoria, fornece ao cientista a perspectiva e a distância que lhe permitirão distinguir ganhos significativos dentro da disciplina de ‘teorias’ imaturas e alegações infundadas (que este conhecimento histórico possa impedi-lo de dogmatismo na teoria linguística e levá-lo a moderação e aceitação de uma diversidade de pontos de vistas [...]). Em segundo lugar, a historiografia linguística fornece ao linguista praticante material para obter conhecimento sobre o desenvolvimento do seu próprio campo. Em terceiro lugar – em conjunto com dois argumentos acima mencionados a favor do estabelecimento da história das ideias linguísticas como parte da formação geral de um linguista [...] (KOERNER, 2014, p. 13).

Independentemente de não ser este um trabalho estritamente historiográfico, uma vez que ele tem especificidades às quais esta pesquisa não se adequa, a área contribui significativamente para a dimensão formativa, quanto para a compreensão de toda a complexidade dos debates e discussões travadas ao redor de uma teoria. Para Koerner (2014), conhecer todo o processo histórico do desenvolvimento teórico evita conclusões dogmáticas, bem como possibilita a aceitação de diversos pontos de vistas sobre o mesmo fenômeno linguístico.

Considerando a importância da historiografia, é pertinente apresentar algumas definições sobre a área. Swiggers (2010), por exemplo, defende que a historiografia é uma área interdisciplinar que visa compreender a evolução do conhecimento acerca da linguagem. Desse modo, opera-se essencialmente com dois movimentos: a descrição e a explicação dos fatores que afetaram o surgimento, o desenvolvimento, ou até mesmo o “apagamento” de uma dada corrente linguística. Nas palavras do teórico (2010):

[A HL é] o estudo interdisciplinar do curso evolutivo do conhecimento linguístico; ela engloba a descrição e a explicação, em termos de fatores interdisciplinares e extra disciplinares (cujo impacto pode ser ‘positivo’, i.e., estimulante ou ‘negativo’, i.e., desestimulantes), de como o conhecimento

linguístico, ou mais genericamente, o know-how linguístico foi obtido e implementado (SWIGGERS, 2010, p. 2).

Para Swiggers (2010), a HL é um “estudo interdisciplinar e extra disciplinar”, responsável por descrever e explicar de que maneira o conhecimento linguístico foi sendo construído e implantado ao longo do tempo, considerando, inclusive, seus impactos positivos e negativos, como também o abandono de determinadas perspectivas teóricas. Na reconstituição da trajetória evolutiva do conhecimento linguístico, a HL faz uma ponte com outras áreas do conhecimento, a fim de dar conta da complexidade desta evolução.

Na perspectiva de Bastos e Hanna (2015), a historiografia linguística não é uma área interdisciplinar, mas sim “transdisciplinar”, uma vez que a HL é um campo que “vai além dele” devido à própria natureza do objeto histórico. Nesse sentido, a HL estabelece uma rede de interconexões em que o texto, o contexto, a cultura e a sociedade estão intimamente ligadas; logo, explorar cada um desses fatores, em conjunto com uma concepção mais ampla de história, permite que a narrativa historiográfica sobre um conhecimento linguístico produzido em um espaço de tempo seja elaborada pelo pesquisador. A respeito dessa questão, as autoras argumentam:

Ao focalizarmos a diferença entre inter – que convencionalmente trata do que existe entre duas abordagens existentes e trans –, que vai além delas, tratando de um contexto de interconexões e complexas formas de intercâmbio, elucidamos a preferência por trans-, pelo fato de vir **ao encontro da busca para que a multiplicidade de abordagens, advinda das relações entre os vários ramos do conhecimento e da própria abundância de objetos de estudo constantes da HL, fique evidente** (BASTOS E HANNA, 2015, p. 203, grifos nossos).

Konrad Koerner (2014) propõe uma definição para a historiografia linguística que se opõe à aceção tradicional de estudos implementados na área. Para o autor, a historiografia não é uma simples narração dos fatos passados, como uma espécie de crônica narrativa das teorias desenvolvidas pela linguística ao longo do tempo.

Fazer historiografia linguística é lidar com uma área balizada por uma metodologia e uma epistemologia definidas na busca por escrever a história do pensamento linguístico em uma determinada época do curso evolutivo do tempo. Sobre a definição de historiografia, Koerner (2014) explica:

O conceito atual de “historiografia linguística” distingue-se da compreensão tradicional do termo, que simplesmente se referia à narração dos acontecimentos passados. Atualmente, a “historiografia linguística” deve ser entendida como uma atividade consciente metodológica e

epistemologicamente da escrita da história, como a esperaríamos da historiografia de qualquer ciência (KOERNER, 2014, p. 17).

Altman (2012), partilhando da mesma proposta de Koerner (2014), afirma que o trabalho historiográfico não tem como um único objetivo listar nomes, datas e eventos relacionados ao passado das teorias sobre a língua e a linguagem, mas a HL tem por meta a compreensão dos movimentos operados dentro da ciência e da ciência linguística na elaboração de uma dada corrente teórica ou de um pensamento acerca da linguagem.

Para que esses movimentos sejam compreendidos, é necessário que o historiógrafo selecione, organize, reconstrua e interprete os fatos advindos das suas fontes; por isso, é necessário que o pesquisador tenha competência na área da Linguística, como também uma dupla competência no campo da história. Sobre essa múltipla formação do pesquisador, Altman (2002) argumenta:

Seja como for, se há algum consenso entre aqueles que, nos últimos anos têm se debruçado sobre a atividade historiográfica em linguística, é que um trabalho de tal natureza não se resume a uma simples compilação de datas, fatos, títulos e nomes relacionados com o estudo das línguas e da linguagem. Historiografia não são “crônicas”, ou seja, listas de nomes, datas, títulos e eventos ligados às línguas e à linguagem. Não que crônicas não sejam trabalhos necessários, ao contrário, são importantes instrumentos de investigação. No estudo das tradições brasileiras de pesquisa, por exemplo, seria extremamente desejável que tivéssemos boas crônicas disponíveis. Mas crônicas, assim como testemunhos, são fontes para o trabalho historiográfico. A conhecida definição, formulada antes ainda da década de 1920 por Benedetto Croce (1915), no seu *Zur Theorie und Geschichte der Historiographie*, é útil para nos ajudar a distinguir uma historiografia de base metodológica de uma historiografia crônica dos acontecimentos históricos (SWIGGERS, 1989). A atividade historiográfica que ambiciona compreender os movimentos em história da ciência presume uma atividade de seleção, reconstrução, ordenação e interpretação dos fatos, a partir de um conjunto de procedimentos básicos minimamente consensuais, como, por exemplo, a dupla competência em história e linguística da parte do historiógrafo (MALKIEL, 1969), a familiaridade com as fontes primárias, a sensibilidade aos anacronismos e presentismos (ALTMAN, 2012, p. 128-129).

Apesar de cada uma das definições apresentadas anteriormente terem suas especificidades, há um fio condutor que conecta tais conceituações. As palavras de Altman (2012) apresentadas na citação anterior comungam e seguem a mesma perspectiva das definições de Swiggers (2010), Koerner (2014), Bastos e Hana (2015). A autora reforça a defesa de que o trabalho historiográfico atual alargou suas bases extrapolando os limites da mera compilação de datas, fatos e nomes estruturados em crônicas narrativas. Desse modo, a HL é orientada por uma sólida base epistemológica que exige atividades de seleção,

reconstrução e interpretação. Nesse sentido, a área tem uma natureza transdisciplinar que, ao voltar suas lentes para o passado, busca compreender os avanços, os ganhos e os impactos das teorias e metodologias desenvolvidas pela ciência linguística, levando em consideração os textos, os contextos, a cultura e a sociedade.

Sabendo disso, o movimento retrospectivo exige que o historiógrafo lance mão de algumas técnicas, sendo o contato direto com as fontes umas das primeiras vias a serem acessadas pelo pesquisador. Desse modo, a HL tem um leque de métodos disponíveis, e ao longo dos próximos parágrafos, alguns desses métodos serão apresentados. Inicialmente os três princípios propostos por Koerner (1996), intitulados de “contextualização”, “imanência” e “adequação”, serão apresentados no decorrer desta subseção.

As teorias e as reflexões desenvolvidas acerca da língua e da linguagem são elaboradas num espaço e num tempo específicos. Desse modo, o desenvolvimento dessas reflexões não está isolado do contexto de sua época; por isso, fatores de ordem política, econômica, social e cultural afetam decisivamente a elaboração, o desenvolvimento e o apagamento de um pensamento linguístico.

Portanto, na lida com as fontes, é necessário que o historiógrafo desvele o contexto que permeia o objeto em análise, isto é, é preciso que o pesquisador conheça o “clima de opinião” da época. Essa etapa, por sua vez, é definida por Koerner (1996) como contextualização. Portanto, contextualizar é desvelar o clima de opinião da época.

Cumprido o princípio da contextualização, a segunda etapa refere-se ao “princípio da imanência”. Considerar o objeto em sua imanência significa que o historiógrafo deve “sair” do atual terreno das teorias linguísticas que o cerca e observar o objeto histórico nas suas especificidades, respeitando a teoria, a metodologia e a terminologia empregada, como também o “clima de opinião” que recobre o objeto histórico.

Koerner (1996, p. 60), ao tratar do princípio de imanência, utiliza uma palavra que define com exatidão as particularidades desse princípio: a palavra utilizada pelo teórico é “esforço”. Para ele, a imanência “consiste no esforço de estabelecer um entendimento completo, tanto histórico quanto crítico, possivelmente filológico, do texto linguístico em questão”. Esse esforço é caracterizado pelo contato com o objeto e pela necessidade de compreendê-lo respeitando suas especificidades e observando-o através de uma dimensão tanto histórica quanto crítica.

Conhecidos o “clima de opinião” e as especificidades do objeto, entra em ação o último princípio estabelecido por Koerner (1996), denominado de “princípio da adequação”. Nessa última etapa, o historiógrafo pode “ligar os pontos” da linha espaço-temporal que

separa o objeto e o pesquisador. Nessa fase, é possível que o pesquisador compare e estabeleça conexões entre as especificidades do objeto analisado com as correntes atuais da linguística. Esse movimento de “ligar os pontos”, por sua vez, é fundamental para a compreensão do desenvolvimento das teorias linguísticas ao longo do tempo.

Outra proposta metodológica é apontada por Swiggers (2010). O teórico estabelece quatro etapas a serem executadas no trato com as fontes, a fim de que se compreenda o desenvolvimento de uma corrente linguística em um dado momento histórico. Essas etapas vão desde um trabalho mais abstrato, já que é preciso um movimento de construção do campo disciplinar, até a concretude da análise dos textos e do contexto que os cercam. Nas palavras de Swiggers (2010), as quatro etapas são caracterizadas do seguinte modo:

I-Reconstruir: o esforço de reconstruir um ideário dentro de um campo disciplinar impõe que o trabalho se conecte com a metodologia (da história) das Ciências.

II-Ideário linguístico: para chegar-se a uma compreensão adequada e fundamentada do ideário linguístico, é preciso ter a formação de linguista.

III-Trajectoria: para poder estudar um (tipo de) trajetória, é indispensável dispor de uma visão histórica relativamente ampla.

IV-Análise de textos: para que se preceda a uma análise de textos, são imprescindíveis (a) uma base heurística e (b) uma base hermenêutica.

V-Contexto: este item significa que o trabalho seja relacionado com a história intelectual e com a história socioeconômica (SWIGGERS, 2010, p. 43).

Conforme foi mencionado anteriormente, a proposta de Swiggers (2010) caminha operando com categorias que vão da abstração até a concretude. No caso da reconstrução, esta fase visa elaborar dentro do campo disciplinar perspectivas e ideais de trabalho que estejam intimamente conectados a uma metodologia. No que se refere ao “ideário linguístico” e à “trajectoria”, apesar de estarem metodologicamente separadas, ambas as etapas fazem parte de um processo simultâneo, uma vez que o trabalho na HL necessita que o pesquisador tenha formação na linguística, como também uma ampla visão histórica dos fatos.

Em relação ao critério denominado de “análise de textos”, esta etapa opera com dois subconceitos, intitulados “base heurística” e “base hermenêutica”. A base heurística compreende as atividades de “informar-se sobre as fontes e sua disponibilidade; ler textos-fontes; “catalogar” ideias; os pontos de vistas e a terminologia; contextualizar as ideias, os termos”. Já a base hermenêutica refere-se à “interpretação, que sempre se fundamenta no uso de categorias interpretativas” (SWIGGERS, 2010, p. 44). Associado à análise de textos, e em

conjunto com a etapa de “reconstruir, ideário linguístico e trajetória”, o contexto surge, mais uma vez, como um elemento importante na interpretação e na compreensão das fontes.

Mantendo o vínculo com as quatro etapas explicitadas anteriormente, Swiggers (2010) apresenta outros “conceitos atinentes à historiografia”. Esses conceitos, por seu turno, são palavras-chaves acionadas na reconstituição da narrativa historiográfica, de modo que o pesquisador as utilize como fio condutor diante do imenso volume de fontes e de fatos históricos, sociais e culturais que encobrem o objeto em análise. No quadro 3, segue um panorama com as categorias e com as palavras-chaves conectadas a essas categorias.

Quadro 3: Conceitos de Historiografia da Linguística

| <b>Categorias</b>                    | <b>Especificidades</b>                                                                                                                                                                                                                                         |
|--------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Pontos de ancoragem e agrupamento | 1a - Entidades discretas: textos, autores, usuários;<br>1b - Contínuos: redes, instituições, escolas, círculos, sociedade.                                                                                                                                     |
| 2. Linhas de evolução                | 2a - Curso evolutivo geral: mudança; revolução; progresso/estagnação, regressão, manutenção/perda/recorrência; continuidade/descontinuidade; inovação; antecipação;<br>2b - Segmentos Evolutivos: programas de investigação, tradições, cinosuras, paradigmas. |
| 3. Conteúdos, formatos e estratégias | 3a - Designações-rótulos: teoria, modelo ou abordagem particular;<br>3b - Conceitos e princípios teóricos; técnicas e estilo descrição;<br>3c - Termos T-teóricos.                                                                                             |

Fonte: (SWIGGERS, 2010, p.7-8)

São três categorias definidas por Swiggers (2010) e delas emanam uma série de conceitos-chave relevantes para a composição da narrativa historiográfica. O critério 1 refere-se aos agrupamentos. O conceito de “agrupamento” está intimamente associado com as relações entre autores, círculos, textos e instituições. A mobilização entre esses elementos possibilita que o historiógrafo da Linguística compreenda o funcionamento de uma corrente ou de um pensamento sobre a linguagem em um dado momento histórico.

O critério 2, intitulado “linhas de evolução”, abrange conceitos como “mudança, revolução, progresso e estagnação, continuidade e descontinuidade”, ou seja, essas palavras-chaves revelam de que modo uma dada corrente teórica desenvolveu-se ao longo do tempo promovendo, ou não, mudanças em perspectivas teóricas vigentes ou predominantes em uma época.

O critério 3, definido como “Conteúdos, formatos e estratégias”, está relacionado às teorias, métodos e técnicas de descrição utilizados em um momento histórico específico no decorrer no desenvolvimento e amadurecimento dos estudos concernentes à linguagem. Por isso, aparecem nesta etapa expressões como “designações e rótulos”, “conceitos e princípios

teóricos” e “Termos T-teóricos”. Essas palavras encapsulam e definem uma etapa em que o foco do trabalho historiográfico incide sobre o aparato teórico e metodológico da corrente em questão. Portanto, a interconexão entre esses três critérios permite que os fios desconectados pelo tempo sejam reestabelecidos na composição da narrativa historiográfica.

Além dos princípios de “contextualização, imanência e adequação”, estabelecidos por Koerner (1996), e dos “conceitos atinentes à historiografia linguística”, de Swiggers (2010), duas outras categorias podem ser lançadas na composição da narrativa historiográfica: a dimensão externa e a dimensão interna do instrumento em análise (BATISTA, 2016). A dimensão interna refere-se à análise das especificidades do objeto histórico, já a dimensão externa compreende os fatores políticos, culturais, sociais, isto é, o contexto histórico-social que impactou a elaboração do objeto. Sobre as particularidades da dimensão interna e da dimensão externa, Batista (2016) argumenta:

[...] a dimensão interpretativa histórica, atuante quando se toma como material de análise essa complexa configuração social das ciências, é reconstruída constantemente pelas perspectivas analíticas que a tomam como objeto de observação a partir de diretrizes teórico-metodológicas, neste caso aquelas assumidas pela Historiografia da Linguística. Coloca-se como função desse recorte teórico interpretar saberes sobre a linguagem humana (considerados como documentos ou textos históricos) tanto em sua dimensão interna (o que esses textos dizem, como dizem, por que o dizem), quanto em sua dimensão externa (o contexto histórico-social em que esses textos são legitimados como parte de um processo científico e /ou intelectual) (BATISTA, 2016, p. 303-304).

Observar internamente o objeto significa focar na materialização dos textos que permeiam esses objetos. Portanto, essa etapa se concentra naquilo que é dito pelas fontes, de modo que a dimensão interna lida com os seguintes questionamentos: “o que, como e por que dizem determinadas afirmações” os textos selecionados como fonte. Compreendendo esse movimento discursivo, empreendido internamente, alinha-se essa dimensão aos fatores externos ao objeto. Esses, por sua vez, referem-se às questões históricas e sociais que afetam o objeto (BATISTA, 2016). Essa etapa, por sua vez, partilha do mesmo ideal do princípio de contextualização proposto por Koerner (1996).

Finalizadas as apresentações das técnicas utilizadas na lida com as fontes, convém retornar à questão da conexão da historiografia com outras áreas do conhecimento, pois, ao lidar com o passado, a Historiografia da Linguística apresenta convergências com a História das Ideias Linguísticas. A História das Ideias foca na interface entre a atividade metalinguística e o pensamento linguístico fruto dessa atividade, associados a um contexto

específico. Já a HL lida diretamente com as concepções e teorias desenvolvidas ao longo do tempo sobre a linguagem como reflexo de um espírito da época. Vieira (2018) distingue as especificidades entre a Historiografia Linguística e a História das Ideias Linguísticas. Nas palavras de Vieira (2018):

A Historiografia da Linguística descreve e explica os processos históricos de formação e desenvolvimento das ideias sobre a linguagem em textos que emanam o espírito de uma época (Koerner, 1996; Altman, 1998). A História das Ideias Linguísticas analisa um pensamento linguístico, como produto de uma atividade metalinguística explícita ou não, no contexto sócio-histórico em que foi criado, difundido, compreendido, interpretado (Auroux, 1989; Fávero & Molina, 2004). Ambas estudam a constituição das línguas nacionais nos estados modernos europeus, e as gramáticas portuguesas do período vernacular e científico, a disciplinarização do português do Brasil, a relação entre os saberes metalinguístico e gramatical, as instituições onde tais saberes eram discutidos [...] (VIEIRA, 2018, p. 40).

Apesar de a Historiografia da Linguística e a História das Ideias Linguísticas apresentarem suas especificidades, algumas características do trabalho empreendido pela História das Ideias podem ser acopladas às pesquisas em Historiografia da Linguística. Fávero e Molina (2004), por exemplo, apresentam dois princípios que estão intimamente ligados ao trabalho em HL, sendo eles o princípio da exaustividade e a busca pelas fontes.

A exaustividade está ligada à composição da base documental. Isso significa que, quanto mais o pesquisador amplia o seu leque de fontes, mais dificultoso torna-se a composição da narrativa historiográfica, uma vez que a densidade e o volume de textos exige um trabalho constante de compreensão e reflexão dos pontos entrelaçados por fatores linguísticos, políticos, culturais e sociais (FÁVERO E MOLINA, 2004, p. 142).

Na elaboração da base documental, Fávero e Molina (2004) apresentam duas outras categorias, a saber, o horizonte de retrospectão e o horizonte de projeção (AUROUX, 1987, *apud* FÁVERO E MOLINA, 2004). O alicerce que sustenta o horizonte de retrospectão e projeção está fundamentado na capacidade da história de apontar o futuro, isto é, de projetar e representar os eventos subsequentes, tomando como ponto de partida os saberes do passado, pois “o saber não destrói o seu passado; ao contrário, ele organiza e o escolhe, do mesmo modo que antecipa seu futuro” (AUROUX, 1987 *apud* FÁVERO E MOLINA, 2004, p. 142).

Para Auroux (1992), todo o saber é constituído de duas frentes: memória e projeto, retrospectão e projeção, tradição e projeções de rupturas, ou seja, passado e futuro em uma rede de conexões e interconexões entre o que já se foi e a pretensão do que poderá ser (AUROUX, 1992). Desse modo, na perspectiva de Auroux (1992), o desenvolvimento do

saber se constitui sobre o pêndulo do passado e do futuro, isto é, na interconexão entre essas duas instâncias temporais.

Ainda com base em Fávero e Molina (2004), a busca pelas fontes implica necessariamente na dificuldade do historiógrafo em lidar com a distância entre o presente e o contexto em que elas foram elaboradas. Implícito a isso, a seleção e a interpretação das fontes, bem como o acesso e a preservação delas também são impasses impostos na lida com o passado.

No decorrer desta subseção, foram apresentados alguns conceitos pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa em Historiografia da Linguística, desde as definições até mesmo algumas categorias de análise. Na seção a seguir, algumas dessas categorias serão mobilizadas com o objetivo de resgatar os discursos em defesa do português brasileiro elaborados tanto pela linguística brasileira quanto por escritores no campo da literatura.

Esse movimento de retorno justifica-se neste trabalho, pois a presente pesquisa toma como base a perspectiva teórica de Auroux (1992). Para o teórico, todo saber é resultado de uma retrospectoção e de uma projeção, portanto o passado é parte constitutiva das teorias sobre a linguagem (KOERNER, 2014). Esse passado, por seu turno, carrega uma espécie de “enigma”, uma vez que ele comporta uma dupla realidade, sendo ao mesmo tempo o resultado daquilo que foi, mas também a soma daquilo que não é mais (NICOLAZZI, 2014).

Logo, a retrospectoção permite que o historiógrafo perceba os debates que foram travados no passado, mas também possibilita que a narrativa historiográfica, de algum modo, “recupere” as discussões diluídas ao longo do tempo, uma vez que “aquilo que não é mais” pressupõe, necessariamente, uma realidade que se perdeu ao longo do tempo.

E se o passado é componente integrante das teorias da linguagem, este trabalho partilha do posicionamento de Altman (2009, p. 128) de que “ideias linguísticas não se desenvolvem no vazio, desvinculadas de outras ideias que as circundam no momento em que entram em evidência, e das práticas que lhes são paralelas”. Logo, é coerente investigarmos o horizonte de retrospectoção (AUROUX, 1992) que encobre as discussões sobre a legitimidade do PB, pois os debates sobre o português brasileiro travados no passado impactaram diretamente as gramáticas contemporâneas elaboradas pelos linguistas.

### **3.2. José de Alencar e Mário de Andrade: a defesa da língua brasileira na esfera da literatura**

Antes de iniciar a narrativa historiográfica sobre os discursos em defesa do português brasileiro no domínio da linguística, é pertinente esclarecer que, no domínio da literatura, escritores como José de Alencar (1829-1877) e Mário de Andrade (1893-1945) defenderam o uso da língua nacional na literatura brasileira.

José de Alencar, por sua vez, imerso na estética romântica<sup>12</sup> e situado em um país recém-independente, defendeu a nacionalização da literatura através dos usos de símbolos tipicamente nacionais. Entre esses símbolos, destaca-se a figura do herói nacional tipificado na imagem do índio e nas variedades linguísticas presentes nos usos (MELO, 1972; BOSI, 2006).

Apesar de José de Alencar não utilizar as expressões “português brasileiro” ou “língua brasileira”, e autores como Melo (1972) e Leite (2001)<sup>13</sup> argumentarem que o escritor de Iracema não faz uma defesa em prol da legitimação e emancipação da língua brasileira, mas sim de um estilo brasileiro de se produzir literatura, no qual a língua é fundamental nesse processo, José de Alencar exerceu um importante papel político e linguístico na sua época, uma vez que o escritor, em diversos momentos, combateu, por exemplo, a exagerada postura

<sup>12</sup>“O acontecimento da Revolução Francesa produziu na Europa inteira – e no continente americano- uma profunda emoção, exprimindo-se em uma literatura do tipo emocional, que se deu a si mesma o nome de “romantismo”. A história desse movimento literário pode ser escrita em termos de história das revoluções: foi produzido pela revolução de 1789 e 1793; foi desviado pelo acontecimento contrarrevolucionário da queda de Napoleão, em 1815; reencontrou o *élan* inicial pela revolução de 1830; e acabou com a revolução de 1848. É literatura política, mesmo e justamente quando pretende ser apolítica (CARPEAUX, 1981, p. 1107). No Brasil, a estética romântica, disseminada na Europa, também encontrou o seu espaço em terras brasileiras. Coincidindo com o processo recente de independência, a estética romântica, no Brasil, pode ser sintetizada em duas palavras-chaves: o herói e a nação. O herói nacional, símbolo da brasilidade, é representado pela figura do índio, já a temática da nação encontra reforço no romantismo brasileiro como consequência do processo de independência concretizado em 1822, elaborando uma identidade, isto é, fundando “um passado mítico” para a “nobreza recente do país” (BOSI, 2006, p. 96).

<sup>13</sup> Gladstone Chaves de Melo (1972) em sua tese de livre docência intitulada *Alencar e a “Língua Brasileira”* trava uma discussão a respeito do título que Alencar recebeu como sendo um dos primeiros escritores a defender uma língua brasileira. Para Melo (1972), a defesa de José de Alencar não estava voltada para a emancipação do idioma, mas sim na liberdade de estilo, isto é, na defesa de um estilo brasileiro de literatura. Gladstone Chaves de Melo (1972) desmonta a tese da defesa da emancipação e legitimidade da língua brasileira atribuída a Alencar, argumentando que na análise das obras do escritor nota-se que “todo o sistema de Alencar é português: a flexão nominal, a flexão verbal, a construção da frase. O vocabulário novo só por si e desde que se enquadre no sistema da língua, isto é, obedeça às tendências fonéticas e tipos morfológicos da língua, não é bastante para alterar esta, antes a enriquece. É muito mais um fato de palavra, de estilo, que de língua (p.72)”. Mais adiante, Melo afirma (1972): “De modo que, francamente, não vejo onde está essa “língua brasileira” de Alencar, a não ser na cabeça de certos críticos anteriores ou no entusiasmo seu tanto ingênuo de alguns nacionalistas dos nossos dias (p. 73)”. Marli Quadros Leite (2003) , no artigo intitulado *Alencar e a formação do pensamento crítico sobre o português do Brasil*, partilha do mesmo posicionamento de Gladstone Chaves de Melo afirmando que “Alencar introduziu mais o “discurso brasileiro” em seus textos e não uma “língua brasileira”, vale dizer, introduziu mais uma maneira de falar ou uma prática enunciativa, e menos uma gramática brasileira.” Marli Quadros Leite (2003, p. 96), parafraseando Pinto (1999), ainda afirma: “Alencar não conseguiu defender uma tese ampla sobre a língua portuguesa no Brasil, embora aparentemente esse fosse o tema da discussão. Todos os esforços que enviou em defesa do que parecia ser da língua do Brasil, foram, em verdade, em defesa de usos pessoais”

prescritivista da tradição gramatical utilizada e explorada em demasia por seus opositores como argumento para deslegitimar romances como “Diva” (1864) e “Iracema” (1865).

Por explorar recursos linguísticos que não pertenciam à gramática lusitana, José de Alencar foi criticado tanto por escritores portugueses quanto por escritores brasileiros. Entre essas críticas, têm-se os argumentos contrários à escrita alencariana elencados por Pinheiro Chagas (1842-1895). Chagas (1867) foi incisivo quanto a “ausência de correção” na linguagem empregada por Alencar. Desse modo, o escritor e jornalista português afirma:

Não; esse não é o defeito que me parece dever nota-se na Iracema; o defeito que eu vejo nessa lenda, o defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente, **é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português**, por meio de neologismo arrojados e injustificáveis, e de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela!) chegarão a ser risíveis se quiserem tomar as proporções duma insurreição em regras contra a tirania de Lobato (CHAGAS, 1867, p.221 *apud* MELO, 1972, p. 12, grifos nossos).

Para Chagas (1867), um dos aspectos negativos da obra “Iracema” é a “falta de correção na linguagem portuguesa”. Para o escritor português, as subversões das regras do “velho português” é um defeito, pois não há legitimidade em fazer do “brasileiro” uma língua diferente do português europeu. Pinheiro Chagas (1867) não critica apenas Alencar, mas também a comunidade de escritores brasileiros que optam por utilizar os chamados “brasileirismos” dentro dos romances.

Gladstone Chaves de Melo (1972) esclarece que boa parte das críticas feitas a Alencar, consideradas como “erros de correção”, repousam sobre aspectos da gramática relacionados a questões concernentes à colocação pronominal, galicismos e regência. Para Melo (1972, p. 46), as várias “incorrekções” apontadas pelos críticos de Alencar refletem, na verdade, um “[...] erro dos críticos, puristas caturras e estreitos, gramáticos vieux style, para quem a ciência da língua é conhecer e mostrar aos incautos ‘o que se não deve dizer’”.

Diante das acusações dos “puristas caturro”, isto é, daqueles que definem o que “não pode ser dito na língua”, Alencar responde a Pinheiro Chagas que a mudança na língua portuguesa, em território brasileiro, é um “fato incontestável” e, por isso, há divergências entre o português do Brasil e o “velho idioma quinhentista”. Nas palavras de Alencar endereçadas a Pinheiro Chagas, o escritor argumenta:

Que a tendência, **não para a formação de uma nova língua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal**, existe no Brasil, é fato incontestável [...] Não admira que um literato português note em livros brasileiros certa dissonância com o velho idioma quinhentista. Se a transformação por que o português está passando no Brasil importa uma decadência, como pretende o Sr. Pinheiro Chagas, ou se importa, como eu penso, uma elaboração para a sua florescência, a questão é que o futuro decidirá [...] Todos os povos de gênio musical possuem uma língua sonora e abundante. O Brasil está nestas condições; **a influência nacional já se faz sentir na pronúncia muito mais suave do nosso dialeto** (ALENCAR, 1870, p. 166-168 *apud* MELO, 1972, p. 27-28, grifos nossos).

Alencar argumenta que as transformações da língua portuguesa no Brasil não são uma decadência como Pinheiro Chagas acredita, mas é um fato “incontestável”, reflexo de uma língua “sonora e suave” que transformou o idioma português em terras brasileiras. Nesse excerto, nota-se que José de Alencar não defendeu o surgimento de “nova língua” divergente do “velho idioma quinhentista”, mas o autor de *Iracema* argumenta em favor de uma transformação profunda do português falado e escrito no Brasil, cabendo o futuro legislar sobre a questão.

Além de José de Alencar, Mário de Andrade também defendeu explicitamente a legitimidade da língua brasileira. Nutrido pelo sentimento de renovação nas artes, e impulsionado, principalmente, pela “Semana de Arte Moderna”, celebrada em 1922, Mário de Andrade, imerso na estética moderna<sup>14</sup>, defendeu a produção de uma arte e de uma literatura genuinamente brasileira através da nacionalização das produções artísticas, rompendo com os padrões rígidos da estética parnasiana (CÂNDIDO E CASTELLO, 1996).

Nesse projeto, a língua não ficou esquecida pelos modernistas. Pelo contrário, a língua foi utilizada como um dos meios rumo à nacionalização da arte; por isso, o uso de variedades linguísticas próximas à fala do povo foi incorporado nas produções literárias de muitos escritores modernos, principalmente Mário de Andrade (1893-1945). Cândido e Castello (1996), discutindo sobre a liberdade estilística dos modernistas, argumentam que muitos dos escritores adeptos dessa estética rejeitavam os padrões da gramática portuguesa, optando em suas produções por uma linguagem mais próxima à fala do brasileiro. Nas palavras dos teóricos:

<sup>14</sup> Para uma rápida contextualização do movimento modernista, vejamos uma citação retirada do livro *História da Literatura Ocidental*, volume 8, de Otto Maria Carpeaux (1984). Esse trecho sintetiza o impacto do modernismo nas artes e na literatura internacional e nacional. Vejamos: “O modernismo é, deste modo, uma literatura autônoma. Sofre com as dores do corpo inteiro e reflete as intervenções cirúrgicas que a guerra e a revolução representam. Mas guarda sempre uma autonomia que nenhum estilo literário, desde a Renascença, possuíra. Daí a impressão de que o cubismo ou o modernismo constituírem novidades absolutas, contrárias a todos os cânones que, desde a Renascença, dominaram a pintura e a literatura. A evolução do estilo modernista obedeceu a lei autônomas, independente da realidade social” (CARPEAUX, 1984, p. 1993).

Do ponto de vista estilístico, pregaram a rejeição dos padrões portugueses, buscando uma expressão mais coloquial próxima do modo de falar brasileiro. Um renovador como Mário de Andrade começava os períodos pelo pronome oblíquo, adotava a função subjetiva do pronome se, abandonava inteiramente a segunda pessoa do singular; acolhia expressões e palavras da linguagem corrente, procurava incorporar literariamente o vocabulário usual. Em certos casos, chegou a imitar a sintaxe das línguas indígenas, com um sentido experimental que depois abandonou (CÂNDIDO E CASTELLO, 1996, p. 12).

Em relação a Mário de Andrade, Cândido e Castello (1996) afirmam que o autor de *Macunaíma* subvertia as regras de colocação pronominal, iniciando os períodos com pronome oblíquo, além de abandonar o uso da segunda pessoa do singular e incorporar palavras da linguagem corrente em suas obras. Os autores afirmam ainda que Mário de Andrade aderiu ao projeto de escrita utilizando, inclusive, a sintaxe das línguas indígenas, muito embora não tenha dado continuidade a esse projeto.

A defesa de Mário de Andrade a respeito da língua brasileira está explicitamente materializada nas cartas endereçadas a Manuel Bandeira (1886-1968). Nessas correspondências, Andrade e Bandeira travaram intensas discussões a respeito do assunto e da necessidade de nacionalizar a produção literária brasileira. Em uma das cartas, enviadas em 1º de julho de 1929, Mário esclarece sobre os seus sentimentos em relação ao escrever brasileiro, e sobre esse sentimento, o escritor afirma:

**Quando me senti escrevendo brasileiro, primeiro tudo o que pensei e estabeleci: Não reagir contra Portugal. Esquecer Portugal,** isso sim. É o que fiz. Inda faz pouco, João Ribeiro me chamou à fala num artiguete sobre se escrevo brasileiro ou português (Diário Nacional). E concluía que escrevemos por mais nota forçada, português. [...] Pouco me incomoda agora que eu esteja escrevendo igualzinho ou não com Portugal: **o que eu escrevo é língua brasileira pelo simples fato de ser a língua minha, a língua do meu país,** a língua que hoje representa muito mais o Brasil que Portugal: enfim: a língua do Brasil. (ANDRADE, 1956 *apud* Rodrigues, 2013, p. 104-105, grifos nossos).

No excerto mencionado anteriormente, retirado das correspondências entre Mário de Andrade e Manuel Bandeira, nota-se o escritor de *Macunaíma* relatando suas impressões ao escrever em língua brasileira. Para Andrade, a língua promove um vínculo de pertencimento, uma relação de identidade entre o falante e o seu país. Ao ser questionado por João Ribeiro sobre o idioma utilizado em suas obras, Ribeiro, segundo Andrade, conclui que o autor de “Paulicéia Desvairada” escreve português, e não brasileiro.

Apesar do questionamento de João Ribeiro, Andrade contra-argumenta afirmando que “pouco [o] incomoda agora que [ele] esteja escrevendo igualzinho ou não com Portugal”, pois para Mário de Andrade a sua convicção de língua brasileira está fundamentada no fato de ela ser a “sua língua”, a “língua do seu país”, de modo que esses dois critérios são suficientes para legitimar a língua brasileira em seus romances (RODRIGUES, 2003).

Além disso, Andrade, ao defender a língua brasileira, não pretendia utilizar dessa defesa como uma espécie de reação à Portugal. Esse posicionamento de Mário de Andrade segue um fluxo contrário dentro da própria estética modernista brasileira, pois essa corrente, embora tenha sido influenciada pelas vanguardas europeias como futurismo, dadaísmo e surrealismo, aderiu a um discurso anti-Europa, de muitas produções artísticas e literárias do período que explicitamente se mostravam contrárias às influências europeias (CÂNDIDO E CASTELLO, 1996). Na contramão dessa postura, Mário de Andrade, ao utilizar a língua brasileira e a língua portuguesa, opta pela postura do esquecimento em detrimento da reação. Desse modo, romper pressupõe, necessariamente, esquecer Portugal.

As cartas trocadas entre Andrade e Bandeira não foram exploradas à exaustão, pois esse não é o objetivo desta seção. O intuito é apresentar, brevemente, os debates sobre a legitimidade da língua brasileira na esfera da literatura. Apesar disso, é coerente apresentar o ponto de vista de Bandeira a respeito da língua brasileira defendida por Mário. No prefácio das primeiras edições das cartas, livro organizado pelo próprio Manuel Bandeira, o escritor apresenta o seu posicionamento sobre a questão.

Manuel Bandeira afirma que apoiou a ideia de Mário de Andrade sobre o abasileiramento do português literário, contudo o escritor foi contrário aos rumos que o projeto de língua brasileira tomou nos textos de Andrade. Para Bandeira, a língua brasileira do autor de *Macunaíma* tornou-se a “língua de ninguém”, uma “língua artificial”, pois Mário de Andrade começou a optar por deduções “lógicas, filosóficas e psicológicas” na elaboração da tal língua brasileira tornando-a artificial, na perspectiva de Bandeira. Essas críticas de Bandeira podem ser observadas no excerto retirado de uma das cartas trocadas entre os escritores. Nas palavras de Manuel Bandeira:

Outra coisa que vemos largamente esclarecida nesta correspondência é o caso da língua. Sempre fui partidário do abasileiramento do nosso português literário, de sorte que aceitava em princípio a iniciativa de Mário. Mas discordava dele profundamente na sua sistematização, **que me parecia indiscretamente pessoal, resultando numa construção cerebrina, que não era língua de ninguém.** Eu não podia compreender como alguém, cujo fim principal era “funcionar socialmente dentro de uma nacionalidade”, se deixava levar, por espírito de sistema, **a escrever numa linguagem**

**artificialíssima**, que repugnava à quase totalidade de seus patrícios. Mário, que se prezava de psicólogo, escrevia-me para justificar-se de seus exageros, que era preciso forçar a nota: “exigir muito dos homens pra que eles cedam um poucadinho”. O reformador não se limitava a aproveitar-se do tesouro das dicções populares, algumas tão saborosas como esse “poucadinho”, nascido por contaminação de “pouco” e “bocado”. Ia abusivamente além, procedendo por dedução “lógica, filosófica e psicológica” (BANDEIRA, 1956 *apud* RODRIGUES, 2013, p. 106-107, grifos nossos).

Para Bandeira (1956), o projeto de língua brasileira de Mário de Andrade tomou um certo exagero ao criar uma língua artificial, baseada não apenas no “tesouro das dicções populares”, mas em forçadas deduções lógicas criadas pelo gosto pessoal de Andrade. Apesar das críticas de Bandeira (1956), o projeto de língua brasileira, imerso no contexto da estética moderna, fez de Andrade um renovador (Cândido e Castello, 1996), no que se refere à linguagem do texto literário, pois, ao “escrever em língua brasileira”, Mário reorientou e inaugurou um estilo de escrita que prezou pela aproximação com a língua falada em terras brasileiras.

Nesta seção, foram apresentadas brevemente as defesas de José de Alencar e Mário de Andrade sobre o abasileiramento da língua literária. Alencar, ao aderir em suas obras um estilo próximo à língua falada em terras brasileiras, recebeu várias críticas dos “puristas caturras” (MELO, 1972). Para Melo (1972) e Leite (2003), Alencar não defendeu uma língua brasileira, mas um estilo brasileiro de escrever literatura nacional. Apesar disso, Alencar combateu o prescritivismo usado como argumento para deslegitimar obras como *Iracema* e *Diva*.

No caso de Mário de Andrade, no contexto da estética modernista, o escritor de *Macunaíma* foi mais explícito na defesa da língua brasileira. Subvertendo as regras de colocação pronominal e inovando na elaboração do léxico, por exemplo, Andrade foi dando forma ao projeto de língua brasileira.

Apesar de Manuel Bandeira ser contrário aos rumos que o projeto de língua brasileira estava tomando, produzindo uma “língua artificial” e de “ninguém” (BANDEIRA, 1956)<sup>15</sup>, a defesa de Mário de Andrade representou uma inovação dentro das produções artísticas e literárias impulsionadas, principalmente, pelo ideal de renovação pregado pelo movimento modernista. Além disso, não é possível deixar de mencionar que o projeto de língua brasileira, proposto por Andrade, de certo modo, fomentou as discussões sobre a legitimidade de uma língua genuinamente brasileira e divergente do português europeu.

---

<sup>15</sup> Essa citação de Bandeira (1956) foi retirada do trabalho de Rodrigues (2013).

### 3.3. A defesa do PB pela linguística brasileira: breve narrativa historiográfica

Na seção anterior, foram apresentados os discursos em defesa da língua brasileira com base em dois expoentes da literatura: José de Alencar e Mário de Andrade. Esta seção, por sua vez, tem por objetivo apresentar uma narrativa historiográfica sobre os projetos desenvolvidos pela linguística brasileira que deram forma às gramáticas contemporâneas do PB.

Neste percurso, serão utilizados o princípio de “contextualização”, de Koerner (1996), com objetivo de resgatar o “clima de opinião” da época, como também serão apresentados os fatores externos (BATISTA, 2016), que se referem às questões históricas, sociais e culturais que impactaram diretamente as discussões e os projetos em defesa do PB. Munidos do “clima de opinião” e das questões externas, serão apresentados também “o que, como e por que” os textos que defendem o português brasileiro fazem determinadas afirmações sobre a língua brasileira.

Os estudos do português no Brasil são categorizados por Guimarães (1996) em quatro etapas<sup>16</sup>. A primeira etapa compreende o processo de independência e a chegada das ideias românticas. Guimarães (1996) argumenta que, nesta primeira etapa, não havia estudos sobre o português no Brasil, mas existiam trabalhos relacionados às questões políticas e sociais da época como, por exemplo, os impactos do fim do tráfico de escravos (1815) na estrutura econômica, social e intelectual do país.

O segundo período data de 1857 e essa fase é marcada pela publicação do *Vocabulário Brasileiro* utilizado como complemento ao dicionário da língua portuguesa. Além dessa publicação, em 1923 surge o trabalho de Souza da Silveira (1923), intitulado de *Lições de Português*. Nessa obra, Silveira (1923) apresenta uma seção de Dialectologia tratando das especificidades do português no Brasil e em 1946, Silveira (1946) acrescenta um apêndice à obra com o título de *Denominação do idioma nacional do Brasil*.

O terceiro período, por sua vez, é marcado pela fundação das Faculdades de Letras e pelos trabalhos de Serafim da Silva Neto (1942), intitulado *História da Língua Portuguesa*. O trabalho de Neto (1942) associa a história da língua portuguesa a fatores políticos e sociais que impactaram a trajetória dessa língua. Outro importante trabalho desenvolvido na época, foi a pesquisa de Silveira Bueno (1855). O trabalho, denominado *A formação histórica da língua portuguesa*, discute a dialeção na língua, considerando as influências dos povos

---

<sup>16</sup> A periodização proposta por Guimarães (1996) foi utilizada nesta subseção, portanto as informações referentes aos quatro períodos, tais como títulos de trabalhos e nome de pesquisadores, foram retiradas dessa periodização.

indígenas e africanos na língua, além de debater e combater o purismo linguístico tão forte e presente na época.

É também nesse terceiro período que surgem os primeiros trabalhos mais consistentes a respeito da língua portuguesa no Brasil, a exemplo da primeira edição de *Princípios de Linguística Geral*, de Mattoso Câmara (1941), além do *Atlas Prévio dos Falares Baianos*, elaborado por Nelson Rossi (1927-2014) entre os anos de 1963-1965. O Atlas linguístico de Rossi (1963-1965) foi produzido tendo como base a perspectiva teórica da geografia linguística.

Ainda no terceiro período, Celso Cunha (1956) lança o livro *A política do idioma*. Neste livro, Cunha (1917-1989) apresenta uma discussão em defesa da unidade da língua portuguesa. É também neste terceiro período, mais especificamente em 1959, que a *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB) é instituída como uma política linguística nacional com o objetivo de “[...] normatizar e padronizar o ensino de Língua Portuguesa no Brasil” (QUEIROZ; GUGONI, 2019, p. 92), impactando, assim, o fazer o gramatical por inúmeras gerações.

O quarto período, por sua vez, é marcado pela chegada da Linguística nos cursos de Letras e pela criação dos cursos de pós-graduação da USP, em 1961, e da UNICAMP, em 1971. Essa última etapa é caracterizada também pela publicação de trabalhos gramaticais na perspectiva estruturalista, gerativista e funcionalista, e trabalhos em semântica, sociolinguística, linguística histórica, análise do discurso e trabalhos na área da pragmática (GUIMARÃES, 1996).

Gladstone Chaves de Melo (1981) também apresenta uma série de trabalhos publicados a partir da década de 30 sobre a realidade linguística do português no Brasil. Melo (1981) não subdivide esses trabalhos em categorias como Guimarães (1996), mas apresenta uma síntese das abordagens propostas nessas pesquisas, como também apresenta os fatores externos (BATISTA, 2016) que impactaram a elaboração desses trabalhos na época.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> É pertinente esclarecer que para a elaboração desta narrativa historiográfica, foi preciso executar algumas seleções. Pelo volume de trabalhos publicados no horizonte de retrospectiva (AUROUX, 1992), não é possível abordar com detalhes todas as obras elencadas neste capítulo, em virtude dos objetivos desta dissertação, como também do espaço disponível, uma vez que esta narrativa compreende apenas um único capítulo desta pesquisa logo, não é possível tratar com pormenores o cabedal de discussões sobre o português brasileiro. Desse modo, tomando como base a periodização de Guimarães (1996), foram selecionados alguns eventos do segundo e do terceiro período. Do segundo período, esta dissertação focou nos debates travados entre Alencar os puristas da língua. Do terceiro período, foram selecionados alguns trabalhos publicados por volta da década de 1930 com o objetivo de apresentar uma síntese das discussões elaboradas nessas pesquisas. Entretanto, o centro da nossa narração incide diretamente nos eventos que caracterizam o quarto período da periodização proposta por Guimarães (1996). O quarto período é marcado pela chegada da linguística no curso de Letras e da fundação dos programas de pós-graduação na área. É nesse período que muitos projetos sobre a realidade do PB começaram

Nas palavras iniciais do capítulo “A Língua Portuguesa no Brasil: resenha bibliográfica”, Melo (1981) aponta os fatores que, ao longo dos anos 30, impactaram a vida intelectual brasileira influenciando a produção de trabalhos com o foco nas especificidades do país. Segundo Melo (1981), as mais diversas áreas do conhecimento voltaram-se para a realidade do Brasil como consequência da Primeira Guerra Mundial e dos anos posteriores à década 1930. Sobre esses dois fatores, Melo (1981) argumenta:

A quem está em dia com a **vida intelectual do nosso país** não pode passar despercebida uma grande **eflorescência de estudos relativos ao Brasil**. Após a **primeira guerra mundial, mormente depois de 1930**, passaram a constituir legião as obras, opúsculos, ensaios, artigos que têm por **objeto a realidade brasileira**, em todos os seus aspectos, que sondam de perto e com amor as **palpitações da vida nacional, no passado e no presente**, que analisam miudamente e através de **vários prismas a história das nossas manifestações artísticas e a evolução do pensamento brasileiro** (MELO, 1981, p. 1, grifos nossos).

Segundo Melo (1981), os estudos com foco na realidade brasileira foram elaborados considerando as múltiplas manifestações artísticas e culturais do país, bem como o desenvolvimento do pensamento intelectual brasileiro. Esses estudos, por sua vez, foram gestados sobre vários “prismas”, isto é, várias áreas do conhecimento trouxeram reflexões sobre fatores sociais, culturais e econômicos que impactaram decisivamente a realidade e o desenho da sociedade brasileira.

Conforme já foi mencionado no início deste capítulo, as ideias e teorias não surgem isoladas de seus contextos históricos, políticos e sociais (KOERNER, 2014), portanto esses fatores considerados externos ao objeto (BATISTA, 2016) impactam diretamente a produção de pesquisas e, consequentemente, interferem na elaboração de ideias linguísticas e de teorias (FÁVERO E MOLINA, 2014). Sabendo disso, Melo (1981) aponta, como fatores externos responsáveis por fomentar a produção de trabalhos com foco na realidade brasileira, a primeira grande guerra e a década de 30.

No âmbito nacional, o ano de 1930 foi marcado por alguns acontecimentos importantes impulsionados, por sua vez, pela crise mundial de 1929. A chamada “Grande Depressão”, ocasionada pela queda nas ações da bolsa de valores em Nova York, trouxe impactos na economia brasileira. O Brasil, país essencialmente agrário, exportava o café para

---

ser implementados e esses projetos, por sua vez, impactaram diretamente a elaboração das gramáticas contemporâneas do PB. Portanto, este capítulo não é uma narrativa exaustiva com a finalidade de apresentar as minúcias dos trabalhos elaborados ao longo do tempo sobre a realidade linguística do português no Brasil, do Brasil ou brasileiro, mas sim, a partir de algumas dessas produções, produzir uma narrativa coerente de modo a que se possa perceber como essas discussões e debates chegaram às gramáticas contemporâneas do português brasileiro.

os Estados Unidos. Com a crise, o governo brasileiro comprou e queimou as sacas de café excedente, diminuindo a oferta, evitando uma crise mais expressiva. Entretanto, os impactos foram sentidos no Brasil e o então presidente Washington Luís (1869-1957) sofreu os reflexos da crise em seu governo.

Como consequência da crise de 1929 no governo de Washington Luís, chegava ao fim a política do “café-com-leite” instituída ao longo da República Velha (1889-1930). O pacto selado entre as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo de se revezarem no poder foi abalado quando o então presidente Washington Luís indicou o paulistano Júlio Prestes (1882-1946), do Partido Republicano Paulista (PRP), como candidato à Presidência da República. A indicação do paulistano não agradou os mineiros, uma vez que, dentro da lógica da política do café-com-leite, a indicação deveria partir de Minas (CANO, 2015).

Desse modo, os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraíba não deram apoio à candidatura de Júlio Prestes. Descontentes, essas províncias fundaram a Aliança Liberal (AL) e indicaram Getúlio Vargas (1882-1954) como candidato na disputa pelas eleições de 1930. Prestes acabou ganhando as eleições daquele ano, mas em julho de 1930, a execução de João Pessoa por João Dantas, embora motivadas por questões pessoais, foi o estopim nacional que motivou uma organização militar que depôs Washington Luís, mandando-o para o exílio, e fazendo Getúlio Vargas assumir o governo com plenos poderes, comandando o país durante quinze anos (1930-1945) (ALMEIDA, 1978).

O contexto político da “Revolução de 30”, somado aos quinze anos da Era Vargas (1930-1945), acabaram impactando movimentos artísticos e literários no período. Entre os anos de 1937 e 1946, o Brasil vivia sob regime do Estado Novo, a ditadura Vargas promovia uma intensa propaganda nas mais diversas instâncias sociais disseminando o nacionalismo, um projeto político e ideológico em que diversos elementos simbólicos eram mobilizados para representar a nação brasileira a fim de exaltar a soberania nacional. A língua, por exemplo, foi um desses elementos utilizados por Vargas, sobretudo no sistema educacional de ensino, através das reformas de Gustavo Capanema (BACHELET; NUNES, 1942).

Nesse sentido, havia, após os anos 30, um “clima de opinião” que concorria para desvelar a realidade do Brasil, seja pela combustão de um nacionalismo exacerbado, ou até mesmo como um reflexo da situação social que o país enfrentava. Fruto de uma conjuntura política e econômica dos anos anteriores, o Brasil estava no alvo das produções intelectuais da época. A título de exemplificação, na década de 30, dentro das produções literárias brasileiras, eclodem os romances regionalistas. Os impactos da semana de 22 não atingiram o país como

um todo, logo o desejo de representar a nação e seus problemas sociais ganhou a adesão de escritores nordestinos, que, influenciados pelo pensamento de Gilberto Freyre (1900-1987), começaram a produzir uma literatura em que o Brasil e seus problemas são retratados, tendo o Nordeste como pano de fundo.

Retratando a miséria, a fome, a seca e as desigualdades sociais, romances como “A bagaceira” (1928), de José Américo de Almeida (1887-1980), “O quinze” (1930), de Rachel de Queiroz (1910-2003), e “Vidas Secas” (1938), de Graciliano Ramos (1892-1953), apresentaram um Brasil nordestino com seus conflitos e problemas sociais até então pouco explorados, aderindo, inclusive, a uma linguagem mais coloquial e próxima das variedades linguísticas do Nordeste. Na outra ponta, no campo das artes plásticas, a década de 30 e sua conjuntura política impulsionaram a produção de uma arte em que o Brasil era representado em seu cotidiano, tendo o operário e a sua condição de trabalho como uma temática constante (SANTINI, 2014).

Esse breve panorama nos ajuda a compreender o “clima de opinião” mencionado por Melo (1981), após a década de 30. Em relação à língua, os impactos desses acontecimentos contribuíram para o surgimento de trabalhos que focavam na realidade da língua portuguesa no Brasil. Entretanto, embora Melo (1981) destaque a importância dessa década, o filólogo aponta que as discussões sobre a legitimidade da língua brasileira entraram em cena após a proclamação da independência do Brasil, em 1922.

Já foi mencionado, na seção “José de Alencar e Mário de Andrade: a defesa da língua brasileira na esfera da literatura”, que o contexto pós-independência teve um impacto na defesa de Alencar acerca do abasileiramento da literatura nacional. Sobre a importância do processo de independência e a efervescência dos debates sobre a língua brasileira, Melo (1981) argumenta:

**O problema não é novo.** Vai mais de um século que pela primeira vez **se ventilou a questão da língua do Brasil**. Foi exatamente num momento de intensificação do **sentimento nacional**, naquele ambiente de exaltação patriótica que preparou, **viu e sobreviveu à proclamação da Independência**, que surgiu a preocupação da língua própria. Não tão nítida como agora, é bem verdade. Porém, houve, ainda em 1826, **quem salientasse que a língua do Brasil** já não era a mesma, absolutamente a mesma que a de Portugal. De lá para cá o assunto tem voltado à cena de vez em quando (MELO, 1980, p. 2, grifos nossos).

Para o autor, o sentimento nacional, impulsionado pelo processo de Independência, influenciou os debates sobre a língua do Brasil, apontando, por exemplo, as divergências entre o português de Portugal e o português do Brasil, utilizando tais divergências como argumento

para justificar a legitimidade de uma língua brasileira. Diante dessa série de fatores que influenciaram a produção de pesquisas sobre a realidade linguística do Brasil após a década de 1930, Melo (1981) apresenta uma lista desses trabalhos. No quadro 4, segue um panorama com os títulos desses trabalhos:

Quadro 4: Trabalhos publicados após a década de 30 sobre o português no Brasil

| <b>Autor</b>                | <b>Data</b> | <b>Livro</b>                                                                    |
|-----------------------------|-------------|---------------------------------------------------------------------------------|
| Renato Mendonça             | 1936        | O português do Brasil                                                           |
| Amadeu Amaral               | 1920        | O dialeto caipira                                                               |
| Joaquim Gomes de Campos     | 1920        | Dialeto rio grandense                                                           |
| Virgílio Lemos              | 1916        | A língua portuguesa no Brasil                                                   |
| Antenor Nascente            | 1953        | Linguaajar carioca                                                              |
| Solidônio Leite             | 1922        | A língua portuguesa no Brasil                                                   |
| Clóvis Monteiro             | 1931        | Português da Europa e português da América                                      |
| João Ribeiro                | 1933        | A língua nacional                                                               |
| Herbert Parentes Fortes     | 1933        | A gramática e a evolução da língua portuguesa                                   |
| Antenor Nascentes           | 1923        | O idioma nacional                                                               |
| José de Sá Nunes            | 1938        | A língua vernácula. Gramática histórica e antologia                             |
| Mário Marroquim             | 1934        | A língua do Nordeste                                                            |
| Domingos Castro Lopes       | 1935        | A língua brasileira                                                             |
| Renato Mendonça             | 1936        | O português do Brasil. Origem – evolução                                        |
| Cândido Jucá Filho          | 1937        | Língua nacional                                                                 |
| Cândido Jucá Filho          | 1980        | Ensaio de geografia linguística                                                 |
| Edgard Sanches              | 1940        | Língua brasileira                                                               |
| Artur Neiva                 | 1940        | Estudos da língua nacional                                                      |
| Sílvio Elia                 | 1940        | O problema da língua brasileira                                                 |
| Jacques Raimundo            | 1941        | A língua portuguesa no Brasil<br>(Expansão, penetração, unidade e estado atual) |
| Serafim da Silva Neto       | 1950        | Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil                             |
| Teodoro Sampaio             | 1901        | O tupi na geografia nacional                                                    |
| Jacques Raimundo            | 1933        | O elemento afro-negro na língua portuguesa                                      |
| Joaquim Ribeiro             | 1935        | A influência africana no português do Brasil                                    |
| Jacques Raimundo            | 1933        | O elemento negro                                                                |
| Artur Neiva                 | 1940        | Estudos da língua nacional                                                      |
| Aires da Mata Machado Filho | 1944        | O negro e o garimpo em Minas Gerais                                             |
| Lei de Vasconcelos          | 1901        | Esquisse d'une dialectologie portugaise                                         |
| José Pedro Machado          | s/d         | O português do Brasil                                                           |
| Antônio Sérgio              | 1937        | Geografia linguística e cultura brasileira                                      |
| Herbert Parentes Fortes     | 1957        | A questão da língua brasileira                                                  |
| Cassiano Ricardo            | 1958        | A cigarra, do Rio                                                               |
| Barbosa Lima                | 1958        | A língua portuguesa e a unidade do Brasil                                       |
| Clóvis Monteiro             | 1959        | Fundamentos clássicos do português do Brasil                                    |
| Arlindo de Sousa            | 1960        | A língua portuguesa no Brasil                                                   |
| Celso Cunha                 | 1968        | Língua portuguesa e realidade Brasileira                                        |
| Gladstone Chaves de Melo    | 1951        | Alencar e a "língua brasileira                                                  |

FONTE: Melo (1981, p. 1-15)

A resenha de Melo (1981) apresenta os títulos de uma série de trabalhos publicados após a década de 30 sobre a condição da língua portuguesa no Brasil. As publicações que tratam da dialetologia da língua portuguesa no Brasil são os trabalhos de Renato Mendonça (1936), Amadeu Amaral (1920) e Joaquim Gomes (1920). Mendonça (1936), por exemplo, defende a tese de que a língua do Brasil possui um conjunto de dialetos, sendo o português do Brasil dividido em três fases: pré-histórica (1826-1879), histórico-etnográfica (1879-1920) e dialetológica (1920-).

Além da dialetologia, produziram-se também trabalhos apontando as diferenças entre o português falado no Brasil e o português da Europa. Utilizando as expressões “português americano e português europeu”, Melo (1981) elenca os trabalhos dentro dessa categoria. Dentre eles estão as publicações de Nascentes (1942), Silveira (1923) e de Sá Nunes (1938). O trabalho de Nascentes (1942), retomando o trabalho de Silveira (1923), apresenta as diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil. Já Sá Nunes (1938), por sua vez, além de apresentar as diferenças, aponta também para as convergências entre o português europeu e o português da América, afirmando que “fatos que pareceriam peculiares ao português brasileiro se encontram em variantes dialetais do português continental” (NUNES, 1938 *apud* MELO, 1981, p. 5).

Outros trabalhos defenderam explicitamente a concepção de língua brasileira. Nesse segmento, encontram-se as pesquisas de Lopes (1935), Fortes (1933) e Sanches (1940). Lopes (1935) e Sanches (1940) utilizam a expressão “Língua Brasileira” nos títulos das suas pesquisas. Sanches (1940), por seu turno, argumenta que a legitimidade da língua brasileira se encontra justamente nas divergências dialetais entre o português europeu e português americano, portanto o argumento utilizado por Sanches (1940) para justificar a legitimidade da língua brasileira está fundamentado nas diferenças dialetais.

Baseando-se no quadro 4, inúmeros trabalhos da dialetologia do português no Brasil foram publicados após a década de 30; entretanto, essas pesquisas não eram suficientes a ponto de se ter uma compreensão mais extensa da realidade linguística do Brasil. Nos anos 60, esse panorama começou a se modificar com a chegada da Linguística no curso de Letras, instituída por Darcy Ribeiro (1922-1997), então Ministro da Educação (1962 e 1963).

A implementação dessa política linguística trouxe implicações práticas, pois a política do MEC esbarrava na ausência de linguistas para ministrarem essas disciplinas. Como saída, a Universidade de Brasília (UnB) ficou responsável por ofertar um curso de especialização, com o objetivo de formar linguistas para ministrarem essas disciplinas. Estruturalistas americanos do SIL, *Summer Institute of Linguistics*, foram responsáveis por essa formação

com base na linguística pikeana, conhecida como tagmêmica, fundada por Kenneth Pike (1912-2000). Após a implementação da Linguística nos cursos de Letras, em 1961 é inaugurada a primeira pós-graduação na área, alocada na USP (GUIMARÃES, 1996).

Com a presença da Linguística no curso de Letras e das primeiras pós-graduações na área, a década de 70 é marcada pela realização de projetos coletivos de descrição da língua falada no Brasil. Ao passo que na década de 30 os trabalhos sobre a realidade linguística eram realizados isoladamente, na década de 70 essa realidade se transforma. É desse período que o “Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta” (Projeto *NURC*) é desenvolvido pelos linguistas brasileiros.

Esse projeto, originalmente, foi idealizado pelo professor da Universidade Autônoma do México, Juan Lope Blanc, com o título de “Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica”. O projeto organizado por Blanc tinha por objetivo “descrever a norma culta no espanhol falado” (SILVA, 1996, p. 84). A proposta foi apresentada no *II Simpósio do PILEI* (Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idioma), organizado em agosto de 1964 em Bloomington, nos Estados Unidos (SILVA, 1996).

Castilho (2007) explica que Juan Lope Blanc fazia dialetologia descrevendo os falares das regiões rurais, mas, com a intensa migração para a cidade, Blanc resolveu fazer a dialetologia urbana. Em 1960, “Lope Blanc propôs o estudo da norma urbana culta falada nas capitais, não apenas para o espanhol, mas em toda América e em Portugal”.<sup>18</sup> A proposta do professor Blanc, apresentada no *II Simpósio do PILEI*, germinou e no ano de 1968, mais especificamente no *IV PILEI*, o professor Nelson Rossi<sup>19</sup>, da Universidade Federal da Bahia, aderindo ao projeto mexicano, transporta o “Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Culta [...]” para o Brasil com o objetivo de descrever a norma culta brasileira considerando cinco capitais “com mais de um milhão de habitantes: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre” (SILVA, 1996, p. 84).

No ano de 1969, no *III Instituto Interamericano de Linguística*, organizado pelo *PILEI*, sediado na cidade de São Paulo, o professor Nelson Rossi organizou uma reunião com diversos pesquisadores a fim de que o projeto *NURC* fosse executado nas capitais selecionadas. Para tanto, naquela reunião, foram eleitos o coordenador geral do projeto e os

---

<sup>18</sup> Este trecho foi retirado da entrevista de Castilho (2007) disponível no seguinte endereço: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/ataliba-teixeira-de-castilho-o-linguista-libertario-parte-3>. Acesso em: 05/08/2020

<sup>19</sup> O professor Nelson Rossi, dialetólogo, foi autor do primeiro Atlas Linguístico brasileiro intitulado *O Atlas prévio dos falares baianos* (ROSSI, 1963 *apud* MOTA, 2019).

coordenadores regionais responsável pelo *NURC* nas cinco capitais pré-estabelecidas (MOTA, 2019). Sobre os encaminhamentos daquela reunião, Mota (2019) resgata as decisões tomadas a respeito da gerência do *NURC*. No excerto a seguir, seguem os nomes dos linguistas responsáveis pelos núcleos do projeto nas cinco capitais brasileiras. Segundo Mota (2019):

Quanto à coordenação geral do Projeto, aceitou-se a proposta de Rossi, decidindo-se por um sistema de rodízio, na Coordenação, renovado a cada reunião nacional. Por consenso, ele foi escolhido como o primeiro Coordenador Geral da Comissão que passou a integrar, juntamente com os Coordenadores Regionais responsáveis pelas outras quatro capitais – José Brasileiro Vilanova (Recife), Celso Ferreira da Cunha (Rio de Janeiro), Isaac Nicolau Salum e Ataliba Teixeira de Castilho (São Paulo), Albino de Bem Veiga (Porto Alegre) (MOTA, 2019, p. 57).

Após a reunião organizada em janeiro de 1969, em novembro daquele ano, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), os coordenadores do *NURC* decidiram sobre as questões metodológicas e do fluxo de trabalho a ser executado pelas equipes. Essas reuniões aconteceram até os anos de 1987 (MOTA, 2019).

Na busca por conhecer a norma urbana culta do Brasil, Freitag (2019) afirma que o *NURC* não era apenas um projeto sociolinguístico de descrição da fala culta, mas também um projeto de ensino. Portanto, é no seio do *NURC* que o trabalho de descrição operado pela Linguística lança seus holofotes para o ensino de língua materna. Desse modo, o projeto foi estruturado em seis objetivos basilares, que compreendem a coleta de material, o conhecimento das normas tradicionais vigentes na oralidade, como também o redirecionamento do ensino de língua materna pautando-se em dados linguísticos obtidos através do alto rigor metodológico. No excerto a seguir, seguem os seis objetivos do projeto apresentados por Freitag (2019), com base em Silva (1996):

1. Coletar materiais que possibilite o estudo da modalidade oral culta da língua portuguesa em seus aspectos fonéticos e fonológicos, morfossintáticos lexicais e estilísticos.
2. Ajustar o ensino de língua portuguesa a uma realidade linguística concreta, evitando a imposição indiscriminada de uma só norma histórico-literária, por meio de um tratamento menos prescritivo e mais ajustado às diferenças linguísticas e culturais do país.
3. Superar o empirismo na aprendizagem da língua-padrão pelo estabelecimento da norma culta real.
4. Basear o ensino em princípios metodológicos apoiados em dados linguísticos cientificamente estabelecidos.
5. Conhecer as normas tradicionais que estão vivas e quais as superadas, a fim de não sobrecarregar o ensino com fatos linguísticos inoperantes.

6. Corrigir distorções do esquema tradicional da educação brasileira, entravado por uma orientação acadêmica e beletrista (SILVA, 1996 *apud* FREITAG, 2019, p. 129).

Os seis pontos apresentados anteriormente referem-se aos objetivos associados ao projeto *NURC*. Na leitura desses objetivos, percebe-se que o projeto se preocupava com a questão do ensino. Analisando os objetivos, o item número 2, por exemplo, aponta para uma mudança nas aulas de língua portuguesa baseada nos achados do *NURC*. Desse modo, o ensino da norma-padrão seria ajustado com base em uma norma real e concreta comprovada através dos dados extraídos do projeto.

Mediados por tais objetivos, ao longo da existência do *NURC*, foram levantados um total de 1500 horas<sup>20</sup> de registros magneto-fônicos, coletados entre os anos de 1972 e 1978, considerando falantes do sexo feminino e masculino, com nível superior e nascidos nas capitais selecionadas para o projeto. Esses falantes foram separados em três categorias: falantes entre 25 a 35 anos, 36 a 55 anos e de 56 anos em diante. As gravações ocorreram considerando três contextos distintos, sendo eles aulas e conferências (elocução formal/EF), diálogos informais (considerando dois interlocutores) e as entrevistas (entre os participantes e o pesquisador).

Na obtenção dos dados, como também no tratamento empregado pelos pesquisadores sobre o *corpus* coletado, Lucchesi (2015) afirma que “o *NURC* não segue a metodologia laboviana. Assim, as entrevistas não adotam os procedimentos sugeridos por Labov (2008 [1972]) para superar o paradoxo do observador e obter uma amostra do vernáculo do falante” (LUCCHESI, 2015, p. 219 *apud* FREITAG, 2019, p. 128). Desse modo, embora o *NURC* tenha documentado um amplo acervo sociolinguístico, as entrevistas realizadas não seguiam os protocolos, segundo Freitag (2019), das entrevistas da sociolinguística variacionista.

Se por um lado, não foi possível controlar a presença do observador, por outro, o contexto das aulas e conferências acabou se restringindo à categoria dos professores universitários. Em relação aos diálogos informais e às entrevistas, esses foram estruturados com base em um roteiro que tratava de temas como alimentação e vestuário, por exemplo (FREITAG, 2019).

Os três contextos de interação em que os falantes foram submetidos apresentaram algumas lacunas. A primeira refere-se ao paradoxo do observador, uma vez que não é possível blindar a interferência do pesquisador. A segunda lacuna está relacionada ao fato de que nos

<sup>20</sup> Tais informações foram coletadas do site do *NURC/RJ*, disponíveis no seguinte endereço: <http://nurcrj.letas.ufrj.br/historico.htm>. Acesso em: 05/08/2019.

“diálogos”, o projeto não conseguiu controlar o nível de formalidade entre os falantes. Esse seria, para Lucchesi (2015), um dos problemas relacionados aos dados do NURC. Nas palavras do linguista:

As entrevistas seguiam a metodologia da dialetologia tradicional e tinham por tema uma determinada área lexical (como alimentação, viagem, vestuário etc.). Com isso, o nível de formalidade das entrevistas não foi controlado e é variável, comprometendo a observação dos dados no que concerne à variação estilística (LUCCHESI, 2015, p. 132 *apud* FREITAG, 2019, p. 132).

As lacunas do projeto, como as que foram apontadas por Lucchesi (2015), também foram percebidas por Ataliba de Castilho. Em uma entrevista concedida a revista “Pesquisa Fapesp” e reproduzida no blog da Parábola Editorial<sup>21</sup>, o linguista explica os fatores externos (Batista, 2016) que contribuíram para a formação do projeto NURC, bem como as limitações do projeto atribuídas, principalmente, ao roteiro utilizado na obtenção dos dados, isto é, na metodologia empregada pelo projeto. Nas palavras de Castilho (2007):

Seguimos exatamente a mesma metodologia do projeto original. O Nurc foi muito bem nas gravações das entrevistas e depois nas transcrições, mas falhou na descrição. Foi feito um *corpus* gigantesco, com 1.500 horas de gravação. Quando chegou na descrição das estruturas – fonologia, morfologia, sintaxe –, não deu certo porque o questionário usado nas entrevistas não tinha uniformidade teórica, era um trambolho. Apliquei o questionário para estudar aspecto e tempo verbal e vi que aquilo não levaria a resultado nenhum, porque cada pergunta correspondia a uma teoria, diferente da que embasava a pergunta seguinte. Escrevi um texto sobre a não praticabilidade do questionário para a etapa mais importante, a descrição, o conhecimento. Em 1981, em um congresso na Universidade Cornell, nos Estados Unidos, li o texto. Pensei que Lope-Branch iria me matar, pois ele era muito enfático em suas intervenções, mas caí do cavalo. Sabe o que ele disse? “Você tem razão.” Quando não tínhamos como decidir, submetíamos a questão a uma votação, como se ciência fosse democracia. Não é, tem de ter coerência no conceito e não decidir no voto. Quando ele falou isso, concluí que tínhamos de sair do projeto. Mas, ao mesmo tempo, não podíamos deixar de usar a maravilhosa quantidade de dados que o Nurc já tinha produzido (CASTILHO, 2007).

Para Ataliba de Castilho (2007), o projeto foi satisfatório na etapa das gravações e transcrições, mas, no que se refere a etapa da descrição, a metodologia empregada pelo projeto não produziu resultados satisfatórios. Castilho (2007) critica a inconsistência do

<sup>21</sup> A entrevista está no link: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/ataliba-teixeira-de-castilho-o-linguista-libertario-parte-3>. Acessado em 09/09/2019.

questionário e a falta de uniformidade teórica. Desse modo, o roteiro tornou-se inviável. Em um evento realizado em 1981, Castilho (2007) apresenta as lacunas presentes na metodologia empregada pelo NURC para o próprio idealizador do projeto, o linguista Lope-Blanc. Em concordância com Blanc, Castilho (2007) decide sair do *NURC*, mas sem desconsiderar o volume de dados coletados ao longo do projeto.

Diante dessas lacunas, o linguista lança um outro projeto coletivo com o objetivo de elaborar uma gramática da fala. Tratava-se do *Projeto de Gramática do Português Falado* (PGPF). Nesse projeto, foram convidados os professores Mary Kato e Rodolfo Ilari, da Unicamp, Leda Bisol, da PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio Grande do Sul, e Luiz Antônio Marcuschi, da UFPE. Sobre a gênese desse projeto, Castilho explica:

Voltei inconformado com os rumos do projeto, mas depois tive a ideia de chamar os melhores linguistas do Brasil, que ainda não participavam do Nurc. Chamei **Mary Kato** e **Rodolfo Ilari**, da Unicamp, **Leda Bisol**, da PUC [Pontifícia Universidade Católica] do Rio Grande do Sul, **Luiz Antônio Marcuschi** [1946-2016], da Universidade Federal de Pernambuco, e vários outros. Expliquei que o Nurc havia empacado porque a metodologia não tinha consistência. Perguntei se eles topavam fazer uma gramática usando o material do Nurc. Aí me perguntaram como eu queria essa gramática. Respondi: “Como eu quero, não; como nós queremos; é o trabalho de um grupo”. Então lancei a proposta de cada um ir para um canto e escrever um texto intitulado “Minha gramática como a concebo”, assim mesmo, com esse cacófato. Os grupos com afinidade teórica se reuniram espontaneamente, os gerativistas, os funcionalistas, os estruturalistas, cada um de um lado. Como o que cada grupo escreveu formava um grupo de trabalho de pesquisa, nos dividimos de acordo com as ideias de cada um deles e planejamos nos encontrar uma vez por ano para discutir os resultados, usando de muita franqueza. Depois dos debates, cada um de nós recolhia o que tinha sobrado de seu texto, porque era muito séria a discussão. Depois, refazíamos os ensaios, que eram então publicados, formando uma coleção de nove volume (CASTILHO, 2007)<sup>22</sup>.

Descontente com os rumos do NURC, Castilho (2007) inicia o *Projeto de Gramática do Português Falado* com o objetivo de “preparar uma gramática referencial da variante do português falado no Brasil, tal como foi documentada [...] pelo Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta [...]” (CASTILHO, 1987 e 1990 *apud* NEVES, 2019, p. 96).

Contando com diversos pesquisadores de várias perspectivas teóricas e alocados em diversas universidades brasileiras, iniciava-se um projeto de “grande envergadura” nacional

<sup>22</sup> Este trecho foi retirado da entrevista concedida por Castilho à revista “Pesquisa FAPESP”. Disponível em: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/ataliba-teixeira-de-castilho-o-linguista-libertario-parte-3>. Acessado em: 30/09/2019.

(ILARI, 2014)<sup>23</sup>. Além das lacunas na metodologia empregada no NURC, outros fatores externos (BATISTA, 2016) contribuíram para a formação do projeto de Castilho.

Moura Neves (2019) elenca três fatores que foram fundamentais na criação do *Projeto de Gramática do Português Falado*. Primeiro, a incipiência e a fragmentação dos trabalhos publicados na década de 1970 sobre a realidade linguística do português no Brasil. Segundo, a preocupação da academia durante os anos de 1980 com temas de natureza política e social, como, por exemplo, a questão do letramento e da alfabetização. E, por fim, os reflexos dos projetos coletivos desenvolvidos pela linguística brasileira até aquele momento. Esses três fatores culminaram na elaboração do *Projeto de Gramática do Português Falado*.

Tendo em vista a dimensão e a extensão do projeto, Moura Neves (2019) explica como ele foi organizado, uma vez que inúmeros pesquisadores participaram ativamente da concretização da *Gramática do Português Falado*. Inicialmente, participaram 25 linguistas, entretanto, ao longo do projeto, que durou de 1988 até 2002, o número de pesquisadores aumentou consideravelmente. Castilho (2006) explica que, ao longo do tempo, o projeto contou com “32 pesquisadores, filiados a 12 universidades brasileiras”<sup>24</sup>.

Os trinta e dois pesquisadores foram organizados em cinco grupos de trabalhos, sendo esses grupos distribuídos nas seguintes áreas da ciência linguística: i) fonética e fonologia, ii) morfologia, iii) sintaxe I (funcionamento das classes gramaticais), iv) sintaxe II (funções sintáticas) e v) organização textual-interativa (MOURA NEVES, 2019). Como fruto desses cinco grupos, surgiram seis volumes publicados pela editora da UNICAMP. Esses volumes, por sua vez, resultaram na *Gramática do Português Falado*. Seguem os títulos das gramáticas publicadas entre os anos de 1990 e 1998 pela editora da UNICAMP:

1. Ataliba Teixeira de Castilho (Org.). *Gramática do Português Falado*. Volume I: A Ordem. Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1990. (Série Pesquisas).
2. Rodolfo Ilari (Org.). *Gramática do Português Falado*. Volume II: Níveis de Análise Lingüística. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1992. (Série Pesquisas).
3. Ataliba Teixeira de Castilho (Org.). *Gramática do Português Falado*. Volume III: As Abordagens. Campinas/SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1993. (Série Pesquisas).
4. Ataliba Teixeira de Castilho e Margarida Basílio (Orgs.). *Gramática do Português Falado*. Volume IV: Estudos Descritivos. Campinas/SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996. (Série Pesquisas).

<sup>23</sup> Ilari (2014) refere-se ao prefácio da gramática de Castilho (2014) assinado por Rodolfo Ilari.

<sup>24</sup> Essas informações podem ser consultadas em uma outra entrevista concedida por Castilho (2006) ao portal “Na mídia Fapesp”. Disponível em <https://namidia.fapesp.br/gramatica-do-portugues-falado/7528>. Acessado em 30/09/2019

5. Mary A Kato (Org.). *Gramática do Português Falado*. Volume V: Convergências. Campinas/SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996. (Série Pesquisas).
6. Ingedore G. Villaça Koch (Org.). *Gramática do Português Falado*. Volume VI: Desenvolvimentos. Campinas/SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996. (Série Pesquisas) (PALÁCIO E MOURA, 1998, p. 5-6).

Os projetos coletivos como o *NURC* e a *Gramática do Português Falado*, desenvolvidos entre as décadas de 1970 e 1980 até meados dos anos 2000, contribuíram decisivamente na produção de trabalhos sobre a realidade da língua falada no Brasil. Se no início da década de 70 as pesquisas eram incipientes, voltadas para a dialetologia de algumas regiões, como os trabalhos de Amaral (1920) e Nascente (1953), a chegada da Linguística nos currículos de Letras e a eclosão de trabalhos coletivos modificaram substancialmente a “fotografia” da realidade linguística do Brasil.

Nesse sentido, a partir do volumoso *corpus* de fala obtido através desses projetos, a língua falada no Brasil começou a ser conhecida e compreendida. Diferenças entre a norma culta brasileira e a norma-padrão portuguesa começaram a ser identificadas, especificidades dos falares regionais ou até mesmo as convergências e divergências entre a fala popular e a fala culta começaram a ser descritas. Desse modo, o que era denominado de “português falado no Brasil” passou a ser chamado de “português brasileiro falado”, uma língua legítima e autônoma e não apenas uma variação do português europeu (BAGNO, 2012; CASTILHO, 2014).

Após essa longa trajetória de descrição, começaram a surgir as primeiras gramáticas do português brasileiro. Legitimando o PB e evidenciando o projeto político, linguístico e ideológico construído historicamente por inúmeros pesquisadores ao longo do tempo, as gramáticas do PB surgem como reflexo desses projetos, militando em prol da divulgação e legitimação do português enquanto língua autônoma.

Nesse rol, encontram-se a gramática de Perini (2010), intitulada *Gramática do português brasileiro*, seguida pela publicação de Castilho (2010), denominada *Nova gramática do português brasileiro*. Posterior a esses dois instrumentos, surge a *Gramática pedagógica do português brasileiro*, elaborada por Bagno (2012), e, por fim, como uma espécie de atualização da *Gramática do português brasileiro* publicada em 2010, Perini (2016) lança a *Gramática descritiva do português brasileiro*. Portanto, é dentro desse universo de gramáticas contemporâneas do PB que esta pesquisa se debruçará. Diante disso, no próximo capítulo, os instrumentos selecionados nesta pesquisa serão analisados com base

em categorias de análise que versam sobre a norma, a descrição, a prescrição, a retrospecção e a concordância verbal.

## 4. AS GRAMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DE LINGUISTAS: UMA ANÁLISE

### 4.1. As gramáticas do PB: a seleção e a organização desses instrumentos

Nesta pesquisa, foram selecionadas três gramáticas contemporâneas elaboradas por linguistas. A seleção desses instrumentos deu-se pela presença da expressão “português brasileiro” no título das gramáticas. Portanto, as obras escolhidas foram: a *Gramática pedagógica do português brasileiro*, de Marcos Bagno (2012), a *Nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba T. de Castilho (2014 [2010]), e a *Gramática descritiva do português brasileiro*, Mário A. Perini (2017).

A análise dessas gramáticas deu-se através da observação de duas frentes, a saber, os capítulos introdutórios e aqueles que tratavam explicitamente sobre o fenômeno da concordância verbal. Desse modo, os textos que integram a primeira frente recebem os seguintes títulos dentro das gramáticas:

- Bagno (2012): “Aviso aos navegantes” (p. 13-14), “Introdução: gramática, a quem será que se destina” (p. 21-33), “A caverna implodida – por uma concepção não platônica da língua” (p. 37-79);
- Castilho (2014 [2010]): “Nova gramática do português brasileiro: tradição e ruptura” (p. 25-29), “Introdução” (p. 31-33).
- Perini (2017): A “Apresentação”, “A gramática não é instrumento de aquisição da língua escrita”, “É preciso descrever a língua falada”, “Estudar a língua como ela é”, “É preciso usar noções gramaticais novas”, “A gramática não é uma descrição completa”, “A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)”, “Quadro teórico”, “A quem se destina este livro” (p. 29-44).

A disparidade de páginas analisadas nesta primeira frente deu-se por conta da extensão dos capítulos escritos por cada um dos elaboradores. Enquanto Castilho (2014), em poucas páginas, apresenta os objetivos, o público-alvo e a teoria que baliza sua gramática, Perini (2017) explora um capítulo inteiro para tratar das particularidades da *Gramática Descritiva do Português Brasileiro*.

O segundo bloco de textos analisados compreende os capítulos sobre a concordância verbal no português brasileiro. Desse modo, foram extraídos dados oriundos das seguintes seções: Em Bagno (2012), a coleta deu-se no “Livro IV”, intitulado “Lexicogramática do

Português Brasileiro”, mais especificamente na seção 12.18, denominada “Concordância verbal” (p. 641-661).

Na gramática de Castilho (2014), o capítulo sobre concordância está presente em dois momentos: no capítulo 6, com o título “Primeira abordagem da sentença”, mais especificamente na subseção 6.4.3.2, intitulada “Concordância verbal” (p. 273), e na subseção 10.2.1.4, também intitulada “Concordância verbal” (p. 411-413), presente no capítulo 10.

Na gramática de Perini (2017), o capítulo 34 (p. 382-388) é destinado à concordância verbal. Desse modo, foram analisadas nessas gramáticas as seções 34.1 que tem por título “O que é concordância verbal”, e a seção 34.2, denominada “A concordância verbal no PB”.

Afora esses conjuntos de textos, é também necessário apresentar as informações presentes nas fichas catalográficas e nos sumários das gramáticas. No quadro 5, há um panorama com as especificidades dos instrumentos e, em seguida, alguns comentários a respeito das fichas:

Quadro 5: Ficha das Gramáticas

| <b>Autor</b>          | <b>Título</b>                                | <b>Ano de Publicação</b> | <b>Editora</b> | <b>Edição</b> | <b>Reimpressão</b> |
|-----------------------|----------------------------------------------|--------------------------|----------------|---------------|--------------------|
| Marcos Bagno          | Gramática pedagógica do português brasileiro | 2012                     | Parábola       | 1º            | Não                |
| Ataliba T.de Castilho | Nova gramática do português brasileiro       | 2014                     | Contexto       | 1º            | 3ª                 |
| Mário A Perini        | Gramática descritiva do português brasileiro | 2017                     | Vozes          | 1º            | Não                |

Fonte: Elaborado pela autora

Entre as três gramáticas utilizadas nesta pesquisa, a gramática de Castilho (2014) está na 3ª reimpressão, ao passo que as outras não passaram por esse processo. Para fazer menção aos instrumentos, serão utilizadas siglas. A gramática de Bagno (2012) será referenciada com as siglas GPPB, a de Castilho (2014) terá a sigla NGPB e a de Mário Perini (2017) a sigla GDPB.

No que se refere à estruturação, a gramática de Marcos Bagno (2012) está organizada em cinco livros, contando com o total de 1056 páginas. Castilho (2014), por sua vez, organiza sua gramática em 15 capítulos e Perini (2017) estrutura sua proposta de gramática em 49 capítulos. Todas as três gramáticas apresentam, antes dos capítulos, seções introdutórias, além das informações pós-textuais contendo uma listagem com as referências bibliográficas, dentre outras informações. No quadro 6, segue a organização das seções pré e pós-textuais das gramáticas do português brasileiro:

Quadro 6: Organização das seções introdutórias e pós-textuais das gramáticas do PB

| <b>Organização</b>     | <b>Bagno (2012)</b>                       | <b>Castilho (2014)</b>                                                    | <b>Perini (2017)</b>        |
|------------------------|-------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|
| Seções introdutórias   | Agradecimentos                            | Nova Gramática do Português Brasileiro: a tradição e a ruptura (prefácio) | Prefácio                    |
|                        | Aviso aos navegantes                      |                                                                           |                             |
|                        | Abreviaturas e Símbolos                   |                                                                           | Apresentação                |
|                        | Símbolos fonéticos                        | Introdução                                                                | Para que estudar gramática? |
|                        |                                           |                                                                           | Nossa língua                |
|                        | Introdução: gramática: a quem se destina? | Como consultar esta gramática                                             |                             |
| Elementos pós-textuais | Bibliografia                              | Glossário                                                                 | Créditos                    |
|                        | Índice dos assuntos                       | Índice de matéria                                                         | Referências                 |
|                        | Índice dos nomes                          | Bibliografia                                                              |                             |
|                        |                                           | Autor                                                                     |                             |

Fonte: Elaborada pela autora

Observando a estrutura e a organização das gramáticas, é possível tecer algumas conclusões: inicialmente, cada linguista intitula e organiza sua gramática através de critérios próprios. Bagno (2012) chamará de “livros”, ao passo que Castilho (2014) e Perini (2017) intitulará de “capítulos”. Além disso, numa rápida observação dos sumários das gramáticas contemporâneas do PB, nota-se que a organização deles difere expressivamente dos modelos de sumário das gramáticas tradicionais. Portanto, se um leitor não especializado na área, mobilizado pelo termo “gramática” presente nas capas desses instrumentos, resolve consultar seus respectivos sumários, provavelmente, haverá um certo “estranhamento”, pois a estrutura deles não se assemelha aos modelos de sumário da tradição.

Para validar essa observação, é necessário confrontar os sumários de uma das gramáticas contemporâneas do PB com um sumário de uma gramática tradicional. No quadro 7, segue uma comparação entre os modelos de sumários da gramática de Bagno (2012) e de Cunha (2010):

Quadro 7: Os sumários da gramática de Cunha (2010) e a gramática de Bagno (2012)

| Nova gramática do português contemporâneo (Cunha e Cintra, 2010) |                               | Gramática pedagógica do português brasileiro (Bago, 2012) |                                                                                   |
|------------------------------------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| Fonética e Fonologia                                             | Som e Fonema;                 | Livro I- Epistemologia do português Brasileiro            | A caverna implodida – por uma concepção não-platônica de língua.                  |
|                                                                  | Fonética e Fonologia;         |                                                           |                                                                                   |
|                                                                  | Classificação dos fonemas;    |                                                           | O devaneio da língua primitiva – colonialismo, racismo e preconceito linguístico. |
|                                                                  | Classificação das vogais;     |                                                           |                                                                                   |
|                                                                  | Encontros vocálicos;          |                                                           | De língua materna a língua paterna – do vernáculo à normatização.                 |
|                                                                  | Classificação das consoantes; |                                                           |                                                                                   |
|                                                                  | Encontros Consonantais;       |                                                           |                                                                                   |
|                                                                  | Dígrafos                      |                                                           |                                                                                   |
|                                                                  | Sílaba                        |                                                           |                                                                                   |
|                                                                  | Acento tônico                 |                                                           |                                                                                   |

Fonte: Elaborado pela autora

O sumário da gramática de Cunha (2010) obedece a organização que vai do nível de análise micro da língua, representado pelo som, até chegar nas análises mais complexas, voltadas para o período, o estilo e o discurso. Já a gramática de Bago (2012), por sua vez, não parte dessa organização<sup>25</sup>. O primeiro livro é destinado não para tratar exclusivamente da análise de fenômenos linguísticos do português brasileiro, mas para travar discussões sobre as concepções de língua, entre outras questões de natureza extralinguística.

Todas as três gramáticas do português brasileiro foram produzidas alicerçadas em objetivos. Desse modo, é pertinente apresentá-los estabelecendo as convergências e as divergências entre as motivações que impulsionaram a produção desses instrumentos. Em Bago (2012), a GPPB foi elaborada com o intuito de levar as discussões sobre o português brasileiro, bem como a sua legitimidade, para os professores e professoras da educação básica. Nas palavras de Bago (2012):

Por isso, conhecendo as demandas e expectativas do corpo docente, assim como as difíceis condições de trabalho da nossa escola pública, decidi produzir este livro, como um auxiliar para a tarefa de promoção da *reflexão sobre a língua e a linguagem* em sala de aula [...]. Aqui a professora e o professor vão encontrar a descrição de aspectos essenciais da gramática do português brasileiro, com vasta exemplificação de usos autênticos contemporâneos, junto com propostas de atividades práticas para levar seus aprendizes a conhecer melhor o funcionamento da língua que falam e escrevem [...] (BAGO, 2012, p. 26, grifos do autor).

<sup>25</sup> Não foi possível apresentar todo o sumário das gramáticas de Cunha e Cintra (2010) e Bago (2012) devido à extensão que a tabela tomaria, por isso foi apresentado apenas uma parte dos sumários.

Tomando com base o excerto retirado da GPPB, o objetivo desse instrumento é disseminar e divulgar as reflexões sobre a língua em uso, levando em consideração “aspectos essenciais” do PB. Somado a isso, a gramática também oferece propostas de atividades para que os professores as utilizem nas aulas de língua materna, a fim de que a reflexão linguística sobre o PB torne-se concreta nas aulas de língua.

Tal objetivo traçado por Bagno (2012) justifica o título “pedagógica” da GPPB, pois, dos três instrumentos analisados nesta pesquisa, a gramática de Bagno (2012) concentra seus esforços em prol da legitimação do PB, sobretudo, no que se refere às aulas de língua materna<sup>26</sup>, além de ser uma obra explicitamente destinada à formação de professores.

Ao mencionar os motivos do título “pedagógica”, Bagno (2012, p. 14) esclarece que a GPPB foi elaborada com o intuito de contribuir com a formação docente, uma vez que, segundo o linguista, o curso de Letras oferece uma “formação falha e precária”, focando em “conteúdos irrelevantes para quem vai exercer a profissão”.

Nesse sentido, a GPPB, devido à sua natureza, tem como o público-alvo “professores e professoras em formação, ou já formados, que exercem o magistério no ensino fundamental e/ou no médio e na educação de jovens ou adultos, ou que se preparam para essa tarefa” (BAGNO, 2012, p. 20).

Ao passo que a gramática pedagógica de Bagno (2012) foca nas demandas do ensino de língua materna tratando diretamente com os professores e professoras, a NGPB, de Castilho (2014), por sua vez, tem como objetivo validar e imprimir o *status* de ciência ao PB, reconhecendo-o enquanto uma língua legítima e autêntica. Nas palavras de Castilho (2014):

*Esta Nova gramática do português brasileiro agrega um certificado a mais à nossa identidade. Não se trata de um certificado qualquer, pois é na língua que se manifestam os traços mais profundos do que somos, de como pensamos o mundo, de como nos dirigíamos ao outro. Faltava clarificar a gramática do português brasileiro, para dar *status* científico à sua percepção. É o que tento fazer neste livro, fruto de cinquenta anos de pesquisas, desenvolvidas nas três unidades oficiais paulistas (Unesp/Marília, Unicamp, USP) e nas universidades do exterior em que realizei estágios de pós-doutorado (Universidade de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade of Texas at Austin, Cornell, University of California/San Diego, Georgetown*

<sup>26</sup> Todos os três instrumentos defendem e promovem o português brasileiro, mas a *Gramática Pedagógica* de Bagno (2012), nessa defesa, é mais enfática se comparada às outras. Na página 27, o linguista afirma que a sua GPPB: “[...] descreve mas também **propõem uma nova norma linguística para o ensino**, uma norma que não é extraída do nada nem dos gostos pessoais do autor (como é frequentemente o caso com as gramáticas prescritivas), mas **uma norma que já existe**, “tácita ou recalcada”, e que tem de ser legitimada para que o Brasil exorcize de vez o fantasma colonial que ainda assombra nossas concepções de língua e de línguas de ensino (BAGNO, 2012, p.27, grifos do autor). Nesse sentido, a proposta de GPPB é legitimar e implantar um norma através do instrumento gramática. Ela é real, mas muitas vezes essa norma não é aceita pelo falante, logo a GPPB vem com suas abonações a fim de que o PB seja considerado pelos falantes.

University, Université d'Aix-Marseille, Università degli Studi di Padova)  
(CASTILHO, 2014, p. 32).

Relacionando língua e identidade, Castilho (2014) elabora uma gramática do PB a fim de legitimar a língua utilizada pelos brasileiros. Pautando-se em cinquenta anos de pesquisa realizada nas principais universidades paulistas e em universidades no exterior, o linguista elabora a NGPB, imprimindo, portanto, o *status* de ciência à língua brasileira. Em relação ao público-alvo, a GPPB de Bagno (2012), por carregar o título pedagógica, tem como público principal os professores da educação básica; já a gramática de Castilho (2017), por sua vez, embora tenha os professores da educação básica como público, também projeta outros leitores para além dos professores da educação básica, sendo eles os professores universitários e os alunos do curso superior, além dos leitores atraídos pelo “mistério das línguas naturais”. Sobre os seus potenciais leitores, Castilho (2014) explica:

O público-alvo desta gramática são os professores do ensino médio, os alunos do curso superior, os professores universitários de Linguística Geral e de Linguística do Português Brasileiro, e as pessoas que se sintam atraídas pelo mistério das línguas naturais (CASTILHO, 2014, p. 33).

O objetivo da GPPB é apresentar os traços do PB e, ao mesmo tempo, minimizar as lacunas dos cursos de formação em Letras, por isso o título “pedagógica” na gramática de Bagno (2012). A NGPB, ao tratar do PB, elava-o ao patamar de científico com a intenção de conectar a língua brasileira a questão identitária, reforçando, assim, os laços de pertencimento entre a língua e o seu povo. No que se refere à GDPB, o objetivo dessa gramática é a descrição do português brasileiro, logo a proposta de Perini (2017) não pretende estabelecer normatizações sobre o português brasileiro, mas opta por descrever sem definir o “certo” ou “errado”. De acordo com o linguista:

**O objetivo deste livro é descritivo: ou seja, pretende descrever como é o PB, não prescrever formas certas e proibir formas erradas.** Para nós, “certo” é aquilo que ocorre na língua. É verdade que quase todo mundo tem suas preferências, detesta algumas construções, prefere a pronúncia de alguma região etc. Mas o linguista precisa manter uma atitude científica, com atenção constante às realidades da língua e total respeito por elas (PERINI, 2017, p. 35, grifos nossos).

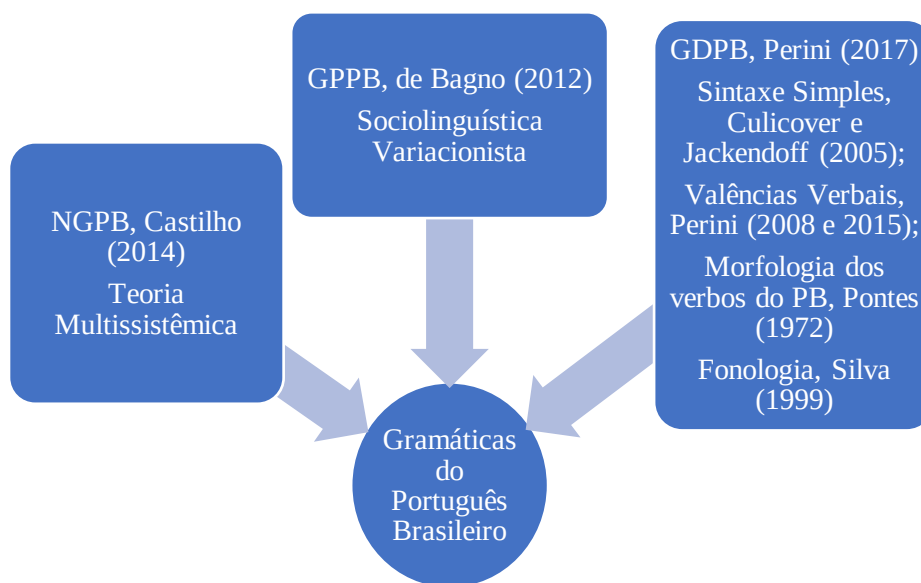
Partindo de critérios científicos e rejeitando a dicotomia do “certo ou errado” na língua, a GDPB tem como público-alvo “[...] alunos e professores de letras, assim como [...] professores de línguas de todos os níveis – pessoas que já conhecem as noções fundamentais

da gramática” (PERINI, 2017, p. 44). Partilhando do mesmo público que Castilho (2014), Perini (2017) também projeta como leitores um público amplo que abarca alunos de Letras, professores universitários e professores de língua de todos os níveis.

Além dos objetivos e do público leitor, as gramáticas contemporâneas do PB lançam mão de teorias como base para fundamentar as discussões construídas dentro dos instrumentos. Castilho (2017, p. 31) afirma que a sua gramática não é “ateórica”, pois “nada poderemos fazer em matéria de pesquisa linguística se não dispusermos de alguma teoria [...]”. Bagno (2012, p. 14) argumenta que a GPPB é teórica, pois “discute, refuta ou abraça propostas anteriores de descrição da língua”, e Perini (2017), por seu turno, esclarece que, para analisar o PB, é necessário um conjunto de teorias devido à própria complexidade do trabalho descritivo.

Na figura 2, segue um esquema que ilustra algumas das principais perspectivas teóricas que fundamentaram as gramáticas contemporâneas do PB.

Figura 2: Principais teorias das gramáticas contemporâneas do PB



Fonte: Elaborado pela autora

A gramática de Bagno (2012) não elenca uma teoria específica, mas depreende-se que há uma presença expressiva da sociolinguística variacionista. Essa conclusão foi obtida através da menção do autor aos postulados dessa teoria. No excerto a seguir, extraído do capítulo “A caverna implodida”, Bagno (2012, p. 77) afirma que a sua gramática compreende a língua enquanto uma entidade: “Sujeita à variação social, essa descrição provisória não

tem como escapar ao fato de ser, sempre, a descrição de alguma variedade sociolinguística determinada.”

Em outro momento, o linguista ainda afirma: “O estreito vínculo sociocultural, sociogeográfico, socio-histórico dos falantes da sua língua obriga a considerar que todo o idioma nacional é uma língua plena” (*Ibidem*, p. 77). Logo, muitos conceitos advindos da sociolinguística são explorados por Bagno (2012), mas essa não é a única teoria dentro da GPPB, pois o linguista explora o fenômeno linguístico analisando-o através de vários prismas, incluindo perspectivas filosóficas.

Já a NGPB pauta-se na teoria multissistêmica de natureza funcionalista-cognitivista elaborada pelo próprio Castilho (2014). Essa teoria baseia-se em cinco postulados, definidos do seguinte modo: “A língua se fundamenta num aparato cognitivo”<sup>27</sup>, “A língua é uma competência comunicativa”, “As estruturas da linguística não são objetos autônomos”, “As estruturas linguísticas são multissistêmicas” e a “A língua é pancrônica”<sup>28</sup>.

A perspectiva cognitivista da língua não desloca a estrutura das línguas do chamado “conhecimento de mundo” do falante, tampouco considera o signo como um componente arbitrário. Além disso, a perspectiva cognitivista não defende a homogeneidade das categorias linguísticas, nem a tese de que a linguagem é regida por regras lógicas. No que se refere à sintaxe e à semântica, esses dois níveis não são vistos como estruturas autônomas, produzidas sem a motivação do falante (CASTILHO, 2014 *apud* SILVA, 1997).

Em relação à gramática de Perini (2017), o linguista não adota uma única teoria para balizar a sua descrição do PB falado. Por isso, a GDPB<sup>29</sup> foi elaborada tomando como base

<sup>27</sup> É possível encontrar essas afirmações entre as páginas 69-78. Para cada postulado, Castilho (2014) separa uma subseção aprofundando cada princípio da teoria multissistêmica da língua.

<sup>28</sup> A visão pancrônica defendida por Castilho (2014) tem uma estreita relação com o passado. Portanto, na visão pancrônica, sincronia e diacronia caminham em comunhão, pois na prática não é possível separar o passado do estágio atual da língua, uma vez que estruturas do passado podem ser identificadas no presente. Para Castilho (2014), a realidade pancrônica da língua é caracterizada do seguinte modo: “Ora, a pancronia está ligada diretamente aos usos que fazemos das línguas – e os usos são o “santo dos santos” do funcionalismo. E como os usos se entroncam em práticas sociais, antropológicas, eles arrastam o passado para o presente. A explicação linguística, portanto, deve levar em conta os usos, os usos socialmente configurados. É isso mesmo o que fazem diversos linguistas (CASTILHO, 2014, p. 77-78).

<sup>29</sup> Sobre essa questão, Perini (2017) explica: “A resposta é dupla: por um lado, tentei utilizar um corpo de noções teóricas de aceitação mais ou menos geral. Ao contrário do que se possa pensar, esse corpo teórico existe, e não é nada pequeno: por exemplo, se alguém fala de “verbos”, ou de “concordância”, ou de “preposição”, ou de “sintagma nominal (SN)”, é imediatamente compreendido; esses termos evocam, se não definições teóricas, pelo menos grupos de objetos ou fenômenos bastante bem definidos. Neste livro, fiz um esforço no sentido de incluir informações consensuais sempre que possível. Por exemplo, se digo que em português temos uma construção da forma SN-verbo-SN, na qual o primeiro SN é sujeito e tem o papel temático de Agente, e o segundo SN tem o papel temático de Paciente, como em *o gato arranhou a menina*, creio que ninguém negará que se trata de um fato da língua. Por outro lado, não é possível, no atual estado do conhecimento, construir uma gramática inteiramente baseada em afirmações universalmente aceitas como essa. Assim, nos casos em que se tornou

um corpo de teorias e conclusões sobre o PB “mais ou menos gerais”, considerando, principalmente, as análises linguísticas mais recentes que estão na pauta dos pesquisadores descritivistas.

Nessa pauta, segundo Perini (2017), encontra-se o princípio da sintaxe simples, de Culicover e Jackendoff (2005)<sup>30</sup>, os estudos das valências verbais, desenvolvidos pelo próprio Perini (2008, 2015), além dos trabalhos de Pontes (1972) sobre a descrição da morfologia do verbo no PB e os trabalhos de Silva (1999) sobre os aspectos fonológicos. Priorizando a semântica e a sintaxe da língua, Perini (2017) não trata com profundidade as relações entre o discurso e a gramática, por isso toca “sumariamente” nas questões discursivas dentro da GDPB.

Anteriormente, foram apresentadas as teorias que sustentam as gramáticas do português brasileiro. É possível concluir que são múltiplas as perspectivas teóricas utilizadas pelos elaboradores, sendo a escolha dos linguistas mediada pela necessidade do fenômeno em análise, mas também pela própria trajetória de pesquisa do elaborador. Castilho (2014), por exemplo, utiliza na NGPB a teoria multissistêmica da língua desenvolvida por ele. Já Perini (2017) recorre a uma série de trabalhos de natureza descritivista, mas também incorpora as pesquisas sobre a “valência verbal” desenvolvidas por ele mesmo.

Associado à heterogeneidade de perspectivas teóricas adotadas dentro das gramáticas do PB, os elaboradores desses instrumentos reconhecem a natureza “inacabada” das suas propostas. Devido às múltiplas teorias, bem como à complexidade do fenômeno linguístico, os autores sabem que a descrição executada por eles não corresponde à visão total e completa da realidade linguística do PB. Portanto, esses instrumentos são modificados à medida em que a ciência linguística avança, trazendo novas perspectivas sobre o comportamento da língua, como também novos direcionamentos sobre a realidade da língua brasileira.

Sobre a natureza inacabada dos instrumentos, Perini (2017, p. 40) enfatiza que “não existe gramática completa e definitiva de língua nenhuma”; já Bagno (2012, p. 76) afirma que a gramática de uma língua é “sempre emergente, nunca está pronta e acabada, porque seus elementos (fonéticos, morfológicos, sintáticos, semânticos, lexicais) sofrem constantes e ininterruptos processamentos cognitivos por parte dos falantes”.

Desse modo, a natureza emergente e inacabada desses instrumentos tem implicações diretas no resultado final. Se, por um lado, incide sobre a língua uma série de modificações

---

indispensável elaborar análises mais avançadas, recorri a certos princípios que vêm se impondo entre os pesquisadores de orientação descritivista [...] (PERINI, 2017, p. 43).

<sup>30</sup> Essa lista de trabalhos foi retirada de Perini (2017).

executadas pelos falantes ao longo do tempo (BAGNO, 2012), por outro, as gramáticas do português brasileiro, embora tentem dar conta dessa língua real e comprovadamente usada no Brasil, elas esbarram diretamente no processo de padronização intrínseco à elaboração de gramáticas, por isso, conforme aponta os autores, esses instrumentos serão “inacabados”, uma vez que não é possível dar conta de toda a complexidade do fenômeno linguístico (PERINI, 2017), como também não é possível atualizar esses instrumentos na mesma frequência em que vão surgindo novos achados sobre o comportamento do PB.

Em síntese, ao longo desta seção, foram apresentadas a estrutura das gramáticas contemporâneas do PB, além dos objetivos, do público-alvo e das teorias que balizam tais instrumentos. No que se refere ao público-alvo, as três gramáticas, embora a de Bagno (2012) seja enfática na projeção dos professores da educação básica como público-alvo, foram elaboradas pensando nos professores do ensino fundamental e médio. Castilho (2014) e Perini (2017) também projetaram como público professores universitários e os alunos do curso de Letras.

Sobre os objetivos, todas as gramáticas se intitulam “descritivas”; logo, elas descrevem o português brasileiro tomando como base uma perspectiva teórica selecionada a partir da necessidade do objeto, ou advinda da própria trajetória de pesquisa do elaborador do instrumento. Apesar do trabalho descritivo garantir uma língua brasileira comprovadamente usada, os elaboradores das gramáticas contemporâneas do PB reconhecem que esses instrumentos são inacabados, ou seja, podem ser atualizados à medida em que novos achados sobre o comportamento do português brasileiro são revelados pelas pesquisas.

Desse modo, a constante emergência que circunda as gramáticas do PB precisa ser considerada, principalmente, porque esses projetos têm como público-alvo os professores da educação básica. Portanto, a validade das informações presentes nessas gramáticas deve ser consideradas não como um conjunto de argumentos acabados, mas sim como afirmações que estão em constantes atualizações.

Associada a emergência das gramáticas, o trabalho descritivo realizado por elas revelam uma língua usada por um grupo de falantes, mas o processo de padronização inerente à produção de gramática não segue o mesmo fluxo da interação; portanto, de certo modo, ao projetar o português brasileiro, esses instrumentos não escapam do trabalho normativo realizado por quaisquer instrumentos linguísticos. Embora as gramáticas do PB descrevam fatos reais da língua, esses fatos, por sua vez, sofrem um processo de seleção e padronização, uma vez que não é possível dar conta de toda a complexidade do fenômeno língua.

## 4.2. A norma linguística nas gramáticas contemporâneas do PB

Ao longo do capítulo teórico, várias concepções sobre a norma linguística foram apresentadas. Em síntese, é possível alocar o sentido de norma em três blocos: o primeiro bloco refere-se à compreensão de norma linguística enquanto uma entidade conservadora que se impõe ao falante, inibindo-o de efetivar determinadas construções linguísticas no seio de sua comunidade (COSERIU, 1979).

O segundo bloco compreende a concepção de norma atribuída à prescrição gramatical da tradição, sendo a norma linguística, nesse domínio, entendida como uma série de regras impostas via tradição gramatical ou por alguma autoridade. Portanto, a norma linguística da tradição é definida como uma entidade artificial, tendo como modelo a escrita literária, sendo essa incompatível com a língua em uso. Essa norma, por sua vez, pode ser denominada como norma prescritiva (MONTEAGUDO, 2011), norma curta (FARACO, 2008) e norma culta, em um sentido não técnico, conforme pontua Bagno (2012).

O terceiro bloco compreende a norma linguística como uma entidade “normal, habitual e comum” presente na comunidade. Nesse sentido, a norma linguística não é uma imposição exógena, isto é, externa à comunidade, mas nasce como fruto da interação entre os falantes. Desse modo, através da descrição linguística, o comportamento da norma linguística de uma dada comunidade é conhecido e revelado (PETTER, 2007).

Dentro dessas concepções de norma, foi discutido também que a polarização entre descrição e prescrição é uma linha tênue, pois, embora a linguística moderna opere com a descrição de uma determinada norma sem lançar sobre ela juízo de valor, definindo um modo de falar em detrimento de outro, as normas linguísticas tem em sua composição uma dimensão conservadora, pois a norma é um dos mecanismos de controle que impacta diretamente os usos (COSERIU, 1979; RAJAGOPALAN, 2011 e LEITE, 2005).

Além disso, há divergências entre o trabalho puramente descritivo, balizado pelo rigor científico, e os objetivos pedagógicos inerentes à função social da gramática. Portanto, as gramáticas dos linguistas, de fato, não prescrevem conforme modelo da tradição; todavia, isso não isenta esses instrumentos de selecionarem leis gerais e recortarem determinadas variedades linguísticas em detrimento de outras, a fim de que as suas gramáticas padronizem o português brasileiro.

Nesse sentido, é possível afirmar que, embora a linguística moderna trabalhe com a descrição, o ato de descrever não anula a natureza conservadora da norma (LEITE, 2005). Por isso, Cameron (1985) argumenta que o discurso antiprescritivista da linguística, incorporado

às lentes da descrição, revela também um prescritivismo, pois o que está em jogo, segundo a linguista, é quem controla as definições e os conceitos a respeito da língua.

Tomando como base o argumento de Cameron (1985), tem-se, nesse jogo de controle, pelo menos, três segmentos. De um lado, a norma exógena e artificial imposta pela tradição; do outro, o falante fazendo uso de uma norma habitual e frequente em sua comunidade; e entre esses dois, encontram-se as gramáticas contemporâneas do PB, que, embora se definam descritivas, não estão à serviço de um trabalho puramente descritivo de análise, uma vez que essas gramáticas cumprem um claro papel pedagógico, que, por sua vez, exige um trabalho de seleção, padronização e instrumentalização da língua e da norma.

Considerando as discussões construídas a respeito da norma no capítulo de fundamentação teórica, esta subseção observa a abordagem da norma dentro das gramáticas contemporânea do PB. Desse modo, nesta seção, foram estabelecidas como categorias de análise os seguintes pontos:

- 1- Referência à terminologia “norma”;
- 2- Concepção de norma imbuída nas gramáticas do PB
- 3- *Corpus* selecionados na elaboração da norma do PB;

Na observação do prefácio e das seções introdutórias das gramáticas contemporâneas do português brasileiro, nota-se que a terminologia “norma” é utilizada explicitamente na gramática de Bagno (2012), ao passo que a gramática de Castilho (2014), embora não utilize a terminologia “norma” no prefácio e no capítulo introdutório, separa a seção 1.4.1, do capítulo 1, para tratar a respeito da “norma gramatical, lexical e ortográfica”.

Perini (2017), por seu turno, revela que a GDPB irá descrever a chamada “norma urbana”. A “norma urbana” de Perini (2017, p. 67) refere-se a uma espécie de “[...] língua falada padrão”, uma variedade que é altamente uniforme e socialmente aceita em todo o país”. Essa norma, por sua vez, é utilizada pela população urbana com um certo grau de escolarização.

Na GPPB, Bagno (2012), conforme foi mencionado anteriormente, utiliza explicitamente a terminologia “norma” no capítulo “Introdução – Gramática: a quem será que se destina?”. Nesse capítulo, Bagno (2012) apresenta duas concepções de norma: a norma em uma dimensão ideal, normativa, imposta de cima para baixo, e a norma enquanto uma entidade normal, comum e frequente, nascida dentro da comunidade de falantes como fruto da interação. Entre essas duas concepções, a GPPB adere à segunda acepção. Nas palavras de Bagno (2012):

É dessa norma **real, habitual, normal**, que vamos tratar nesse livro. Não adianta os prescritivistas afirmarem que eu deveria escrever “vamos tratar neste livro”, porque no vernáculo geral brasileiro o demonstrativo *este* se extinguiu e, quando usado, não segue nem de longe as determinações impostas pela tradição prescritivista (BAGNO, 2012, p. 33, grifos do autor).

Explicitamente, a noção de norma linguística utilizada por Bagno (2012) na GPPB refere-se à concepção de norma como uma entidade gerada no fluxo da interação. O linguista cita o exemplo do pronome demonstrativo “esse”, no lugar de “este”, como sendo a norma habitual no português brasileiro, não cabendo mais a correção desse pronome demonstrativo, utilizando como parâmetro a gramática tradicional portuguesa, que estipula como correto o pronome demonstrativo “este”.

Já a NGPB, de Castilho (2014), não utiliza a terminologia “norma linguística” nos capítulos introdutórios, mas no primeiro capítulo, mais especificamente nas seções 1.4.1, 1.4.2 e 1.4.3, em que o linguista apresenta o conceito de norma gramatical, norma lexical e norma ortográfica. Por meio dessa explicação, foi possível depreender a concepção de norma imbuída na NGPB. Na explicação de Castilho (2014), a norma gramatical pode ser subdividida em três normas, denominadas de norma objetiva (padrão real), norma subjetiva (padrão ideal) e norma pedagógica (padrão escolar).

Em síntese, a norma objetiva é a língua em uso utilizada pela classe de maior prestígio social. A norma subjetiva, por sua vez, são as valorações feitas pelos falantes a respeito da norma objetiva. Já as normas pedagógicas são disseminadas pelos sistemas de ensino formal perpetuadas através de gramáticas e dicionários, sendo uma mistura entre o idealismo e o realismo linguístico (CASTILHO, 2014).

Além da norma gramatical, subdividida em três, o linguista apresenta ainda o conceito de norma lexical e norma ortográfica. A norma lexical refere-se ao uso das palavras e aos sentidos socialmente atribuídos a elas. Desse modo, “os dicionários descritivos recolhem os vocábulos e seus sentidos considerados aceitos no uso culto da língua” (CASTILHO, 2014, p. 92). No caso das normas ortográficas, segundo Castilho (2014, p.92), elas são regidas por uma legislação “tornando-se a única manifestação linguística regulada por leis específicas”.

Diferentemente de Bagno (2012), Castilho (2014) não explicita a concepção de norma utilizada pela NGPB, mas, implicitamente, menciona a noção de norma linguística presente na gramática proposta por ele. Foi possível chegar a essa conclusão, a partir do excerto retirado da página 91 da NGPB. Nas palavras do linguista:

No caso do Brasil, o policentrismo cultural acarreta necessariamente uma variedade de normas objetivas: (i) uma norma intraindividual, que pode ser espontânea ou coloquial/refletida ou formal; (ii) uma norma individual, pois há normas para as diferentes faixas etárias de classe de prestígio; (iii) uma norma temática; e (iv) uma norma relativa ao canal. Grandes projetos de pesquisa buscam descrever a norma objetiva, como é o caso, no Brasil, do Projeto da Norma Urbana Linguística Culta, voltado para a língua falada culta (Castilho, 1990a). A norma objetiva é então um feixe de normas – e ponha feixe nisso! (CASTILHO, 2014, p. 91).

Castilho (2014) argumenta que não há uma única norma objetiva no Brasil, mas uma variedade delas, a exemplo da “norma individual”, “normas de prestígio”, “normas temáticas” e as normas relativas ao “canal”. Dentre os conceitos de normas apresentados por Castilho (2014), conclui-se que a NGPB utiliza a concepção de norma objetiva, considerando a língua em uso utilizada pelas classes de maior prestígio econômico-social.

Foi possível chegar a essa conclusão, porque Castilho (2014), ao mencionar o *NURC*, aponta necessariamente para a NGPB, uma vez que essa gramática é oriunda do “Projeto de Gramática do Português Falado” e esse projeto utilizou os dados do *NURC* como *corpus* para se estudar a língua falada no Brasil; portanto, a concepção de norma objetiva também está materializada na NGPB.

A gramática de Perini (2017) utiliza a terminologia “norma urbana” no capítulo 2, mais especificamente na seção 3.3.3, ao tratar sobre a variação social. Por ser descritiva, explicitamente sinalizada no título pelo linguista, a GDPB tem por objetivo descrever e não prescrever, logo a norma materializada nesta gramática não comunga com a concepção de norma-padrão instituída, de cima para baixo (BAGNO, 2012), mas partilha do sentido de norma enquanto um componente definido dentro da comunidade linguística como fruto da interação entre os falantes.

Essa conclusão foi obtida através do excerto da gramática de Perini (2017, p. 67), em que o linguista afirma: “Ora, para ser mais preciso, descrevo uma espécie de compromisso baseado na norma urbana – não na norma ditada pelas gramáticas e ensinadas nas escolas, mas na norma realmente aceita e praticada pela população do país”.

Desse modo, é possível depreender que a GDPB se opõe à concepção de norma linguística disseminada pela tradição. Portanto a gramática de Perini (2017), ao descrever a realidade do português brasileiro, opta por uma concepção de norma nascida em meio a interação entre os falantes de uma dada comunidade linguística.

Apresentado o conceito de norma que baliza as gramáticas do PB, é pertinente investigar os *corpora* utilizados por esses instrumentos na elaboração da norma habitual, corriqueira e normal do português brasileiro. Para tanto, foi elaborado o quadro 8 em que é apresentada os respectivos *corpora* utilizados pelos instrumentos:

Quadro 8: *Corpora* utilizados nas gramáticas contemporâneas do PB

| <b>Autor</b>    | <b>Corpus</b>      | <b>Modalidade</b> | <b>Norma/<br/>Terminologia</b> | <b>Excertos</b>                                                                                                                                                      |
|-----------------|--------------------|-------------------|--------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Bagno (2012)    | VGB <sup>31</sup>  | Oral/Escrito      | Norma urbana culta real        | “Postular que o ensino se faça com base na norma culta real” [...] (p. 21)                                                                                           |
| Castilho (2014) | PGPF <sup>32</sup> | Oral              | Norma objetiva                 | “Para uma obra que trate da língua falada neste país, seria difícil imaginar um título menos previsível [...] a primeira palavra que nos ocorre é gramática” (p. 25) |
| Perini (2017)   | Introspecção       | Oral              | Norma urbana                   | “[...] enfoca a fala das populações urbanas relativamente escolarizadas [...]” (p. 67).                                                                              |

Fonte: Elaborado pela autora

Os dados utilizados nas gramáticas contemporâneas do português brasileiro partem essencialmente da oralidade, com exceção da gramática de Bagno (2012) que utiliza também a escrita para validar o português brasileiro. Bagno (2012) deixa explícito a norma descrita em sua gramática, denominada por ele de “norma urbana culta real”. Castilho (2014) não adere a explicitamente a uma terminologia para caracterizar a norma descrita em sua gramática, contudo existe uma norma sendo considerada pelo linguista. Zilles (2016, p. 158), por exemplo, argumenta que Castilho (2014) elaborou uma gramática do português brasileiro culto, pois “os dados são em boa parte, direta ou indiretamente, do Projeto NURC e de outros projetos que têm dados de falantes escolarizados [...]”.

A conclusão de Zilles (2016) foi validada nesta subseção com base em um excerto retirado da página 91 da NGPB<sup>33</sup>. Nesse excerto, Castilho (2014), ao mencionar o *NURC*, deixa explícito que o foco da sua gramática é a norma utilizada pelos falantes cultos. Apesar

<sup>31</sup> Vernáculo geral brasileiro.

<sup>32</sup> Projeto de Gramática do Português Falado

<sup>33</sup> Na página 91, consta a informação de que o *NURC* descreveu a norma dos falantes cultos, isto é, a “norma objetiva”. Como a NGPB utiliza os dados do *NURC*, a norma gramatizada nesse instrumento é a dos falantes cultos.

da presença dos falantes cultos, Castilho (2014) não deixou de mencionar, por exemplo, traços do português popular (p. 206-209).

Perini (2017), por seu turno, utiliza a terminologia “norma urbana” e essa, por sua vez, refere-se a uma espécie de “língua padrão falada”, utilizada pelos falantes escolarizados da zona urbana. Desse modo, é possível afirmar que a GDPB descreve uma espécie de norma “universal” do português brasileiro pertencente a uma parcela da população relativamente escolarizada. Logo, especificidades do PB, como particularidades regionais ou fenômenos linguísticos específicos de uma classe social, por exemplo, não são tratadas por Perini (2017). Sobre essas escolhas, o linguista explica:

A concordância verbal também ocorre em forma reduzida no PB de todos os falantes. Estudos detalhados, como o de Lemle e Naro (1977) mostraram que frases como [1] *Vou contar pra todo mundo que o Gui e a Bia namorava no jardim*, em que um sujeito composto (ou plural) corresponde a um verbo sem flexão que teria no padrão, ocorrem na fala de todos os falantes, embora em proporções diferentes segundo o grau de escolaridade. Essas características, assim como várias outras, não são muito enfatizadas no decorrer desta gramática. **Isso, naturalmente, não quer dizer que sejam censuradas ou rejeitadas; mas elas por ora devem ser objeto de estudos específicos**, que levem em conta fatores tais como distribuição nas classes sociais, regiões do país, faixa etária e grau de escolaridade, **elementos que não podem ser incluídos em uma visão geral da língua tal como a que se oferece aqui** (PERINI, 2017, p. 33-34, grifos nossos).

Ao tratar sobre a redução na concordância verbal, Perini (2017) apresenta o exemplo retirado de Lemle e Naro (1977), em que o verbo não concorda com o sujeito composto, porém o linguista pondera ao afirmar que esse fenômeno não está presente em todas as falas dos brasileiros, mas essa redução é efetivada por alguns falantes a depender do nível de escolaridade. Logo, a GDPB não trata desses aspectos, devido às especificidades desse caso, pois eles não fazem parte do que Perini (2017) considera como uma “visão geral da língua”.

A chamada “língua falada padrão” do português brasileiro proposta por Perini (2017) é elaborada tomando com base a região Sudeste, isto é, os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Essa escolha tem implicações direta na gramática, pois a “norma urbana” descrita na GDPB é extraída tomando como base uma única região do país.

O linguista explicita os motivos que o levou a considerar apenas a região Sudeste na sua descrição. O primeiro motivo está associado à carência de pesquisas voltadas para as diferenças dialetais entre as regiões, e o segundo motivo, por sua vez, refere-se à extensão da

gramática, já que essas particularidades exigiriam da GDPB, necessariamente, mais de um volume. Segundo o linguista:

**A variedade do PB aqui considerada é basicamente a do Sudeste** (Minas Gerais, São Paulo, Estado do Rio); em certos pontos procurei mencionar traços da fala de outras regiões, mas isso não pode ser realizado sistematicamente. Primeiro, não há levantamento suficiente das diferenças dialetais em todos os detalhes, e, depois, uma descrição que levasse em conta tais diferenças exigiria mais um (ou mais de um) livro separado. Assim, peço que sulistas, nordestinos, mato-grossenses e cariocas mostrem tolerância nos pontos **em que ignorei aspectos importantes de sua fala** (PERINI, 2017, p. 33, grifos nossos).

Os impasses, seja pela ausência de pesquisas, seja pela extensão da gramática, criam um paradoxo dentro da GDPB, pois como é possível, considerando a dimensão territorial e populacional do país, tratar de uma “norma universal” do português brasileiro falado pautando-se preferencialmente em uma única região? A escolha de Perini (2017) é coerente com as limitações impostas pela realidade das pesquisas, contudo as implicações geradas por essa escolha criam, dentro da própria GDPB, limites dentro da gramática.

Desse modo, é possível afirmar que esse paradoxo é um desafio a ser enfrentado pelas gramáticas do PB, isto é, lidar, ao mesmo tempo, com a heterogeneidade sincrônica de uma língua falada em um país territorialmente extenso e diverso em sua população, e a necessidade de se elaborar gramáticas que tratem das especificidades dessa língua, visando uma educação linguística pautada não na prescrição gramatical ou no português lusitano, mas na língua falada e escrita no Brasil.

No caso das gramáticas de Castilho (2014) e Bagno (2012)<sup>34</sup>, os elaboradores não mencionam as regiões, ou a região, utilizadas como parâmetro, mas, tomando como fato de que boa parte dos dados que alimentam essas gramáticas são originários do *NURC*, depreende-se que cinco capitais brasileiras foram levadas em considerações na elaboração desses instrumentos, uma vez que o *NURC* coletou dados oriundos de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (OLIVEIRA JR., 2019).

Portanto, apenas três regiões foram consideradas, tendo o Nordeste e o Sudeste sido representados por duas capitais, e o Sul representado pela capital Porto Alegre. Consequentemente, duas outras regiões não participaram do *NURC*, sendo elas o Centro-Oeste e o Norte. Desse modo, as gramáticas de Castilho (2014) e Bagno (2012), produzidas

<sup>34</sup> A gramática de Bagno (2012) utiliza os dados do *NURC*. Para exemplificar, vejamos um exemplo mencionado pelo autor na página 533: “No corpus do projeto *NURC* encontramos muitos exemplos dessa regência, não só para o verbo mas também para o substantivo preferência e o adjetivo preferível: (58): prefiro ir ao teatro do que a cinema... quando o filme não é bom né? [...] (*NURC/SP/234*)”

dentro dos limites e da viabilidade dos projetos coletivos, também não escapam do paradoxo enfrentado por Perini (2017).

No que se refere à norma gramatizada pelos instrumentos, Bagno (2012), conforme foi apresentado no quadro 8, trabalha com uma categoria semelhante a de Perini (2017). Ao passo que Perini (2017), dentro da GDPB, trata de uma espécie de “norma urbana” conhecida como “a língua falada padrão” do PB, Bagno (2012) trabalha com a nomenclatura *Vernáculo Geral Brasileiro*. Baseado no conceito de “traços graduais e traços descontínuos”, proposto por Stella Maria Bortoni Ricardo, a GPPB elabora o conceito de “vernáculo geral” da língua brasileira. Abaixo, segue o excerto em que o linguista esclarece o conceito de “traços graduais e traços descontínuos” na formação do “vernáculo geral”:

Temos assim, claramente, dois grandes conjuntos de traços linguísticos: aqueles que aparecem na fala de todos os brasileiros, independente de sua origem social, regional etc.; e aqueles que aparecem primordialmente na fala dos brasileiros de origem social humilde, de pouca ou nenhuma escolaridade, de antecedentes rurais etc. Ao primeiro grupo de traços os sociolinguistas dão o nome de traços graduais. Ao segundo, o nome de traços descontínuos. Essa terminologia foi proposta pela sociolinguista brasileira Stella Maris Bortoni-Ricardo para traduzir os termos *gradiente* e *sharp* empregados pelos pesquisadores de língua inglesa (BAGNO, 2012, p. 105).

O *vernáculo geral brasileiro* é oriundo dos “traços graduais”, isto é, de traços linguísticos que aparecem na fala de todos os brasileiros, independentemente do nível de escolaridade ou classe social. Baseado no robusto trabalho de Bortoni-Ricardo sobre “traços graduais” é que Bagno (2012) vai propor a ideia de “vernáculo geral brasileiro”. Consequentemente, a norma urbana culta apresentada na GPPB é extraída desse “vernáculo geral” constituído dos “traços graduais”. Nesse ponto, tanto a perspectiva de Perini (2017) quanto a de Bagno (2012) partem da concepção de que há traços universais e gerais no PB presentes na fala dos brasileiros.

Observando as seções introdutórias das gramáticas contemporâneas, conclui-se que todos os três instrumentos utilizam dados extraídos da oralidade, mas a GPPB também apresenta dados oriundos da escrita. Bagno (2012) utiliza a terminologia “norma urbana culta”, já Perini (2017) opta pela expressão “norma urbana”.

A NGPB de Castilho (2017) descreve a “norma objetiva”. Embora o linguista não utilize essa terminologia nos capítulos introdutórios, chegou-se a essa conclusão através do excerto em que ele trata sobre o trabalho do NURC na descrição das normas objetivas.

Portanto, ao utilizar os dados do projeto *NURC* e da *Gramática do Português Falado*, a NGPB descreve, consequentemente, a “norma objetiva” dentro da sua proposta.

A gramática de Perini (2017, p. 67) descreve uma espécie de “norma universal”, isto é, a “língua falada padrão” aceita em todo o país e utilizada por “[...] populações urbanas relativamente escolarizadas”. Desconsiderando as manifestações linguísticas regionais e de grupos sociais específicos, por causa da carência de pesquisas, como também devido à extensão que a sua gramática tomaria, a GDPB seleciona apenas a região Sudeste como parâmetro para a elaboração da “norma universal”. No caso da GPPB e a NGPB, ao utilizar os dados do *NURC*, essas gramáticas estão considerando como parâmetro cinco capitais brasileiras, dentre elas, Recife, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Nesse sentido, as regiões Norte e Centro-Oeste ficaram de fora da obra.

Os limites impostos pela viabilidade do projeto *NURC* ou a ausência de pesquisas em relação às especificidades regionais, por exemplo, trazem para as gramáticas do português brasileiro um desafio a ser enfrentado pelos elaboradores desses instrumentos: conhecer a realidade do português brasileiro em um país extenso e diverso e tratar dessa realidade em gramáticas elaboradas pelo crivo das teorias linguísticas.

Ainda com relação à norma descrita dentro das gramáticas do PB, a proposta de Bagno (2012) opta por descrever o português brasileiro dos falantes cultos. Castilho (2017), segundo Zilles (2016), descreve também o português culto falado, muito embora trate também das diferenças entre o português brasileiro culto e o português brasileiro popular.

Na GDPB, Perini (2017), por sua vez, descreve a “norma urbana”, ou seja, o “português falado padrão” presente na fala de todos os brasileiros escolarizados<sup>35</sup>. Algo semelhante propõe Bagno (2012): pautado na perspectiva de “traços graduais e traços descontínuos”, de Bortoni-Ricardo, o linguista extrai a norma urbana culta real do *vernáculo geral brasileiro*, ou seja, daquelas manifestações linguísticas presentes na fala de todos os brasileiros, independente da região ou da classe social.

---

<sup>35</sup> Outro excerto que comprova o que estamos afirmando a respeito da descrição geral do PB em Perini (2017, p. 31-32, grifos do autor) é: “A língua que falamos, nós todos, operários, professores, mecânicos, médicos e manicures, é bastante diferente da língua que escrevemos (isto é, aqueles dentre nós que têm a formação necessária para a tarefa de escrever). Assim, na cantina dizemos: *me dá um quibe aí*, mas na língua escrita isso seria *dê-me um quibe*. Nota-se que se trata de duas formas de expressão igualmente adequadas, cada qual no seu contexto. Seria bastante estranho chegarmos na cantina e dizermos: *dê-me um quibe* – o falante ia parecer pedante, até mesmo antipático (“quem esse cara tá pensando que é?”). Uns momentos de reflexão devem deixar bem claro que as duas variedades existem, vão continuar a existir e, principalmente, não podem ser trocadas: escreve-se uma tese em português-padrão escrito, pede-se um quibe em português falado. A esse português falado se dá em geral a designação de *português falado do Brasil*, ou PB. Este livro é uma gramática do PB”.

### 4.3. As gramáticas contemporâneas do PB e a relação com a prescrição gramatical: o que dizem os elaboradores?

As gramáticas contemporâneas do PB tanto descrevem a língua brasileira quanto se projetam como uma alternativa à tradição, já que, balizadas pelo critério da descrição linguística, esses instrumentos professam não serem prescritivistas. Desse modo, essas gramáticas descrevem uma norma nascida no fluxo da interação, isto é, na língua em uso.

Nessa projeção, as gramáticas do PB são elaboradas opondo-se à prescrição gramatical, mais especificamente, ao português padrão europeu. Esse dado já havia sido identificado por Vieira (2016) e por Venâncio (2016)<sup>36</sup>. Ambos os linguistas são unânimes em suas análises ao afirmar que o contraste estabelecido nas gramáticas do PB é feito em oposição ao português padrão, isto é, em relação ao português cristalizado pela tradição e não o português europeu falado por sujeitos escolarizados, por exemplo.

Fazendo o uso desse dado já validado em outros trabalhos, nos próximos parágrafos serão apresentados os posicionamentos dos elaboradores das gramáticas do português brasileiro sobre os seguintes aspectos:

- 1) O tratamento dado à tradição e a prescrição gramatical;
- 2) As relações estabelecidas com o português europeu;
- 3) O horizonte da retrospecção na constituição do PB frente ao PE.

Comparando os capítulos introdutórios, foram cotejados alguns excertos em que os elaboradores se posicionam a respeito da tradição gramatical. Embora a prescrição pareça estar imbricada exclusivamente à tradição, foram separados trechos em que Bagno (2012), Castilho (2014) e Perini (2017) destacam a importância da tradição gramatical. Portanto, foram transcritos excertos em que os linguistas se posicionam a respeito da tradição. A fim de que se tenha uma visão mais ampla sobre o que diz as três gramáticas do PB a respeito da tradição gramatical, esses excertos serão apresentados a seguir:

No entanto, como patrimônio cultural do Ocidente, a gramática tradicional tem de ser muito bem conhecida por aqueles que, profissionalmente, serão confrontados a ela [...]. Além disso, é impossível negar que a gramática tradicional é o repositório de importantes reflexões de filósofos e filólogos - por baixo da pesada ideologia prescritiva existem interessantes sugestões de

<sup>36</sup> Esse resultado encontra-se no livro *Gramáticas brasileiras: com a palavra os leitores*, organizado por Carlos Alberto Faraco e Francisco Eduardo Vieira (2016).

análise, além de descobertas importantíssimas sobre o funcionamento da linguagem humana em geral e das línguas em particular (BAGNO, 2012, p. 23).

Esta é uma atividade (gramática tradicional) duas vezes milenar na civilização ocidental, velha de quase meio milênio no domínio da língua portuguesa, quando o Fernão de Oliveira publicou, em 1536, nossa primeira gramática (CASTILHO, 2014, p. 33).

Tanto o PB quanto o português padrão têm importância na nossa sociedade. [...] Vamos continuar tendo que estudar o português padrão, e vamos continuar sentindo aquela sensação de barriga fria na hora de escrever um texto de mais responsabilidade (PERINI, 2017, p. 32)

As três gramáticas valoram positivamente a tradição gramatical. Bagno (2012) afirma que ela é um “patrimônio cultural do Ocidente”, contendo reflexões fundamentais sobre a linguagem, sendo, portanto, necessário o conhecimento desta tradição por aqueles que lidam com as reflexões metalinguísticas.

Castilho (2017) referenda a tradição denominando-a de “milenar”, mencionando, inclusive, a importância das primeiras gramáticas da língua portuguesa, como a de Fernão de Oliveira (1536). Perini (2017), por sua vez, argumenta em prol da importância da norma padrão dentro da sociedade, sobretudo em situações formais, inclusive, mencionando a necessidade real do padrão na escrita formal.

As três gramáticas reconhecem a importância da tradição e dos frutos que a civilização Ocidental colheu da teoria gramatical, contudo a prescrição inerente à tradição é rejeitada dentro dos instrumentos, uma vez que o discurso antiprescritivismo (CAMERON, 1995) é massivamente disseminado dentro das gramáticas. Perini (2017, p. 35-36), conforme já foi mencionado, ao estipular o objetivo da sua gramática, afirma que não pretende “prescrever formas certas e proibir formas erradas. Para nós, ‘certo’ é aquilo que ocorre na língua”. Ao dizer que o “certo” é definido no próprio uso corrente da língua, o linguista explicitamente se opõe ao “certo” instituído pela tradição gramatical. Nesse sentido, o “certo”, dentro da GDPB, está relacionado com o uso e não com a prescrição.

Castilho (2014) define que a NGPB não é uma “gramática-lista”, focada na nomenclatura, nem uma gramática de “ritmo expositivo” conforme o modelo operado pela tradição. Para o linguista, o gramático da tradição é uma personificação do “Moisés”<sup>37</sup> da narrativa judaico-cristã, pois é o gramático, e não os fatos da língua, o responsável por definir

---

<sup>37</sup> Personagem da narrativa judaico-cristã da Torá, que após a revelação divina, desce do Monte Sinai instituindo a Lei sobre o povo de Israel.

o que é, ou não, válido no uso. O discurso “antiprescrição” de Castilho (2014) pode ser identificado no excerto a seguir:

O ritmo expositivo de nossas gramáticas adota o que se poderia chamar de **“estilo revelação”**. O gramático se transforma numa espécie de Moisés que desce dos altos montes e revela aos povos estupefatos... o **que está certo e o que está errado** em sua linguagem! Também aqui me distanciei disso. Imaginei para tanto a seguinte estratégia: compus dois textos articulados, um expositivo, e outro indagativo. Na exposição, falo eu, interpretando os achados da ciência atual. Nas indagações, falam os leitores, por meio das perguntas que imagino que eles estejam formulando. Nossos diálogos imaginários vão em itálico, intercalados no texto expositivo. O objetivo dessa estratégia é transformar os leitores **numa espécie de coautores, recusando** que entre eles e a língua que praticam seja obrigatória a interposição de um intérprete, de uma espécie de despachante para problemas gramaticais. Para dar conta desse lance meio calvinista, apresentei perguntas e mais perguntas nestas páginas, ao lado de informações sobre o conhecimento disponível e o fornecimento de pistas sobre como achar novas respostas. Para evitar uma **aborrecida listagem** de opiniões, que poderia obscurecer o objeto, optei por interpretar os resultados obtidos à luz da já mencionada teoria multissistêmica da língua. (CASTILHO, 2014, p. 32-33, grifos nossos).

Para fugir do “estilo revelação”, isto é, da prescrição gramatical, Castilho (2014) utiliza como estratégia a inserção do seu público-alvo nas discussões do PB. Desse modo, intercala tanto textos expositivos quanto textos indagativos, na tentativa de desvencilhar o falante das imposições que as gramáticas prescritivas geralmente adotam. Os textos expositivos são as interpretações de Castilho (2014) com base nas teorias linguísticas, mais especificamente, na teoria multissistêmica da língua, e os textos indagativos referem-se aos possíveis questionamentos dos leitores, projetados pelo próprio Castilho (2014).

A gramática de Bagno (2012) também combate o prescritivismo da tradição. Em seu capítulo introdutório, o linguista argumenta sobre as implicações do prescritivismo nas aulas de língua materna. Na seção “O não ensino da norma-padrão”<sup>38</sup>, Bagno (2012) apresenta os limites da prescrição ao impor uma língua ideal e artificial. O próprio título utilizado pelo linguista, “O não ensino da norma-padrão”, já antecipa o discurso antiprescritivista adotado pela GPPB. Nas palavras do linguista:

O que se entende por norma-padrão, nos estudos mais recentes sobre variação linguística e ensino, é o modelo de língua descritivo-prescritivo pela tradição gramatical, uma língua extremamente idealizada construída com base nos usos de um grupo não muito amplo de escritores e, mesmo

<sup>38</sup> A seção “O não ensino da norma padrão” está presente no capítulo “Introdução: gramática, a quem será que se destina?” (BAGNO, 2012, p.31).

assim, não de todos esses usos, mas só daqueles que o próprio gramático considera exemplares ou recomendáveis. Essa é a norma-padrão – escrita, literária e obsoleta – e, por isso mesmo repleta de arcaísmos, de fósseis linguísticos, de regras que vão contra a intuição gramatical de qualquer falante da língua. Como se não bastasse, ela é inevitavelmente anacrônica porque recorre a um cânone literário do passado, de modo que nem sequer na literatura viva contemporânea é possível reconhecer o uso integral que ela prescreve (BAGNO, 2012, p. 31).

Ao discutir sobre a norma-padrão e as consequências da prescrição imposta por ela, Bagno (2012) a caracteriza como obsoleta, permeada de “fósseis linguísticos”, isto é, de arcaísmos e expressões que não fazem parte da gramática intuitiva do falante. A norma-padrão com suas prescrições é definida dentro da GPPB como uma língua ideal e longe da realidade dos falantes, pois o parâmetro utilizado por ela são os escritores da literatura pregressa (VIEIRA, 2018) e os usos tidos como “exemplares” são instituídos com base no senso do próprio gramático.

Embora a tradição gramatical seja valorada dentro das gramáticas contemporâneas do PB, a prescrição imbuída na tradição é duramente criticada, imperando o que Cameron (1995) denomina de “antiprescritivismo”. Ao descrever o português brasileiro e legitimá-lo enquanto uma língua autônoma, as gramáticas projetam a língua brasileira em oposição ao português europeu, isto é, a legitimidade do PB é construída em contraste ao PE. Contudo, é pertinente observar a que variedade do português europeu as gramáticas do PB estão se opondo. Para tanto, no quadro 9 seguem os excertos em que os linguistas se posicionam sobre essa questão:

Quadro 9: Variedades do PE

| Gramática       | Variedades do PE                 | Excertos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------------|----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Bagno (2012)    | Tradição gramatical do português | “Nessa gramática, vamos comparar sempre o VGB (vernáculo geral brasileiro) com a TGP (tradição gramatical do português), dando ênfase e prioridade político-pedagógica ao VGB” (BAGNO, 2012, p. 33).                                                                                                                                                                                                    |
| Castilho (2014) | Tradição gramatical do português | “O leitor pode entender, agora, por que eu disse, anteriormente, que a inserção desta obra na tradição gramatical se faz de modo paradoxal. Ela se propõe o objetivo clássico de esclarecer a estrutura da língua, mas o faz sem preocupações normativas; ela aborda os mesmos fenômenos sintáticos que têm constituído o cerne das gramáticas ao longo dos últimos séculos [...]” (ILARI, 2014, p. 29) |

|               |                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|---------------|-----------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Perini (2017) | Português padrão escrito<br>Português europeu | <p>“Uns momentos de reflexão devem deixar bem claro que as duas variedades existem, vão continuar a existir e, principalmente, não podem ser trocadas: escreve-se uma tese em português padrão escrito, pede-se um quibe em português falado. A esse português falado se dá em geral a designação de português falado do Brasil, ou PB” (PERINI, 2017, p. 32)</p> <p>“Neste livro me refiro ao português do Brasil como PB ou simplesmente português. A outra variedade principal da língua falada é chamada português europeu. Existem, além dessas, variantes usadas nos demais países da lusofonia (PERINI, 2017, p. 32).</p> |
|---------------|-----------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Elaborado pela autora

A partir do panorama do quadro 9, é possível gerar algumas conclusões. A GPPB de Bagno (2012) legitima o português brasileiro em contraste com a tradição gramatical do português, ou seja, a concepção de PE a que a gramática de Bagno (2012) se opõe é o português padrão da tradição.

Castilho (2014) também legitima o PB opondo-se à tradição gramatical, mas, na página 192, o linguista traz um quadro comparando o PB e o PE e, nesta comparação, apresenta manifestações linguísticas do português europeu falado<sup>39</sup>. Contudo, Castilho (2014) não deixa claro qual a variedade do português europeu falado está sendo utilizado como parâmetro na comparação com o PB.

Perini (2017), por sua vez, além de comparar com o português padrão escrito, faz ainda menção ao português europeu. O chamado português europeu de Perini (2017, p. 32) refere-se “[à] variedade principal da língua falada”. Nesse sentido, depreende-se do posicionamento de Perini (2017) que na língua falada coexistem tanto o chamado “português europeu”, quanto o “português brasileiro”, embora na escrita impere o chamado “padrão”.

Em suma, pode-se afirmar que as gramáticas legitimam o PB em contraste, principalmente, com a tradição gramatical do português europeu padrão. Castilho (2014) até faz menção à realidade linguística do PE falado, mas, no geral, a NGPB concentra-se na oposição entre a norma culta do português brasileiro e o PE padrão cristalizado pela gramática tradicional.

Fernando Venâncio (2016), linguista português, no livro *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*, tece algumas críticas a respeito das oposições operadas dentro da

<sup>39</sup>Depreendemos que o português europeu tratado na página 192 refere-se ao PE falado, pois, no espaço referente à morfologia, Castilho (2014, p.192) apresenta a seguinte afirmação: “A morfologia nominal e verbal não apresentam essas simplificações (perda do {-s}), exceto em alguns falares regionais”.

gramática de Bagno (2012) rumo à legitimação do PB. Ao contrastar o PB com o português padrão europeu, Venâncio (2016) afirma que, na GPPB, o português europeu é um “interlocutor ausente”, pois as manifestações linguísticas que Bagno (2012) afirma serem tipicamente do PB também já são uma realidade presente no português europeu. Nas palavras de Venâncio (2016):

Certo. E, contudo, o papel daquela “língua de um outro povo” (p. 764) não é totalmente claro. O português europeu, é, ao longo da obra inteira, o interlocutor ausente, demasiadamente ausente. O risco é o de sugerir-se como exclusivo do português brasileiro tudo quanto circunstanciadamente se expõe, já para além daquilo que explicitamente assim se declara. Alguns esparsos exemplos disso. Também o português europeu conhece um “alçamento das pretônicas [e] e [o]”, sendo este segundo caso sistemático (‘bunitu’, ‘furtuna’, ‘durmir’) (p. 318-219). Uma realização como “Você e a Sandra vieram no seu carro ou no dela”?) (p. 452) é o europeu mais autêntico, tal como os reforços do tipo “quando é que”?, “como é que”?, “onde é que”? e semelhantes (p. 462). Os portugueses dizem, com naturalidade, “vou ir” (p. 462), e implicar com isto, como se presume façam alguns lusumaníacos, também em Portugal roça o bizantinismo. “A gente vamos” (p. 651) é a sequência decerto combatida, o que não conseguiu banir dos usos espontâneos [...] Apetece dizer que o nosso gramático, também ele, tende a encarar o português europeu como “pedante”, sugerindo que o formalismo é aí a moeda corrente, assim interiorizando a visão desinformada, ou tendenciosa, do purismo brasileiro. Um e outros alimentam para o português europeu uma caricatura útil (VENÂNCIO, 2016, p. 106-107).

Venâncio (2016), ao analisar a *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Bagno (2012), enumera uma série de exemplos apresentados na obra como tipicamente do PB, contra-argumentando que tais manifestações já estão presentes na fala dos portugueses, como é o caso da expressão “Vou ir”, apresentado na página 462 da GPPB.

Desse modo, para Venâncio (2016), o “purismo brasileiro”, que defende certas manifestações linguísticas exclusivas do PB, acaba alimentando uma “caricatura útil” do PE, uma vez que se estabelecem comparações entre o PB falado e o português padrão idealizado, chegando-se ao consenso de que tais expressões pertencem exclusivamente ao português brasileiro, quando uma comparação com português europeu sincrônico, em uso e na constante interação entre os falantes de uma dada região de Portugal, por exemplo, traria dados mais consolidados e mais próximos à realidade da língua utilizada neste país.

Nesse sentido, legitimar o português brasileiro através das diferenças entre essa variedade e o português padrão da tradição, de certo modo, faz as gramáticas contemporâneas do PB enfrentarem diretamente a envergadura da tradição, propondo novas possibilidades de

análise. Contudo, tal enfrentamento inibe uma comparação mais ampla entre o PB e o PE em uso. Desse modo, tais impasses trazem implicações diretas na análise da realidade do português brasileiro, pois, se o parâmetro é o padrão, significa dizer que o português europeu, ao qual o PB se opõe, é uma norma idealizada e distante dos usos até mesmo dos próprios falantes portugueses (VENÂNCIO, 2016).

Em resumo, nesta seção, foram investigados os posicionamentos das gramáticas contemporâneas do PB em relação à tradição gramatical, à prescrição e ao português europeu. Todos os três instrumentos reconhecem e valoram positivamente as contribuições da tradição gramatical, contudo são contrários ao prescritivismo disseminado na tradição. Por isso, conforme afirma Cameron (1995), as gramáticas dos linguistas adotam um discurso “antiprescritivista”, já que, balizados pela descrição linguística, as gramáticas do PB acabam condenando as imposições, consideradas “arbitrárias”, da tradição.

No que se refere ao português europeu, a gramática de Castilho (2014) compara o PB ao PE falado. Contudo, os três instrumentos estabelecem comparações entre a norma culta do português brasileiro com o português europeu cristalizado pela tradição gramatical. Esse confronto impacta diretamente a própria compreensão da língua que de fato é utilizada neste país. Ora, se a norma da tradição é idealizada, artificial e distante dos usos (FARACO, 2008; BAGNO, 2012; MONTEAGUDO, 2011), de que maneira o PB pode ser legitimado, se ele está sendo comparado e confrontado com uma norma artificial do PE? Esse confronto incide diretamente nas considerações que esses instrumentos fazem sobre o comportamento do português brasileiro.

#### **4.4. O passado na constituição das gramáticas contemporâneas do português brasileiro**

As gramáticas do PB, embora sejam contemporâneas, são frutos de um projeto linguístico, político e ideológico que condensa, ao mesmo tempo, o passado e o futuro, isto é, horizontes de retrospectção e de projeção (AUROUX, 1992) rumo à legitimação da língua brasileira. Todos os três instrumentos analisados nesta pesquisa atendem a uma demanda histórica de se reconhecer as especificidades da língua brasileira. Língua essa defendida não apenas pelos linguistas, mas também por escritores como José de Alencar (1829-1877) e Mário de Andrade (1893-1945).

Sabendo disso, esta seção buscará investigar a categoria “horizonte de retrospectção” nos capítulos introdutórios das gramáticas do PB. Ciente da amplitude desta categoria, será estabelecido os seguintes eixos como pontos de análise:

- 1- Valoração dada ao “horizonte de retrospecção” nos capítulos introdutórios;
- 2- Projetos sobre o PB elaborados no horizonte de retrospecção;
- 3- Gramáticas elaboradas no horizonte de retrospecção.

Nos capítulos introdutórios da gramática de Bagno (2012), o linguista não menciona um projeto específico sobre o português brasileiro. Embora já tenha sido identificada nesta pesquisa a presença dos dados do NURC na GPPB, o projeto não é referendado na introdução pelo linguista. Entretanto, Bagno (2012) apresenta uma série de gramáticas tradicionais de referência como uma espécie de “roteiro de estudos”. Os instrumentos mencionados por Bagno (2012) são a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha (1917-1989)<sup>40</sup> e Lindley Cintra (1925-1991), e a *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara (1928-).

A gramática elaborada por Celso Cunha, em colaboração com Lindley Cintra (1925-1991), foi publicada em 1985. Bagno (2012, p. 24) recomenda esta gramática afirmando que “a leitura é agradável porque Celso Cunha sempre escreveu com clareza e objetividade, sem o estilo muitas vezes arrevesado e pomposo dos filólogos de sua geração”. Além da *Nova gramática do português contemporâneo*, o linguista recomenda a obra de Evanildo Bechara. Essa gramática foi publicada pela primeira vez em 1961, trazendo em seu título a denominação de “moderna”, porque incorporou na análise dos fenômenos diversos estudos linguísticos da época (MULINACCI, 2016).

Bagno (2012, p. 24) a recomenda, porque considera a gramática de Bechara como uma espécie de “transição da tradição prescritiva para uma abordagem mais sintonizada com os avanços da linguística”. A *Moderna gramática portuguesa*, embora utilize o texto literário como parâmetro de análise, incorpora em suas análises “postulados teóricos de correntes científicas contemporâneas”.

Além das duas gramáticas tradicionais, no “roteiro de estudos da GPPB”, o linguista incorpora ainda a *Gramática Houaiss de língua portuguesa*, de José Carlos de Azeredo. Contudo, essa gramática é contemporânea à GPPB. Logo, ela apenas será citada nesta seção, uma vez que o objetivo aqui é investigar a categoria “horizonte de retrospecção” nos capítulos introdutórios.

---

<sup>40</sup> A trajetória da Celso Cunha pode ser consultada no site da Academia Brasileira de Letras. Disponível em <http://www.academia.org.br/academicos/celso-ferreira-da-cunha/biografia>. Acessado em 02/12/2019.

No que se refere à *Nova gramática contemporânea do português brasileiro*, de Castilho (2014), consta no prefácio da obra o título “Nova gramática do português brasileiro: tradição e ruptura”, assinado por Rodolfo Ilari (2014). O título dado por Ilari (2014) já antecipa ao leitor o lugar da retrospectão na composição da NGPB.

Ao iniciar o prefácio, Ilari (2014) retoma o papel didático da gramática como uma ciência milenar. O movimento retrospectivo de Ilari (2014) é materializado no prefácio através de uma lista de gramáticos que ao longo do tempo produziram instrumentos consagrados e utilizados para fins pedagógicos. Nessa lista de Ilari (2014) constam os nomes dos gramáticos Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816), Manuel Said Ali (1861- 1953), Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), Carlos Henrique da Rocha Lima (1915-1991), Celso Cunha (1917-1989) e Luís-Felipe Lindley Cintra (1925-1991). Ao retornar à retrospectão elencando esses gramáticos, Ilari (2014, p. 25) argumenta que existe uma espécie de “cânone” gramatical e Castilho (2014), por sua vez, deseja inserir a NGPB na galeria da tradição.

O elaborador da NGPB reconhece esse objetivo e afirma que pretende “com esta gramática acrescentar mais um elo na longa tradição das gramáticas de referência mesmo quando delas [se afasta]” (CASTILHO, 2014, p. 33). Além de mencionar os gramáticos que tiveram uma atuação expressiva no passado, Castilho (2014) faz referência aos projetos de pesquisa sobre o português brasileiro anteriores à NGPB. Sobre esses projetos, Ilari (2014) afirma:

Como era de esperar, a circulação de novas ideias, além de alimentar muita controvérsia teórica nem sempre consequente, também teve efeito desejável de tornar mais amplo e exigentes os estudos que tinham como tema a realidade linguística do país. O linguista americano Haj Ross já descreveu o Brasil como um dos países em que as pessoas mais se empenham em conhecer a fundo a própria língua, em nível mundial. Essa afirmação é certamente correta, mas é importante lembrar que o comprometimento de que fala Ross foi construído, entre 1960 e 1980, pelos primeiros linguistas brasileiros. Aqui também Ataliba de Castilho teve um papel importantíssimo, pois criou e sustentou com determinação dos visionários alguns projetos coletivos de grande envergadura, recrutando por todo o país os nomes mais representativos das novas áreas de estudo que iam se configurando e criando no interior desses projetos um ambiente de trabalho saudável e estimulante. Para entender a **gênese** deste livro, cabe lembrar, particularmente, o Projeto da Gramática do Português Falado, que teve início na década de 1980. Ataliba de Castilho foi seu idealizador e seu coordenador, o que o colocou numa posição privilegiada para acompanhar e orientar o desenvolvimento de algumas das linhas de pesquisa que mais avançaram no conhecimento do português falado no Brasil, durante três décadas. O livro que ele oferece agora ao leitor é profundamente coerente com essa história e com os compromissos assumidos diante da realidade

linguística brasileira pelos linguistas daquela **geração** (ILARI, 2014, p. 26, grifos nossos).

Neste excerto de Ilari (2014), o linguista aponta a semente que gerou a NGPB. Essa semente, por sua vez, foi implantada pelos primeiros linguistas brasileiros durante as décadas de 60 e 80. Portanto, o passado tem um papel fundamental dentro da gramática de Ataliba (2014), uma vez que a “gênese deste livro” inicia-se com os primeiros linguistas, dentre eles, o próprio Castilho (2014). Portanto, a NGPB é um reflexo dessa história construída a partir da década de 1960. Aprofundando os impactos dos projetos coletivos no trabalho de descrição do português brasileiro, Castilho (2014), na introdução, detalha o número de pesquisadores e de instituições envolvidas na execução do PGPF. A seguir, segue a descrição de Castilho (2014):

Por outro lado, as línguas são tão complexas, que é impossível trabalhar solitariamente em sua análise. Levando isso em conta, os linguistas brasileiros conceberam a partir da década de 1970 grandes projetos coletivos, produzindo textos multiautorais. Basta lembrar o mais ambicioso e o mais produtivo entre eles, o Projeto de Gramática do Português Falado, cuja realização propus em 1988. Atuaram nele 32 pesquisadores experientes, recrutados em 12 universidades brasileiras, e divididos em 5 grupos de trabalho. [...] A presente gramática se insere nesse quadro de preocupações. Filtrei aqui as pesquisas das últimas três décadas a partir de uma ótica própria, propondo seguidamente ao leitor que se envolva nas pesquisas, transformando-se no linguista-gramático dele mesmo. Seguindo esse impulso, esta gramática dá voz a muitos desses pesquisadores, tanto quanto às aulas que fui ministrando ao longo de 47 anos de magistério (CASTILHO, 2014, p. 32).

Reafirmando e validando o posicionamento de Ilari (2014) sobre a importância dos projetos desenvolvidos no passado pelos primeiros linguistas brasileiros, Castilho (2014) argumenta que a NGPB é fruto desse trabalho coletivo construído por inúmeros pesquisadores e pelas pesquisas sobre a realidade do PB desenvolvida ao longo dos últimos 50 anos.

Em relação à gramática de Perini (2017), não há nos capítulos introdutórios uma menção explícita à projetos sobre o PB elaborados antes da GDPB, contudo Perini (2017) retorna à década de 1970 para contextualizar os estudos empreendidos pela linguística brasileira daquela época. Segundo ele:

O resultado é que a teoria gramatical tradicional é incorreta em muitíssimos pontos, e precisa ser em grande parte reformulada [...]. É o que se tem feito em linguística, e intensivamente, a partir dos anos de 1970 no Brasil (PERINI, 2017, p. 37).

Perini (2017) acaba por retornar ao contexto da linguística brasileira na década de 70. Da mesma forma que Castilho (2014), o elaborador da GDPB demarca os anos 70, pois é nesse período que projetos de descrição da língua falada no Brasil começam a ser empreendidos, a exemplo do NURC (1969). Por isso, as décadas de 70 e 80 são tão mencionadas pelos elaboradores das gramáticas contemporâneas do PB.

Perini (2017) também menciona os trabalhos desenvolvidos sobre a realidade do PB entre os anos de 1969 e 2000. Entre eles, estão as pesquisas de Thomas (1969), os trabalhos de Ataliba de Castilho (1990-2002), Andrade (1920), Amaral (1920), bem como as pesquisas de Bagno desenvolvidas nos anos de 1999, 2000, 2003 e 2004. A seguir, segue o excerto retirado de Perini (2017), constando a lista desses trabalhos:

Até bem recentemente, não havia uma única descrição abrangente do PB. Tínhamos apenas estudos parciais, embora uns poucos de boa qualidade. Posso citar especialmente Thomas (1969) e os artigos coligidos por Castilho (1990-2002), fontes importantes de observações e análises; além disso, há certas obras mais antigas, como notadamente Andrade (1990, mas elaborado nos anos 20) e Amaral (1920), que mostraram que a realidade linguística do Brasil já era reconhecida há cerca de um século. Em nossos dias, os livros de Bagno (1999; 2000; 2003; 2004), são um veemente manifesto em favor do estudo do PB (PERINI, 2017, p. 34).

Nesta seção, a categoria “horizonte de retrospecção” foi analisada nos capítulos introdutórios das gramáticas contemporâneas do PB. Dentre os três instrumentos analisados, a obra de Castilho (2014) é a que mais se relaciona com os projetos desenvolvidos sobre o PB durante a década de 70. De certo modo, as gramáticas de Perini (2017) e Bagno (2012) também são reflexos dos projetos coletivos desenvolvidos naquela época, entretanto a gramática de Castilho (2014), de certo modo, parece “coroar” o movimento de descrição do português brasileiro operado pela Linguística desde os anos 70.

É possível afirmar isso, porque a NGPB simboliza não apenas a história de um projeto, mas também a trajetória do próprio Ataliba de Castilho, uma vez que o linguista participou ativamente na elaboração e na realização de projetos como o NURC e a *Gramática do Português Falado*. Nesse sentido, a retrospecção na NGPB torna-se mais evidente devido à própria trajetória do seu elaborador com os projetos de descrição linguística do PB realizados desde a década de 70.

#### 4.5. O fenômeno da concordância verbal no português brasileiro: o que dizem as gramáticas dos linguistas?

As seções 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4. desta análise estavam totalmente voltadas para o primeiro bloco de textos extraídos das gramáticas do português brasileiro, ou seja, os capítulos introdutórios de cada instrumento. A partir desta seção, o foco da análise incidirá sobre o segundo bloco de textos. Esse bloco refere-se aos capítulos que tratam sobre a concordância verbal no português brasileiro, discutidos nas gramáticas de Bagno (2012), Castilho (2014) e Perini (2017).

Como eixo de análise, serão elencadas as seguintes subcategorias dentro desta seção:

- 1) Conceito de concordância verbal nas gramáticas do PB e a sua relação com a prescrição da tradição;
- 2) Natureza dos exemplos apresentados nas gramáticas, considerando a modalidade oral/escrita;
- 3) Convergência e/ou divergências sobre o comportamento da concordância verbal do PB entre os instrumentos.

Mediante os eixos estabelecidos anteriormente, serão apresentados, a seguir, os conceitos de concordância verbal presentes nas gramáticas do português brasileiro. Iniciando pela *Gramática pedagógica do português brasileiro*, do linguista Marcos Bagno (2012), a concepção de concordância verbal apresentada pelo elaborador da GPPB está pautada na tese de que existe um processamento cognitivo que atua na efetivação desse fenômeno entre os falantes. Portanto, para Bagno (2012), a concordância verbal não acontece na materialidade do texto. Sobre isso, o linguista afirma:

Com isso, a tese que postulamos aqui é que a concordância verbal se faz com algo que não está visível na materialidade do texto, mas que decerto participou do processamento cognitivo do falante/escritor no momento de falar/escrever (BAGNO, 2012, p. 649).

O conceito de concordância verbal é formulado por Bagno (2012) através da oposição ao sentido decretado pela tradição. Para isso, o linguista adere às conclusões apresentadas por Maria Marta Pereira Scherre (2005) sobre o comportamento da concordância verbal no PB. Para Bagno (2012), a regra geral das gramáticas normativas pautada na ideia de que “o verbo

concorda com o sujeito” é limitada, uma vez que, no nível sintático, o verbo tem um papel fundamental no interior da sentença. Portanto, o linguista afirma:

Traduzindo: “O verbo concorda com o sujeito”. Já podemos levantar uma primeira objeção a essa fórmula com base no que dissemos na abertura deste capítulo<sup>41</sup>: o verbo é que projeta seus valores semânticos sobre os demais elementos da sintaxe para maior eficiência discursiva da sentença em que ele age como núcleo. Se é assim, então, de fato, é o **sujeito que concorda com o verbo**, e não o contrário. Por isso, na formulação de Azeredo<sup>42</sup> – “o verbo apresenta-se no número e pessoa atribuídos ao núcleo do sintagma nominal” – podemos perguntar: atribuídos por quem? Ora, o número e a pessoa são atribuídas pela valência do verbo, de modo que não é o verbo que se “apresenta no número e pessoa” do sujeito: é o sujeito que tem seu número e pessoa atribuídos pelo verbo [...] (BAGNO, 2012, p. 647, grifos do autor).

Partindo do conceito de valência verbal e da importância do verbo dentro da hierarquia na sentença é que Bagno (2012) vai opor-se à ideia defendida pela tradição. Para o autor, o mais coerente é a defesa de que o “sujeito concorda com o verbo” e não o contrário. Para reforçar as limitações da regra geral da tradição, ele evoca o trabalho de Scherre (2005) sobre a questão da concordância verbal no PB.

A menção ao trabalho de Scherre (2005) é justificada pelo linguista na GPPB, porque a autora “se destaca como a pessoa que mais tempo e reflexão vem dedicando ao estudo da concordância” (BAGNO, 2012, p. 648). Sobre a importância do verbo dentro da hierarquia da sentença, Scherre (2005) apresenta as seguintes conclusões:

Pelas pesquisas que temos feito, é possível levantar a hipótese de que a concordância verbal em português não é regida pelo núcleo do sujeito, mas por TRAÇOS, que podem aparecer também em outras funções sintáticas, a saber, no núcleo do adjunto ou do complemento nominal e no núcleo do predicativo. Normalmente os traços controladores da concordância – o principal deles é o número sintático singular ou plural – concentram-se no núcleo do sujeito, provocando-se a **ilusão** de que o núcleo do sujeito que controla a concordância e que os demais casos são particulares ou especiais (SCHERRE, 2005, p. 134 *apud* BAGNO, 2012, p. 648, grifos do autor).

<sup>41</sup> Sobre a importância do verbo na hierarquia da sentença, Bagno (2012) argumenta: “[...] propriedades importantes levaram o linguista francês Lucien Tesnière (1893-1954) a colocar o verbo no ápice da hierarquia gramatical e como o responsável pela seleção dos demais elementos do enunciado. A esse poder do verbo Tesnière deu o nome de *valência*, termo tomado de empréstimo à química. Uma diferença notável entre a análise proposta por Tesnière e a análise tradicional é que para ele o *sujeito* não pode ficar fora do exame do enunciado – o sujeito é mais um dos atores que o verbo convoca para a encenação do pequeno drama condensado em todo enunciado gramatical. Para ilustrar sua análise, Tesnière criou diagramas aos quais deu o nome de *stemma*, palavra grega que significa “coroa, diadema” e também “teia da vida”. No *stemma* o verbo aparece acima de todos os demais constituintes porque ele é, para Tesnière, ‘o nó dos nós’” Bagno (2012, p. 514, grifos do autor).

<sup>42</sup> Bagno (2012) menciona Azeredo (2008) para discutir as limitações do conceito de que o “verbo concorda com o sujeito”. Azeredo (2008) afirma que “[o] verbo apresenta-se no número e pessoa atribuídos ao núcleo do sintagma nominal que serve de sujeito à oração” (AZEREDO, 2008, p. 227 *apud* BAGNO, 2012, p. 647).

O trabalho de Scherre (2005), retomado por Bagno (2012), valida a tese de que no PB o núcleo do sujeito não é o único responsável por ativar a concordância verbal, mas sim a presença de “traços”, inclusive, em outros elementos na frase, tais como o complemento nominal e o núcleo do predicativo, responsáveis por ativar a concordância. Para a linguista, a ilusão de que o “verbo concorda com o sujeito” está intimamente relacionada com as marcas de plural e singular que o núcleo do sujeito comporta e não necessariamente com a validade desta regra.

Já o conceito apresentado por Castilho (2014) também coloca o verbo em evidência, compreendendo a concordância verbal como uma relação entre a “classe” e o “escopo”, sendo a concordância um fenômeno redundante, uma vez que a marcação do plural, se ocorrer no verbo, poderá também ocorrer no sujeito. Segue a definição de concordância verbal apresentada na gramática de Castilho (2014):

A concordância é a conformidade morfológica entre uma classe (neste caso, o verbo) e o seu escopo (neste caso, o sujeito). Essa conformidade implica, portanto, na redundância de formas, ou seja, se houver a marcação de plural no sujeito haverá marcação de plural no verbo [...] (CASTILHO, 2014, p. 411).

Castilho (2014) utiliza a expressão “conformidade” para conceituar a concordância verbal e, da mesma forma que Bagno (2012), eleva o verbo, e não o sujeito, como o sintagma fundamental dentro da sentença. O elaborador da NGPB ainda menciona a “redundância” inerente ao fenômeno da concordância, pois, se existe a conformidade entre a classe e o escopo, os demais elementos presentes na frase, necessariamente, também deverão entrar em conformidade.

Com relação ao conceito apresentado pela tradição, a NGPB, no que se refere à concordância verbal, não faz nenhuma crítica explícita ao conceito presente nas gramáticas normativa; entretanto, o autor apresenta um conceito divergente da tradição, uma vez que Castilho (2014) também coloca o verbo como um elemento fundamental no processo da concordância. Desse modo, embora explicitamente o linguista não confronte a proposta tradicional, Castilho (2014) não comunga com o conceito das gramáticas normativas.

Ao mencionar a tradição, os argumentos de Castilho (2014) seguem os seguintes direcionamentos: I) A concordância verbal tem uma importância maior no português escrito; II) Falantes de classes sociais mais altas apresentam um leque maior de regras de

concordância verbal se comparadas com as classes mais baixas, mas que esse comportamento não tem haver com “ignorância gramatical” por parte dos falantes.<sup>43</sup>

A gramática de Perini (2017) inicia a discussão sobre a questão da concordância verbal de modo semelhante à gramática pedagógica de Bagno (2012). A GDPB traz o conceito apresentado pela tradição para abrir o debate sobre o tema. Do mesmo modo que a GPPB, a GDPB apresenta as lacunas diante do conceito cristalizado nas gramáticas normativas. Perini (2017) afirma:

Tradicionalmente se entende a **concordância verbal** como uma espécie de harmonia entre o verbo e um dos termos da oração, o **sujeito**: o verbo assumiria certa forma conforme o SN que preenche a função de sujeito, e por isso, se diz *eu vou*, mas *você vai e eles vão*. Vou argumentar que essa análise não é adequada, e que é necessário elaborar um novo conceito desse fenômeno (PERINI, 2017, p. 382, grifos de Perini).

Para provar que a “harmonia entre o verbo e os termos da oração” é uma ideia limitada, Perini (2017) apela para uma série de exemplos que tratam diretamente da questão dos tipos de sujeitos definidos pela tradição. Em síntese, a argumentação de Perini (2017) segue a ideia de que na presença explícita do sujeito na frase, o conceito de “harmonia” funciona, mas em frases com o sujeito oculto, o linguista questiona de que modo essa “harmonia” é efetivada. Para isso, Perini (2017, p. 382) recorre a seguinte frase: “[6] Cheguei de Salvador” como porta de entrada para a discussão. O autor da GDPB contra-argumenta:

A que termo da oração é que o verbo estaria se adaptando? Não pode ser de Salvador, e não há mais nenhum sintagma na oração além desse e do próprio verbo. A saída tradicional é postular um “sujeito oculto”, um eu que estaria na oração apenas para efeito de disparar a concordância. Essa solução é muito suspeita: cria-se um sintagma (abstrato) para dar conta da concordância, mas que não pode aparecer, e por isso é depois eliminado. O problema é que não há evidência de que tal sintagma realmente exista ali – nota-se que estamos falando de um sintagma, isto é, uma sequência de uma ou mais palavras, não de uma unidade puramente semântica (PERINI, 2017, p. 382).

---

<sup>43</sup> Os excertos que marcam as justificativas de Castilho são: I) “Inversamente, a concordância assume importância maior no PB escrito” (CASTILHO, 2014, p. 412); II) “Pesquisas sobre o PB mostram que as classes socioculturais altas dispõem de mais regras de concordância que as classes mais baixas. Mas daí a sinonimizar nível baixo com ignorância gramatical vai uma enorme distância, pois no PB popular há uma sofisticada relação entre concordar e não concordar o verbo com o sujeito na dependência da complexidade maior ou menor da morfologia verbal” (CASTILHO, 2014, p. 413).

A contra-argumentação de Perini (2017) caminha na direção de que a elaboração do “sujeito oculto” postulado pela tradição é limitada, pois esse tipo de sujeito cria um sintagma abstrato e, posteriormente, a eliminação desse sintagma gera um problema, uma vez que sua concretude não existe na frase. Aprofundando as críticas, Perini (2017, p. 383) ainda argumenta que a ideia de “sujeito oculto” da tradição implica, necessariamente, a elaboração de dois sujeitos, sendo “[...] um que dispara a concordância e é semanticamente interpretado, outro que dispara a concordância, mas não é semanticamente interpretado.”

Perini (2017) é contrário à defesa de que existem sujeitos ocultos na sentença conforme preconiza a tradição gramatical. Na subseção 5.2.1, destinada ao estudo da “noção de ‘sujeito’”, o linguista argumenta que “o modelo adotado [na GDPB] não lida com elementos sintáticos ocultos” (PERINI, 2017, p. 95). Para ele, frases como “Vendi um lote”<sup>44</sup> não tem sujeito, porque “o sujeito é o SN que antecede o verbo [...] mas [na frase “Vendi um lote”] não há nenhum SN antes do verbo; e *um lote* não pode ser sujeito, pois é de terceira pessoa, e o sufixo do verbo indica um sujeito de primeira pessoa do singular” (PERINI, 2017, p. 95).

Na GDPB, o sintagma nominal que aparece antes do verbo pode ter uma dupla função. O SN pode indicar tanto o sujeito quanto o agente. Entretanto, nem todo o SN, na condição de sujeito, é necessariamente o agente da ação verbal<sup>45</sup>. Portanto, frases como “Vendi um lote”, não tem um SN ocupando a posição de sujeito, mas a desinência de pessoa-número do verbo “vendi” aponta para o agente da ação verbal em primeira pessoa do singular. Desse modo, Perini (2017) utiliza a noção de papel temático e de sujeito, enquanto um sintagma explícito na sentença, para fundamentar a crítica de que não existe sujeito oculto na língua.

Diante das implicações do conceito de “harmonia” entre os verbos e os demais elementos, principalmente em frases do tipo “sujeito oculto”, Perini (2017) propõem uma outra definição, a fim de ajustar os limites da concepção de “harmonia”. Portanto, o autor da GDPB define:

Podemos escapar desses problemas assumindo uma análise mais concreta. Vamos admitir que o sujeito é um SN presente na oração. Nesse caso, [7] (Eu cheguei de Salvador) tem sujeito (eu) e [6] (Cheguei de Salvador) não tem. E vamos admitir que um dos papéis temáticos associados ao verbo pode ser representado duplamente na sintaxe: pelo sujeito e/ou pela terminação verbal (o sufixo de pessoa-número). Essa sinalização dupla só afeta o sujeito,

<sup>44</sup> Exemplo retirado de (PERINI, 2017, p. 95)

<sup>45</sup> Perini (2017) afirma: “Nos exemplos vistos, tanto o sujeito quanto o sufixo de pessoa-número indicam o Agente. Mas isso nem sempre ocorre, de modo que não se pode dizer que o sujeito é sempre Agente. Assim, em [12] Eu engordei muito desde cedo e [13] Engordei muito deste março” (PERINI, 2017, p. 95).

e não ocorre em todos os casos como se vê em [6]; mas em [7] ela está presente. E o sujeito é justamente o SN que recebe o mesmo papel temático também indicado pelo sufixo de pessoa-número (PERINI, 2017, p. 381-382).

Segundo o linguista, a saída é afirmar que não existe sujeito em frases do tipo “sujeito oculto”. Desse modo, o sujeito é o SN explicitamente presente na sentença e esse, por sua vez, recebe mesmo papel temático apontado pelo sufixo de “pessoa-número”. Após apresentar a sua “saída” para as limitações da tradição, o autor não apresenta explicitamente uma definição para o fenômeno da concordância verbal, mas apenas pontua que “[...] seria oportuno reanalisar a concordância, assim como talvez a própria noção de sujeito no PB” (PERINI, 2017, p. 388).

Apresentadas as definições sobre a concordância verbal nas três gramáticas do PB, a análise focará adiante na natureza dos exemplos explorados dentro dos instrumentos, isto é, nas modalidades da língua utilizadas pelos autores. Antes, porém, é preciso identificar nas gramáticas do PB a compreensão desses instrumentos a respeito do comportamento da fala e da escrita. Bagno (2012) e Castilho (2014) reconhecem as especificidades da escrita, quando comparada à fala, entretanto ambos os autores não colocam essas duas instâncias em polos rigidamente separados. Para eles, fala e escrita coabitam em um *continuum* de influência e interferência entre essas duas instâncias.

Sobre a questão, Castilho (2014, p. 222) argumenta que “[...] o exame da documentação oral ou escrita do PB não fundamenta [a] polarização. As duas variedades se dispõem num *continuum*, indo da oralidade para a escrituralidade [...]”. Indo na mesma linha argumentativa de Castilho (2014), Bagno (2012, p. 78) defende que “a língua falada e a língua escrita não são dois universos distintos, mas modalidades de uso que se interconectam, se influem mutuamente, se mesclam”. O que de fato difere a escrita da fala, conforme esclarece Bagno (2012), é o “contexto de produção” e a “edição” a que essas duas modalidades são submetidas<sup>46</sup>.

Por considerar a fala e a escrita como duas instâncias em constante conexão, Bagno (2012) utiliza, como *corpus* da GPPB, os exemplos oriundos da fala, da escrita e de exemplos criados pelo próprio autor da GPPB. O *corpus* de textos escritos, presente na gramática, foi retirado de jornais, portais eletrônicos, dissertações, bem como de textos elaborados por figuras consagradas pela tradição como Camões (1524-1580), João de Barros (1496-1570) e Antônio Vieira (1608- 1697). Bagno (2012) recorre aos escritores da literatura para provar

<sup>46</sup> Em Perini (2017), as aproximações entre a fala e a escrita não foram identificadas na GDPB.

que as regras de concordância verbal são variáveis e independentes de qualquer estágio da língua. No quadro 10, seguem os nomes dos escritores consagrados utilizados tanto para provar que as regras de concordância são variáveis quanto para provar outras especificidades do fenômeno da concordância.

Quadro 10: Escritores elencados por Bagno (2012) em sua gramática pedagógica

|              |                                                           |
|--------------|-----------------------------------------------------------|
| Bagno (2012) | Fernão Lopes, séc.XV                                      |
|              | Orto do Esposo, final do século XIV ou início do séc. XV. |
|              | Jorge Ferreira de Vasconcelos, séc XVI                    |
|              | Frei Heitor Pinto, séc. XVI                               |
|              | João de Barros, séc XVI                                   |
|              | Francisco de Moraes Cabral, séc XVI                       |
|              | Camões, Lus., IV,40                                       |
|              | Pe.Antônio Vieira, séc. XVII                              |
|              | Pe. Manuel Bernardes, séc. XVII                           |
|              | Alexandre Herculano, séc XIX                              |
|              | Machado de Assis, 1899                                    |

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Bagno (2012, p. 649-654)

Além dos exemplos extraídos da oralidade e de textos escritos, Bagno (2012) também elabora seus próprios exemplos. Dentre esses, encontram-se os paradigmas de concordância verbal das línguas latinas, italianas e espanhola, além de frases como “Eles ainda não chegou”, cuja origem o autor não aponta (BAGNO, 2012, p. 642).

Ainda no rol de exemplos elaborados pelo próprio Bagno (2012), encontram-se os paradigmas de concordância verbal. Na página 644, ao explicar que determinadas línguas já traziam na forma do verbo as indicações de número, pessoa, modo, tempo, aspecto e voz, o linguista elabora um quadro apresentando o comportamento dos verbos em latim, italiano e espanhol:

Quadro 11: Paradigma da concordância verbal em Latim, Italiano e Espanhol

| Latim         | Italiano      | Espanhol      |
|---------------|---------------|---------------|
| <b>Amo</b>    | <b>Amo</b>    | <b>Amo</b>    |
| <b>Amas</b>   | <b>Amí</b>    | <b>Amas</b>   |
| <b>Amat</b>   | <b>Ama</b>    | <b>Ama</b>    |
| <b>Amamus</b> | <b>Amiamo</b> | <b>Amamos</b> |
| <b>Amatis</b> | <b>Amate</b>  | <b>Amáis</b>  |
| <b>Amant</b>  | <b>Amano</b>  | <b>Aman</b>   |

Fonte: Bagno (2012, p. 644, destaques do autor)

Ao passo que Bagno (2012) obtém os exemplos da GPPB através de um amplo *corpus* oral e escrito, Castilho (2014) elabora a NGPB utilizando dados extraídos da fala. A *Nova gramática do português brasileiro* é fruto do *Projeto da Gramática do Português falado*, e

esse, por sua vez, foi construído com base nos dados do *NURC*; consequentemente, os dados da NGPB provêm da oralidade.

Em relação à gramática de Perini (2017), o autor argumenta que descreve o português falado em três estados: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, ao apresentar os exemplos que endossam as discussões construídas na GDPB, Perini (2017) não aponta a origem do *corpus* de fala utilizado por ele. Desse modo, os exemplos parecem ter sido elaborados pelo próprio autor. No quadro 12, segue um panorama com alguns exemplos apresentados na GDPB. Esses exemplos foram criados por Perini (2017) com o objetivo de “testar” a gramaticalidade da sentença no português brasileiro; portanto, são frases produzidas formalmente desconectadas de um contexto específico. Segue o quadro 12:

Quadro 12: Exemplos elaborados por Perini (2017) para a NGPB

- |                                                         |
|---------------------------------------------------------|
| [3] O Márcio chegou de Salvador.                        |
| [4]* O Márcio cheguei de Salvador.                      |
| [5]*Eu chegou de Salvador.                              |
| [6] Cheguei de Salvador.                                |
| [7] Eu cheguei de Salvador.                             |
| [8]*O Chico chegamos de Salvador.                       |
| [9] O Chico chegou de Salvador.                         |
| [10] *Chegou de Salvador.                               |
| [11] O Chico estava viajando. Chegou de Salvador ontem. |
| [12] Ele chegou de Salvador                             |
| [13] Quebraram a janela.                                |
| [14] Nessa fazenda planta café e milho.                 |

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Perini (2017, p. 382-386)

Os exemplos [4], [5], [8] e [10] foram apresentados por Perini (2017) para justificar que tais construções não são possíveis de serem realizadas no português brasileiro, pois, no que se refere à concordância verbal, existe uma incompatibilidade entre a desinência do verbo e o sujeito apresentado, não sendo, por isso, a concordância validada em frases como “[5] \*Eu chegou de Salvador”.

De acordo com o linguista, o problema destas frases está intimamente ligado à questão semântica, já que existe uma contradição imperando na construção. No caso do exemplo [5], o sufixo do verbo aponta para a terceira pessoa, mas o sujeito da frase, isto é, o “Eu” aponta para a primeira pessoa do discurso. Logo, frases como [5] não são possíveis de serem efetivadas no português brasileiro, principalmente no quesito da concordância.

A terceira categoria elencada nesta subseção refere-se às convergências e/ou divergências sobre o comportamento da concordância no português brasileiro. Para tanto, é

preciso contrastar as três gramáticas a fim de que esses pontos sejam considerados. No que se refere à categoria “convergência”, é mais viável que essa seja apresentada observando as três gramáticas concomitantemente.

Sabendo disso, após a leitura dos capítulos sobre a concordância verbal selecionados nas três gramáticas do PB, foram identificados os seguintes pontos de encontro: i) A concordância verbal é um fenômeno redundante; ii) A concordância verbal é variável; iii) No português brasileiro, o fenômeno da concordância passa por um processo de redução; iv) Usa-se “a gente” no lugar do pronome “nós”; v) A ordem do sujeito e do verbo na sentença impacta a concordância verbal no PB; e vi) Independentemente da classe social ou do nível de escolaridade, nenhum falante do PB utiliza sempre as regras de concordância nos moldes da tradição.

Para iniciar, o quadro 13 apresenta os posicionamentos dos linguistas a respeito da redundância da concordância verbal do português brasileiro:

Quadro 13 – A concordância como um fenômeno redundante

| <b>Gramáticas</b> | <b>A concordância é redundante</b>                                                                                                                                                                                 |
|-------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Bagno (2012)      | “A redundância da concordância verbal está presente no fato de haver duplicidade de marcação das categorias gramaticais de pessoa e número em dois elementos de um mesmo sintagma/ Ex.: <b>Eu falo</b> ” (p. 643). |
| Castilho (2014)   | “A concordância é a conformidade morfológica [...]. Essa conformidade implica, portanto, na redundância de formas [...]” (p. 411).                                                                                 |
| Perini (2017)     | “[6] Cheguei de Salvador/ [7] Eu cheguei de Salvador/ É necessário reconhecer que [7] é redundante em um ponto em que [6] não é: em [7] o Tema de cheguei é representado duas vezes [...]” (p. 383).               |

Fonte: Elaborado pela autora

O primeiro bloco de convergência identificado nas gramáticas refere-se à tese de que o fenômeno da concordância verbal é redundante. Em síntese, os elaboradores das gramáticas são unânimes em afirmar que as marcas da concordância, sobretudo nos sintagmas de pessoa e número, são duplamente marcadas na sentença. Bagno (2012) apresenta o exemplo “Eu falo”, em que tanto o pronome “eu” quanto a desinência “o” apontam para a primeira pessoa. Logo, as duas marcas são exploradas para situar a pessoa do discurso, sendo a concordância marcada duas vezes na sentença.

A segunda convergência detectada está relacionada à redução da concordância verbal no português brasileiro. Os elaboradores concluem que o fenômeno da concordância verbal no PB passa por um processo de redução, quando comparam o PB ao PE padrão. No quadro 14, segue uma síntese com os posicionamentos dos linguistas sobre a redução no português brasileiro:

Quadro 14: A redução no PB

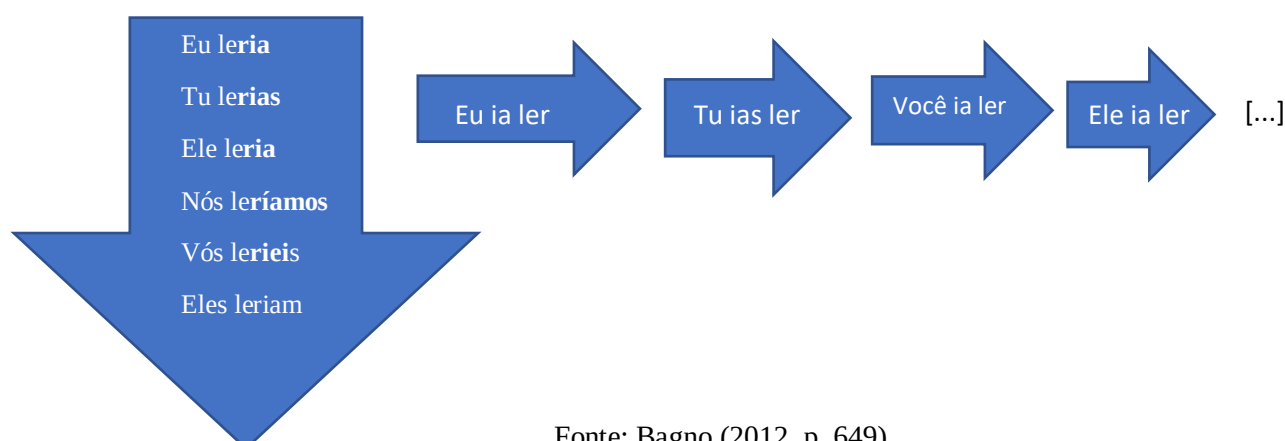
| Gramáticas      | Redução no PB                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Bagno (2012)    | “Não são apenas as desinências de pessoa e número que passam pelo ciclo das gramaticalizações. Também as desinências de modo e tempo podem se desprender do final dos verbos [...] Esse processo fica muito claro no PB na conjugação do modo condicional. Temos uma conjugação clássica paradigmática, como uma terminação própria para cada pessoa e não-pessoa, e uma conjugação contemporânea sintagmática, com o tempo e o modo expressos pelo auxiliar <i>ir</i> [...]” (p. 646). |
| Castilho (2014) | “Esse fato (simplificação do quadro pronominal no PB falado) levou o verbo a simplificar a sua morfologia. Em consequência, a concordância verbo-sujeito perderá sua importância nesse canal. Inversamente, a concordância assume importância maior no português escrito” (p. 412).                                                                                                                                                                                                     |
| Perini (2017)   | “No PB, o sistema é bem mais reduzido do que no português escrito, por causa de fenômenos como a eliminação histórica da segunda pessoa gramatical” (p. 386).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme já foi mencionado, a redução na concordância verbal do PB é legitimada através do comparativo entre o português brasileiro e o português padrão. Bagno (2012), ao explicar que algumas línguas apresentam uma relação paradigmática, optando pela morfologia, e não pela sintaxe para estabelecer a concordância, conclui que no português brasileiro, a mudança de paradigma afeta necessariamente o comportamento da concordância.

Para exemplificar como esse processo ocorre no PB, o autor da GPPB recorre ao clássico modelo paradigmático do condicional. Ao passo que no português padrão, o condicional segue um modelo paradigmático, no PB contemporâneo, o condicional está seguindo uma estrutura sintagmática em que o verbo “*ir*” comporta tanto o tempo e o modo. Na figura 3, segue a mudança de paradigma entre o português padrão e o português brasileiro contemporâneo:

Figura 3: Modo condicional no português padrão e o modo condicional no PB contemporâneo



Fonte: Bagno (2012, p. 649).

Observando o comportamento dos verbos no português contemporâneo sinalizado pelas setas na horizontal, nota-se uma redução no quadro verbal, sendo representado pelo verbo “ir” em todas as pessoas do discurso. Já a seta na vertical apresenta o modo condicional no português padrão. Nesse caso, as modificações incidem sobre a morfologia do verbo, indicando, por sua vez, a referida pessoa do discurso.

No caso de Castilho (2014), o linguista aponta que a redução no quadro pronominal do PB afeta diretamente a morfologia do verbo. Portanto, no PB falado, a concordância entre o verbo e o sujeito perderá a sua importância nessa modalidade como consequência da redução nos pronomes do português brasileiro.

Perini (2017) trata da redução no português brasileiro considerando a eliminação pronominal da segunda pessoa do discurso (tu). Embora, o linguista reconheça essa redução, Perini (2017) não considera que a segunda pessoa foi totalmente excluída do quadro pronominal do PB, uma vez que frases como “Tu gosta de camarão?”, em que o elemento “s” do verbo “gostar” é eliminado, ainda é frequente no PB, bem como a concordância do verbo com a segunda pessoa do singular ainda é realizada por “[...] falantes, em geral mais escolarizados [...]” (PERINI, 2017, p. 386).

O terceiro ponto de convergência entre os três instrumentos refere-se à defesa de que a concordância verbal no português brasileiro é um fenômeno variável. Essa conclusão é apontada, principalmente por Bagno (2012), como estratégia argumentativa a fim de desmistificar a noção de que a concordância verbal é um fenômeno fixo, tal como preconiza a tradição. Sobre a variabilidade da concordância verbal no PB, o quadro 15 contém os posicionamentos dos linguistas a respeito dessa questão:

Quadro 15: A concordância é variável

| Gramáticas      | A Concordância Verbal é variável                                                                                                                                                                                                                                |
|-----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Bagno (2012)    | “O que vale ressaltar é que essas variações de concordância estão presentes em todas as línguas e em todas as fases históricas [...]” (p. 649).                                                                                                                 |
| Castilho (2014) | “Eles mostram (os exemplos) que as regras de concordância no PB estão sujeitas a regras variáveis, dependendo de um conjunto de fatores” (p. 412).                                                                                                              |
| Perini (2017)   | “Em geral, como observei, a terceira pessoa continua distinta (Eles chegaram), mas não universalmente; nas variedades que aceitam <i>Eles chegou</i> – e que por ora são consideradas não-padrão – o sistema só admite duas formas pessoais do verbo” (p. 388). |

Fonte: Elaborado pela autora

Para argumentar que a concordância é um fenômeno variável, Bagno (2012) recorre a dezessete exemplos advindos de escritores consagrados, esses já mencionados anteriormente

no quadro 10, e de sete exemplos advindos da escrita contemporânea retirados de jornais, revistas e portais eletrônicos. Desses exemplos mencionados por Bagno (2012), foram selecionados quatro para serem apresentados, sendo dois dos dezessete exemplos de escritores consagrados e os outros dois dos sete exemplos advindos da escrita mais monitorada. A figura 4 ilustra esses exemplos:

Figura 4: A concordância é variável no PB

|                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>Os povos destas ilhas é</b> de cor baça e cabelo corredio. (João de Barros, séc XVI)</p> <p>Hoje <b>os pregadores são eu e outros como eu.</b> (Pe. Antônio Vieira, séc. XVII)</p> | <p><b>O preço médio</b> das casas vendidas no mês passado <b>caíram</b> [...] (Folha de S. Paulo, 2008)</p> <p>[...] o <b>Congresso Nacional</b>, juntamente com as forças armadas, depuseram o presidente[...] (Safatle, 2002)</p> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: BAGNO (2012, p. 649-650, grifos do autor)

Os exemplos apresentados por Bagno (2012) demonstram que tanto em autores consagrados quanto em excertos retirados de textos contemporâneos, a concordância realizada não segue os preceitos do português padrão. No excerto retirado de João de Barros, por exemplo, o verbo “ser” não concordou com o sujeito no plural. No caso de Pe. Antônio Vieira, o escritor opta pelo verbo “são” e não pelo verbo “somos”, tal qual seria preconizado pela tradição.

Em relação aos excertos retirados de textos contemporâneos, no caso da *Folha de S. Paulo*, o sujeito “o preço médio” está no singular, mas o verbo “cair” foi para o plural concordando não com o sujeito, mas com o complemento “das casas”. No segundo exemplo retirado de *Sefatle*, o sujeito “o congresso” está no singular, mas o verbo “depuseram” encontra-se no plural.

Para Castilho (2014), a concordância no PB também é variável e essa variação segue determinados fatores, tais como: a) A saliência morfológica; b) Proximidade/distância entre os verbos; c) Concordância e proximidade do verbo em relação ao sujeito; d) Posição do sujeito na sentença; e) Paralelismo; f) Nível sociocultural dos falantes; e g) Ponto de vista diacrônico.

A saliência morfológica refere-se à proximidade mórfica entre os elementos da sintaxe. Essa proximidade impacta diretamente a concordância no PB. Outro fator mencionado na NGPB, refere-se à proximidade ou à distância entre os verbos. Segundo Castilho (2014, p. 412), “quando o verbo se localiza adjacente ao sujeito, há mais probabilidade de ocorrer a concordância de que quando o verbo está distanciado”. Do mesmo modo, a proximidade do verbo em relação a posição do sujeito na frase faz com que a concordância se efetive, ou não, no português brasileiro.

Baseado em Poplack (1980) e Scherre (1988), Castilho (2014) aponta como um dos fatores responsáveis pela variação da concordância verbal no PB a questão do paralelismo. O paralelismo está relacionado com a ideia de que a presença de sintagmas no plural impulsiona outros sintagmas a irem ao plural. Nesse sentido, “marcas conduzem a marcas; inversamente, um sintagma verbal no singular leva a outros sintagmas verbais no singular, ou seja, zero conduzem a zero” (CASTILHO, 2014, p. 413).

Além desses fatores, Castilho (2014) menciona a interferência do nível sociocultural dos falantes na variação da concordância verbal, como também os impactos da diacronia na variabilidade dessas regras. Segundo a tese de Ataliba de Castilho (2014):

Do ponto de vista diacrônico, parece que as regras de concordância deixarão de ser uma propriedade gramatical visto que a colocação dos constituintes sentenciais se torna progressivamente rígida. A rigidez da colocação identifica as funções argumentais, tornando dispensável fazê-lo através da concordância (CASTILHO, 2014, p. 413).

Em Perini (2017), a variabilidade da concordância no português brasileiro é fundamentada através do caso da terceira pessoa do plural. Perini (2017) argumenta que frases do tipo “Eles chegaram” permanecem no português brasileiro, contudo esta regra não é universal, uma vez que existem falantes que não fazem a concordância entre o verbo e o sujeito, incluindo nesse rol, expressões como “Eles chegou”<sup>47</sup>.

A quarta convergência identificada refere-se ao uso do pronome “a gente” no português brasileiro. As três gramáticas apontam para a generalização do “a gente” no quadro pronominal do PB, independentemente do nível de escolaridade e da classe social dos falantes. Para uma visão panorâmica sobre o uso do pronome “a gente”, segue o quadro 16 que demonstra os posicionamentos dos autores sobre o tema:

#### Quadro 16: O uso do “a gente” no PB

<sup>47</sup> Segundo Perini (2017), algumas comunidades linguísticas aceitam frases do tipo “Ele chegou”.

| Gramática       | Pronome “a gente” no PB                                                                                                                                                                                              |
|-----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Bagno (2012)    | Além disso, também ocorreu no PB a ampla substituição no VGB (Vernáculo Geral Brasileiro), de nós por a gente, que também vale da morfologia de não-pessoa do singular: a gente fala = você fala = ele fala (p. 645) |
| Castilho (2014) | Castilho (2014) não faz menção ao uso do “a gente” na seção sobre a concordância verbal. O linguista deixa para tratar sobre o “a gente” quando vai abordar a organização do quadro pronominal no PB.                |
| Perini (2017)   | “Outra alteração que está processando é o gradual abandono do pronome “nós” em favor do “a gente” (p. 387)                                                                                                           |

Fonte: Elaborado pela autora

Bagno (2012) considera que a substituição do “nós” pelo “a gente” é ampla no *vernáculo geral brasileiro*, ao passo que Perini (2017) considera que essa substituição está ocorrendo gradualmente, pois para ele o uso do “nós” ainda é expressivo no PB, sendo mantida, inclusive, a primeira pessoa do plural sem reduzi-la à terceira pessoa. Além de substituir o “nós”, Bagno (2012) esclarece que o “a gente” pode ser utilizado para marcar a morfologia de não pessoa do singular. Neste caso, Bagno (2012), na GPPB, cita como exemplo, as expressões “a gente fala, você fala, ele fala”.

Castilho (2014) não traz exemplos sobre o funcionamento do “a gente” e suas relações com a concordância verbal, mas menciona que a redução do quadro pronominal no português brasileiro impactou a morfologia dos verbos. Por isso, é pertinente apresentar o que Castilho (2014) diz sobre o “a gente” no capítulo destinado ao tratamento dos pronomes. Sobre isso, o linguista afirma que “na primeira pessoa do plural, **nós** tem sido substituído pelo sintagma nominal indefinido *a gente*” (CASTILHO, 2014, p. 478). Portanto, o posicionamento da NGPB converge com os achados das gramáticas de Bagno (2012) e Perini (2017).

O sexto ponto comum identificado na análise das três gramáticas refere-se ao posicionamento dos elementos na sentença como fator determinante na efetivação, ou não, da concordância verbal no PB. Em Bagno (2012), a ausência de concordância verbal é identificada pelos falantes escolarizados na ordem “sujeito e verbo”, mas os falantes considerados cultos tendem a não identificar a ausência dos marcadores de número em frases na ordem “verbo e sujeito”. Para demonstrar esse achado, Bagno (2012) apresenta dois exemplos, sendo um elaborado por ele e o outro extraído do *corpus* do Nurc:

Quadro 17: A ordem dos sintagmas e os impactos na concordância verbal no PB

“**A gente vamos**<sup>48</sup> começar o serviço”;

“(471) mas **a gente podia** andar na:: na Avenida Farrapos **andávamos** em fila de SEIS naquele

<sup>48</sup> Neste exemplo, Bagno (2012) não faz referência a nenhum *corpus*, portanto acredita-se que o referido exemplo foi elaborado por ele.

tempo não tinha moviMENTo..., e ainda **fazia** ziguezague, né? para ver que hoje não dá nem para chegar uma bicicleta até ali... que é perigoso. (NURC/POA/045)”

Fonte: Bagno (2012, p. 651, grifos do autor).

No primeiro exemplo apresentado no quadro 17, o verbo “vamos” foi para o plural concordando com a primeira pessoa, muito embora o pronome “a gente” tenha o valor de terceira pessoa do singular. Este primeiro exemplo, segundo Bagno (2012), é condenado pelos falantes escolarizados e tachado como um típico erro de concordância. Entretanto, o segundo exemplo apresentado encontra-se materializado nos usos dos falantes cultos. E, ao contrário do primeiro, esse não é condenado como erro.

Na GPPB, o que faz a ausência da concordância ser identificada no primeiro caso e não ser no segundo, é o posicionamento dos elementos na sentença. A ordem “sujeito e verbo” facilita a concordância verbal, mas a ordem “verbo e sujeito” impacta e influencia a não concordância, inclusive pelos falantes considerados cultos. Através desses dois exemplos, Bagno (2012) lança a seguinte regra geral: “na ordem VS, o elemento deixa de ser analisado como sujeito e, por ocupar o lugar sintático do objeto, **não concorda com o verbo**” (BAGNO, 2012, p. 655).

Castilho (2014), ao contrário de Bagno (2012), não estabelece uma “regra geral” sobre a concordância no PB, porque na perspectiva do autor da NGPB, existe uma série de fatores responsáveis por efetivar a concordância verbal no PB. Dentre esses fatores estão a proximidade ou distância entre o verbo e o sujeito, a posição do sujeito na sentença e a questão do paralelismo. No quadro 18, encontram-se os exemplos mencionados por Castilho (2014) para justificar a concordância no português brasileiro:

Quadro 18: A posição dos elementos interferindo na concordância verbal

- (59a) “**As contas pesaram** muito na minha decisão de fazer mais economia”;  
 (59b) “**As contas** deste ano, sobretudo depois que tive um pequeno aumento salarial, **pesou** na minha decisão”;  
 (60 a) “**As roupas** que você encomendou já **chegaram**, depois de muita espera.”;  
 (60b) “**Chegou**, depois de muita espera, **as roupas** que você encomendou”;  
 (61a) “Eles **ficavam** lá os dois, mas nunca se **falarú** assim”;  
 (61b) “Então essas pessoas me **conhecem**, também **acham** que eu sou uma católica”;  
 (62a) “Então você **acha** que as pessoas do Rio, São Paulo, **fala** diferente de você?  
     - **Fala, fala** muito diferente;  
 (62b) “Tem outros que **fala** demais e num **diz** nada que se aproveite”.

Fonte: CASTILHO (2014, p. 413, grifos do autor).

Os exemplos 59a e 59b são apresentados por Castilho (2014) para justificar que no português brasileiro, quando o verbo está próximo ao sujeito, é maior a incidência da concordância verbal. Em 59a, o sujeito “as contas” e o verbo “pesaram” estão próximos, ao passo que em 59b, o sujeito “as contas” e o verbo “pesar” estão distantes. Logo, “pesou” não foi para o plural mesmo o sujeito estando no plural.

Os exemplos 60a e 60b são demonstrados por Castilho (2014) na NGPB para justificar que o sujeito antes do verbo contribui para a concordância. Em 60a, o sujeito “As roupas” aparece antes do verbo “chegar”. Estando o sujeito no plural, e antes do verbo, esse contribuiu para que o verbo também fosse para o plural. No caso do exemplo 60b, o verbo “chegar” aparece depois do sujeito “as roupas”, nesse caso, a concordância não foi efetivada.

No caso dos exemplos 61a, 61b, 62a e 62b, Castilho (2014, p. 413) utiliza-os para explicar a ação do paralelismo na efetivação da concordância. No paralelismo, “[...] a presença de um sintagma verbal marcado no plural leva a novos sintagmas verbais no plural [...]” e inversamente ocorre o mesmo processo, portanto a presença do singular em sintagmas verbais condiciona o singular nos demais verbos da sentença. No exemplo 61a e 61b, ambos os verbos foram para o plural e em 62a e 62b, a presença do singular fez com que todos os verbos permanecessem no singular.

Perini (2017) ao fazer menção à questão da ordem dos constituintes na sentença, trata apenas dos casos em que o sujeito vem antes do verbo. Nesses casos, Perini (2017, p. 387) argumenta que “[...] existe uma forte tendência a só observar a concordância com sujeito anteposto ao verbo, permitindo frases como [19]<sup>49</sup> Chegou mais de vinte pacotes para o senhor”. Perini (2017), no capítulo de concordância verbal, prioriza a relação entre os pronomes e verbos como fator importante na efetivação da concordância verbal do PB, deixando assim o posicionamento dos elementos na sintaxe em um plano secundário.

O último ponto de convergência entre os instrumentos refere-se à relação entre a concordância verbal e o nível de escolaridade e classe social. Os três instrumentos argumentam que, independentemente dos fatores sociais, os falantes do PB não fazem a concordância verbal como pauta a tradição em todas as situações de interação, inclusive na escrita monitorada. Bagno (2012, p. 641) enfatiza essa conclusão afirmando que “[...] não existe ninguém que realize a concordância em todas as circunstâncias previstas pela gramática normativa, nem mesmo em textos escritos mais monitorados”.

---

<sup>49</sup> O número dezenove que aparece nessa citação é a enumeração feita pelo próprio Perini (2017) na gramática.

Castilho (2014), por sua vez, conclui que os falantes mais escolarizados tendem a operar com um número maior de regras de concordância. Contudo, isso não significa que os falantes com o nível de escolaridade baixa não disponham de nenhuma regra de concordância. Nesse sentido, o linguista argumenta: “Pode-se reconhecer que as regras de concordância são variáveis tanto entre os brasileiros cultos quanto entre brasileiros não escolarizados. O que distingue essas classes é a seleção do fator determinante de regras” (CASTILHO, 2014, p. 413).

Perini (2017) reconhece que frases como “[18] Eles gostava de Camarão” aparecem também na fala de sujeitos escolarizados. Na frase 18, o verbo “gostava” não entra em concordância com a terceira pessoa do plural, permanecendo, assim, no singular. Nesse caso, Perini (2017, p. 387) reconhece que “os estudos realizados mostraram que frases do tipo [18] ocorrem mesmo na fala de pessoas escolarizadas, ao lado de variantes como *gostavam*”.

Ao longo desta subseção, foram explorados os capítulos das gramáticas do PB que tratavam especificamente da concordância verbal. Nessa investigação, foram apresentados os conceitos de concordância utilizados nas gramáticas, como também a natureza do *corpus* e a modalidade explorada. Após essa investigação inicial, detectou-se pontos de encontro entre as três gramáticas a respeito do comportamento da concordância verbal no PB.

Portanto, estabeleceu-se a categoria “convergência” nesta análise, porque, embora cada instrumento opte por tratar o português brasileiro ao seu modo, era necessário que pontos de encontros fossem identificados entre as três gramáticas, uma vez que essas estão lidando com uma língua autônoma e independente do PE e, conseqüentemente, era previsto que semelhanças fossem encontradas. Entretanto, mesmo elencando as convergências, é possível observar divergências nas análises sobre o comportamento da concordância verbal no PB.

A análise de Bagno (2012) apresenta certas divergências se comparada com as de Perini (2017) e Castilho (2014). Algumas dessas divergências foram citadas superficialmente na própria apresentação das convergências. A GPPB diverge da NGPB e da GDPB sobre os usos do “a gente” no português brasileiro. Para Bagno (2012, p. 654), o pronome “nós” foi “amplamente substituído no *vernáculo geral brasileiro*” influenciando uma mudança no comportamento dos verbos da língua que passaram de um sistema paradigmático para um sistema sintagmático. Nessa mudança, a flexão do verbo foi perdendo a sua importância para a distribuição do sintagma na frase.

Em Perini (2017), a conclusão não é a mesma apresentada por Bagno (2012). O linguista reconhece a presença do “a gente” no quadro pronominal; contudo, classifica essa

adesão como sendo um “processo gradual”, uma vez que ainda é presente o uso do “nós” no PB, sendo, inclusive, mantida a flexão da primeira pessoa do plural, evitando uma redução para terceira pessoa do singular. Como exemplificação, o linguista apresenta o seguinte argumento:

Outra alteração que se está processando é o gradual abandono do pronome *nós* em favor do *a gente*. *A gente* era originalmente uma expressão genérica, análoga ao francês *on*, de modo que se dizia [20] *A gente trabalha demais e ganha pouco*, mas não [21] *A gente foi no cinema ontem*. No entanto, a maioria dos falantes hoje aceita [21] (PERINI, 2017, p. 387, grifos do autor).

Para o autor da GDPB, o uso do “a gente” como um pronome é um processo que está ocorrendo no PB. Essa conclusão é obtida por Perini (2017) através de sua própria observação como professor e pesquisador. Em uma nota de rodapé, o linguista esclarece que está “[...] descrevendo um processo histórico que se verificou em Minas Gerais durante a vida [dele], e que [pôde ser observado por ele] em primeira mão” (PERINI, 2017, p. 387).

O posicionamento de Castilho (2014) sobre o uso do “a gente” embora não esteja no capítulo de concordância, conforme já foi mencionado, está presente na seção sobre a organização dos pronomes no português brasileiro. Essa seção foi citada anteriormente, embora ela não integre o bloco principal de textos explorados nessa análise, o capítulo sobre o quadro pronominal no PB foi consultado, porque, de certa forma, essa seção da NGPB contribui com a discussão sobre o comportamento da concordância verbal no português brasileiro. Em Castilho (2014), o processo de substituição do “a gente” pelo pronome “nós” também é compreendido como um processo gradual. Para ele, o “[...] nós *tem sido substituído* pelo sintagma nominal *a gente* [...]” (CASTILHO, 2014, p. 478, grifos nossos).

Castilho (2014, p. 478), inclusive, particulariza os casos em que o falante opta pelo “a gente” ou pelo “nós”. Segundo ele, o falante do PB recorre ao “nós” quando o discurso caminha como “[...] figuras da narrativa, isto é, em seu nó dramático central, predomina o nós [...]”. Já o “a gente” é utilizado quando “[...] nas sentenças de fundo (= atividades, comportamento, costumes, opiniões e generalizações) predomina o ‘a gente’”.

Outra discordância identificada está relacionada com o uso do pronome “tu”. Na GPPB, Bagno (2012, p. 645) considera que o “tu” foi “amplamente” substituído pelo “você”<sup>50</sup>, no português brasileiro. Contudo, Perini (2017) faz menção aos usos do “tu” no PB

<sup>50</sup> Para Bagno (2012, p. 645), o “você” como índice de pessoa se generalizou no quadro pronominal. O “você” “[...] perdeu o valor que tinha de tratamento desigual (do superior para o inferior) e se transformou no mais empregado índice de 2ª pessoa do singular [...]”

afirmando que, embora exista a redução na segunda pessoa no quadro dos pronomes, algumas regiões preservam o uso do “tu”, utilizando-o de dois modos: ou não marcando o “s” na desinência do verbo, ou marcando o “s” no caso de falantes mais escolarizados.

Outra divergência refere-se a questão da ordem dos sintagmas na sentença. Todas as três gramáticas concordam que a ordem do sujeito e do verbo na sintaxe afeta a concordância no português brasileiro, contudo as conclusões mobilizadas pelos elaboradores sobre essa questão são divergentes. Para Bagno (2012), quando a concordância não é realizada na ordem SV, os falantes escolarizados condenam tal construção como “erro”. Entretanto, em frases na ordem VS, a ausência de concordância não é observada, inclusive, pelos próprios falantes escolarizados.

Para provar que na ordem VS os falantes tendem a não fazer a concordância, Bagno (2012, p. 655) apresenta uma série de textos produzidos na escrita monitorada e por escritores consagrados. Ao final dessa lista de exemplos, o linguista chega à seguinte regra geral: “Na ordem VS, o elemento *s* deixa de ser analisado como sujeito e, por ocupar o lugar sintático de objeto, não concorda com o verbo”.

Entretanto, Castilho (2017), embora reconheça essa mesma regra apresentada por Bagno (2012), não considera apenas a questão da posição na sentença como critério para definir a presença ou a ausência da concordância no PB. Fatores como posição, proximidade, distância e paralelismo entram no jogo linguístico, afetando a concordância verbal.

Além dessas divergências, existem outras identificadas no transcorrer dos capítulos. Na GPPB, Bagno (2012) apresenta os impactos do “você” na substituição do “tu” e as implicações dessa substituição na efetivação da concordância. Nas palavras dele:

No que diz respeito ao PB, um importante fator na mudança da conjugação verbal foi a generalizações do índice de pessoa *você*, que perdeu o valor que tinha de tratamento desigual (do superior para o inferior) e se transformou no mais empregado índice de 2ª pessoa do singular, substituindo amplamente o *tu* como forma de tratamento íntimo informal (BAGNO, 2012, p. 645).

Embora Perini (2017) também aborde a adesão do “você”<sup>51</sup> no quadro pronominal, o linguista não considera esse uso generalizado, ao passo que o GPPB considera o uso do “você” na 2ª pessoa do singular no PB como uma norma já implantada no português brasileiro. Castilho (2014), por seu turno, traz a diacronia<sup>52</sup> para justificar que: “[...] as regras da concordância verbal deixarão de ser uma propriedade gramatical, visto que a colocação dos

<sup>51</sup> Em Perini (2017), o “você” assume uma espécie de “pessoal geral” do discurso.

<sup>52</sup> Castilho (2014), nesta citação, não traz um exemplo da diacronia para fundamentar sua projeção sobre a necessidade das regras de concordância verbal.

constituintes sentenciais se torna progressivamente rígida ” (CASTILHO, 2014, p. 413). Desse modo, para o linguista, a rigidez dos constituintes na sentença identifica, consequentemente as funções argumentais, portanto as regras de concordância deixarão de ser uma propriedade fundamental (CASTILHO, 2014).

Nesta seção, foram identificadas as concepções de concordância verbal presente nas gramáticas do português brasileiro e a relação desses conceitos com a prescrição gramatical. Das três gramáticas, a NGPB, elaborada por Castilho (2014), não traz uma crítica ao conceito de concordância apresentado pela tradição. Apenas menciona que no português escrito as regras de concordância têm um peso significativo.

No caso da GDPB, de Perini (2017), e da GPPB, de Bagno (2012), os conceitos de concordância são construídos em contraste com a noção da tradição. Bagno (2012) discorda da regra tradicional de que “o verbo concorda com o sujeito”, pois, mediado pelo conceito de “valência verbal”, o verbo, dentro da hierarquia sintática, é o sintagma de maior importância, uma vez que ele mobiliza os demais elementos da sentença. Logo, para Bagno (2012), é mais coerente afirmar que o “sujeito é responsável por concordar com o verbo”.

A argumentação de Perini (2017) segue a mesma linha de Bagno (2012). O linguista não concorda com a regra da tradição de que existe uma “harmonia” entre o verbo e o sujeito, sobretudo em casos de sentenças do tipo “sujeito oculto”, uma vez que, nesses casos, o verbo não está harmônico com o sujeito. Para Perini (2017) não há uma “harmonia” nesse tipo de sentença, porque para a GDPB, o sujeito é um sintagma nominal explicitamente presente sentenças; logo, nesses casos, o verbo não está concordando com o sujeito.

Pontuado os posicionamentos dos linguistas a respeito do conceito de concordância verbal disseminado pela tradição, os elaboradores das gramáticas contemporâneas do PB lançam suas definições sobre o fenômeno. Na GPPB, a concordância verbal é compreendida enquanto um fenômeno inerente ao processamento cognitivo, de modo que ela não está exclusivamente presa ao texto (BAGNO, 2012). A NGPB, por sua vez, compreende a concordância como uma “conformidade” entre o verbo e os demais elementos da frase (CASTILHO, 2014). Já Perini (2017) aponta para as especificidades da concordância no PB, mas argumenta que é necessária uma revisão desses conceitos tradicionais sobre a concordância verbal. Desse modo, o linguista não fecha um conceito como Bagno (2012) e Castilho (2017) em sua gramática.

Após a identificação dos conceitos sobre a concordância verbal, foi realizada uma triagem comparando as três gramáticas a fim de verificar os pontos de convergência entre os três instrumentos a respeito da concordância no português brasileiro. Seis pontos foram

verificados e eles estão distribuídos nos seguintes eixos: a) a concordância verbal no PB é reduzida; b) a concordância verbal é redundante; c) A concordância verbal é variável; d) O uso de “a gente” substituindo o “nós”; e) A posição do sujeito e do verbo na sentença; e f) A questão do nível de escolaridade e de classe social dos falantes.

A concordância no português brasileiro é reduzida se comparada com o português padrão. Nesse sentido, os linguistas concluem que os falantes não marcam todos os elementos da sentença quando o sujeito está no plural, por exemplo. É o caso da ordem na sentença, em que o verbo aparece antes do sujeito. Nesse caso, o falante tende a não fazer a concordância verbal. Outra convergência refere-se à conclusão de que o fenômeno da concordância não é fixo, mas sim variável. Para comprovar isso, Bagno (2012), por exemplo, apresenta uma série de exemplos advindos não apenas da fala, mas também de texto de autores consagrados e da escrita mais monitorada.

Castilho (2014), por sua vez, aponta que a variação está ligada a uma série de fatores, tais como saliência morfológica, paralelismo e posição na sentença. Já Perini (2017) apresenta também exemplos em que a concordância verbal no PB ocorre de modo variado. A outra convergência identificada refere-se à substituição do “nós” pelo “a gente” e os impactos dessa substituição na morfologia dos verbos no português contemporâneo. Além disso, os três linguistas são unânimes em afirmar que os falantes do PB, independentemente do nível de escolaridade, não fazem a concordância verbal nos moldes da tradição.

Além das convergências, foram detectados posicionamentos divergentes nas análises sobre o comportamento concordância verbal do PB. O uso do “a gente” é reconhecido pelos três gramáticos, mas o processo de substituição é compreendido de modo distinto entre os instrumentos. Para Bagno (2012), “o agente” já foi incorporado no *Vernáculo Geral Brasileiro*, ao passo que para Perini (2017) e Castilho (2017), esse processo está ocorrendo gradualmente no PB, uma vez que ainda existe a presença do “nós” na fala dos brasileiros e esse é utilizado em momentos específicos, a depender das intenções discursivas do falante.

Outra divergência está relacionada ao uso da segunda pessoa do discurso. Para Bagno (2012), a queda já foi generalizada, já em Perini (2017), embora linguista reconheça a queda, o autor da GDPB defende que ainda há a preservação dessa forma em algumas regiões do Brasil, ora sem a marca do “s”, ora com a marca quando se trata de alguns falantes escolarizados. Além dessas divergências, existe a conclusão de Castilho (2014) de que a diacronia da língua levará à redução na concordância verbal no PB sem a necessidade de regras

Apesar dessa projeção, Castilho (2014) não traz nessa afirmação exemplos fundados na diacronia que justifiquem esse “horizonte de projeção” (AUROUX, 1992). Bagno (2012) também recorre à diacronia para justificar a mudança de paradigma na língua. Para o autor da GPPB, o processo de mudança inerente à língua está transformando português brasileiro de um modelo paradigmático para um modelo sintagmático.

Ao longo do quarto capítulo, as gramáticas do português brasileiro foram analisadas levando em consideração os capítulos introdutórios e as seções destinadas ao estudo da concordância verbal no PB. Partindo de um trabalho descritivo alicerçado nas bases da linguística moderna, esses instrumentos surgem como uma alternativa à tradição gramatical (FARACO; VIEIRA, 2016), mas também militam e promovem o PB enquanto uma língua de fato utilizada pelos falantes brasileiros.

Desse modo, as gramáticas de Bagno (2012), Castilho (2014) e Perini (2017) reúnem uma série de pesquisas sobre o português brasileiro, desenvolvidas, principalmente, a partir dos projetos coletivos realizados entre as décadas de 1970 e 1980. Portanto, as gramáticas contemporâneas do PB servem-se desses trabalhos e a partir deles vão apresentando a língua brasileira no decorrer das discussões, gramatizando, em geral, a chamada norma urbana culta (FARACO, 2008; BAGNO, 2012).

Entretanto, a norma gramatizada nesses instrumentos refere-se ao português brasileiro falado, principalmente, nas seguintes capitais: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Porto Alegre. Logo, as gramáticas do PB tomam como referência os falantes de algumas regiões do país e a partir dessa amostra de falantes vão modelando a língua brasileira a partir das escolhas teóricas e metodológicas dos seus elaboradores.

Além disso, as gramáticas contemporâneas do PB são elaboradas em contraste com o PE padrão. Desse modo, o PB presente nas gramáticas dos linguistas é constituído tendo em vista a norma modelar da tradição (VENÂNCIO, 2016; VIEIRA, 2016). Essa escolha, por sua vez, traz implicações no reconhecimento da língua brasileira, uma vez que essa é legitimada em confronto com uma língua artificial. Sendo assim, conforme critica Venâncio (2016), o PE, nas gramáticas dos linguistas, é um interlocutor ausente.

No que se refere ao fenômeno da concordância verbal, as três gramáticas do PB convergem em seis pontos com relação a aspectos da concordância. Dentre esses seis, destacam-se, nesta síntese, a variabilidade de casos, a redução, a posição dos elementos na frase e a questão do nível de escolaridade dos falantes. Entretanto, os linguistas divergem sobre a adesão de alguns casos no português brasileiro. Enquanto Bagno (2012) considera as

interferências do “a gente” e do “você” como amplamente presente na concordância verbal do PB, Castilho (2017) e Perini (2017) compreende os usos e os impactos do “a gente” como um processo que está ocorrendo no PB.

Através da análise, ao longo deste capítulo, identificaram-se os avanços das gramáticas do PB, uma vez que esses instrumentos partem de uma concepção mais ampla de trabalho metalinguístico, pois as balizas das gramáticas do PB estão fincadas na linguística moderna. Entretanto, há limites impostos a esses instrumentos, limites inerentes ao processo de padronização e limites concernentes às pesquisas sobre a realidade do PB.

Apesar de partirem de uma proposta descritivista, a produção de gramáticas exige um trabalho de padronização, já que é preciso eleger algumas variedades linguísticas a fim de que o instrumento seja elaborado. Por outro lado, o trabalho de seleção exclui variedades em detrimento de outras. Desse modo, o português brasileiro falado em um país extenso, torna-se, nas gramáticas dos linguistas, o PB de algumas regiões do país.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar o tratamento da norma linguística dentro das gramáticas do português brasileiro e as correlações entre a concepção de norma e a noção de português brasileiro defendida dentro desses instrumentos. Partindo desse objetivo geral, elencaram-se os seguintes questionamentos como perguntas de pesquisa: *Em que medida a concepção de norma linguística desses instrumentos impacta a noção de português brasileiro defendida nas gramáticas? Se é consenso, dentro dos instrumentos, de que o PB é uma língua autônoma e legítima, até que ponto as três gramáticas desta pesquisa convergem entre si sobre o fenômeno da concordância verbal no português brasileiro? Até que ponto as gramáticas do PB recorrem aos projetos executados no passado pela Linguística brasileira para validar sua existência?*

Esses questionamos, por sua vez, levaram essa pesquisa ao encontro das discussões sobre os conceitos atribuídos à norma linguística. Partindo de Coseriu (1979), a norma é considerada uma entidade conservadora que se impõe ao falante permitindo determinados usos e coibindo outros. Portanto, no seio da comunidade linguística, há uma série de normas agindo sobre os usos dos falantes.

A proposta de Coseriu (1979) impactou a sua época, porque a “visão tripartida da linguagem” alargou consideravelmente a proposta dicotômica de “língua” e “fala” baseada nos princípios saussurianos. Após os estudos coserianos, as definições a respeito da norma foram se ampliando ao longo do tempo. Monteagudo (2011), por exemplo, vai classificar a norma em duas dimensões.

A primeira dimensão compreende a norma como uma entidade nascida no fluxo da interação; portanto, habitual e frequente na comunidade de fala. A segunda dimensão, por sua vez, compreende a norma como uma entidade impositiva e prescrita dentro de um cabedal de instrumentos metalinguísticos, sendo imposta não pelos usos, mas por gramáticas e dicionários.

Uma acepção semelhante a de Monteagudo (2011) é a definição de Faraco (2008) sobre a norma. Para o linguista, há uma norma viva e corrente no fluxo da interação e uma outra norma que é instituída por instrumentos linguísticos. Essa, por sua vez, tem o objetivo de controlar os usos, definindo o que é aceitável ou não, enquanto aquela é ditada pelos usos.

Apesar dessa diferenciação teórica, Rajagopalan (2011) argumenta que essa separação não é tão simples na prática, porque a norma viva extraída pelo trabalho de descrição linguística, embora seja de fato comprovada no uso, é conhecida através de um recorte e de

uma seleção de falantes “ideais” representantes dessa norma. Desse modo, no final do processo, a linguística opera com um movimento semelhante ao da tradição.

Outra consequência relacionada a essa diferenciação entre a norma habitual e a norma prescritiva da tradição, está relacionada ao fato de que a “norma habitual” ditada pelo uso parece ser compreendida como uma entidade que segue apenas o calor da interação e da vivacidade da modalidade oral, quando, na verdade, a norma dos falantes cultos também sofre interferência das diversas práticas letradas instituídas socialmente e utilizadas por esse grupo (SILVA; GRECO, 2010).

Associando essas discussões sobre a natureza da norma com o objetivo geral traçado nesta pesquisa, chegam-se as seguintes conclusões a respeito das gramáticas do PB: I) as três gramáticas do PB analisadas nessa pesquisa operam com a descrição de uma norma habitual, frequente e comprovadamente presentes nos usos; e II) a descrição operada nas gramáticas do PB refere-se à norma utilizada pelos falantes considerados cultos, sendo selecionada, portanto, uma norma em detrimento de outras.

Essas duas conclusões, por sua vez, permitem que este trabalho apresente algumas reflexões a respeito das gramáticas dos linguistas. Embora esses instrumentos optem pelo trabalho descritivo, afastando-se do modelo de gramáticas elaboradas pela tradição, os fins pedagógicos que estão intimamente associados ao gênero “gramática” colocam a GPPB, a NGPB e a GDPB em um paradoxo.

O fato de as gramáticas do PB estarem alicerçadas na ciência linguística não impede que o processo de padronização incida diretamente nesses instrumentos, porque a atividade de se elaborar uma gramática vai mais além do que um puro trabalho científico de descrição linguística.

Elaborar uma gramática exige que se faça seleções no *corpus* da língua. A norma descrita nesses instrumentos é a língua falada, predominantemente, pelos falantes cultos de algumas regiões do país, principalmente os falantes da região Sudeste. Nesse sentido, as seleções feitas pelos linguistas dentro das gramáticas divulgaram um português brasileiro distinto e legitimado em contraste com o português da tradição lusitana (VENÂNCIO, 2016; VIEIRA, 2016).

Em Perini (2017), o português brasileiro está na fala como uma espécie de “língua falada padrão”; consequentemente, em Perini (2017), esse português brasileiro da fala diverge do português padrão escrito. Em Bagno (2012), o português brasileiro está na fala e na escrita, inclusive nos textos de autores consagrados como Antonio Vieira e na escrita monitorada de jornais e revistas. Em Castilho (2014), o português brasileiro também está na fala, mas não

significa que Castilho (2014) não considere que ele não esteja na escrita. A NGPB descreve o PB da fala, porque o autor dessa gramática coloca como foco a oralidade.

Outras implicações relacionadas ao processo de padronização que incide sobre o fazer gramatical e impacta as gramáticas dos linguistas são as próprias divergências detectadas na análise dos instrumentos. Para Bagno (2012), o “a gente” já está incorporado ao quadro pronominal do PB, ao passo que Castilho (2014) e Perini (2017) consideram que essa substituição é um processo gradual.

Em Bagno (2012), a segunda pessoa do discurso não pertence mais ao que ele denomina de “Vernáculo Geral Brasileiro”, já para Perini (2017), embora os usos da segunda pessoa não sejam frequentes, alguns falantes do PB preservam a segunda pessoa, inclusive, marcando a concordância verbal com a desinência número-pessoal.

Castilho (2014), ao tratar da concordância verbal no PB, não lança uma regra geral, mas afirma que a efetivação da concordância no português brasileiro ocorre por uma série de fatores, que vão desde a proximidade ou distância dos elementos na sentença a questões relacionadas ao paralelismo. Bagno (2012), por sua vez, lança uma regra geral, afirmando que a concordância no PB não é efetivada quando o sujeito aparece após o verbo. Logo, o linguista opta pela posição dos termos na sentença para descrever a regra geral da concordância verbal no PB.

Na gramática de Bagno (2012), o linguista considera que as atuais regras de concordância verbal no PB estão modificando o comportamento do sistema da língua, saindo, por sua vez, de um modelo paradigmático para um modelo sintagmático. Perini (2017), por sua vez, aponta essa mudança como uma possibilidade futura, não sendo, portanto, uma realidade atual do PB.

Apesar das divergências encontradas na análise das três gramáticas, pontos de convergência foram identificados nos instrumentos. Respondendo, portanto, ao segundo questionamento levantado neste trabalho, conclui-se que o português brasileiro descrito nas gramáticas de Bagno (2012), Castilho (2014) e Perini (2017) convergem nos seguintes pontos: i) A concordância verbal é um fenômeno redundante; ii) A concordância verbal é variável; iii) No português brasileiro, o fenômeno da concordância passa por um processo de redução; iv) Usa-se “a gente” no lugar do pronome “nós”; v) A ordem do sujeito e do verbo na sentença impacta a concordância verbal no PB; e vi) Independentemente da classe social ou do nível de escolaridade, nenhum falante do PB utiliza sempre as regras de concordância nos moldes da tradição.

No que se refere à tradição, todos os três instrumentos validam e valoram a importância dela. Contudo, as três gramáticas condenam o modelo prescritivo inerente à gramática tradicional. Entretanto, apesar do discurso “antiprescritivismo” (CAMERON, 1995) ser latente nas gramáticas do PB, esses instrumentos, ao promoverem e validarem o português brasileiro, dando visibilidade à norma dos falantes cultos, até podem não prescrever como a tradição, mas acabam padronizando e, de certo modo, prescrevendo a língua brasileira.

Sobre a questão da retrospectiva na constituição das gramáticas do português brasileiro, entre os três instrumentos analisados, a gramática de Castilho (2014) é impactada pelos projetos desenvolvidos pela linguística brasileira nas décadas de 1970 e 1980, uma vez que o próprio Castilho coordenou e participou de projetos coletivos, como o NURC. Já as gramáticas de Perini (2017) e Bagno (2012), embora não mencionem esses projetos, de certo modo, foram influenciadas por esses trabalhos.

Desse modo, a presença da retrospectiva nas gramáticas do PB reforça a defesa feita por Aurox (1992) de que todo saber é resultado de uma projeção e de uma retrospectiva. Logo, os discursos, debates e projetos produzidos ao longo do tempo sobre a legitimidade de uma língua genuinamente brasileira impactaram diretamente as gramáticas contemporâneas elaboradas por linguistas no século XIX. Desse modo, o caminho retrospectivo traçado neste trabalho permitiu que fossem encontrados resquícios do “curso evolutivo” de pensamentos, saberes e teorias elaborados com o passar do tempo sobre a validação do português brasileiro como língua (KOERNER, 1996, 2014; SWIGGERS, 2010; ALTMAN, 2012).

Por fim, as gramáticas do português brasileiro são obras extensas e com um rico material. Elas são a síntese de inúmeros trabalhos publicados sobre a realidade linguística do Brasil. Esses instrumentos, por sua vez, defendem e promovem o português brasileiro como reflexo de um debate nutrido pela linguística brasileira, na tentativa de divulgar e desmistificar muitas crenças disseminadas pelos excessos da prescrição gramatical, como também pela necessidade de se reconhecer a língua deste país.

É claro que as obras são volumosas e as conclusões obtidas nesta pesquisa estão intimamente relacionadas às seleções executadas ao longo desta dissertação. Desse modo, as gramáticas do PB foram analisadas partindo de pontos específicos como a questão da norma e da concordância verbal, por exemplo. Portanto, vale ressaltar que as análises, reflexões e considerações propostas nesta dissertação estão limitadas pelo *corpus* e pela própria natureza dos instrumentos, uma vez que há uma disparidade atuando nesta pesquisa. Das três gramáticas analisadas, apenas a gramática pedagógica de Bagno (2012) lida com textos orais

e escritos, ao passo que a gramática de Castilho (2014) e Perini (2017) são instrumentos que analisam a gramática da fala.

As constatações elencadas nesta pesquisa não têm por objetivo minimizar a importância dessas gramáticas, mas apenas acrescentar possibilidades de reflexão sobre os diferentes modos de se abordar o tema do português brasileiro, nesses instrumentos. É necessário, assim, um trabalho mais extenso e aprofundado que considere não apenas a questão da concordância verbal, mas também outros fenômenos linguísticos e as implicações desses fenômenos no conceito de norma e na defesa do português brasileiro dentro das gramáticas.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **Diva**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1971.

\_\_\_\_\_. “Iracema”. In: ALENCAR, José de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1959, vol. III.

ALMEIDA, José Américo de. **O ano do nego**. Paraíba: União, 1978.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 13º. Ed. São Paulo: Saraiva, 1961.

ALTMAN, C. História, Estórias e Historiografia da Linguística brasileira. **Todas as Letras**, v. 14, n. 1, 2012. p. 14-37. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4526>. Acessado em: 09/12/2019.

AMARAL, A. **O dialeto caipira**. São Paulo: Hucitec, 1920

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

AZEREDO, J.C. DE. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Publifolha, 2008

BACHELET, Nunes. NUNES, José de Sá. **Língua Portuguesa: Gramática**. Rio de Janeiro: Azevedo e Cia, 1942.

BAGNO, Marcos; LAGARES, Xoan Carlos. (Orgs.) **Políticas da Norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

\_\_\_\_\_. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. **Não é errado falar assim! Em defesa do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. Uma gramática propositiva. In: NEVES, Maria Helena de Moura; GALVÃO, Vânia Cristina Casseb. **Gramáticas Contemporâneas do Português: com a palavra, os autores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. p. 91-111.

\_\_\_\_\_. Norma Linguística, Hibridismo e Tradução. **Revista Traduzires**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 19-32, 1º Semestre, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/traduzires/issue/view/1620>. Acessado em 15/05/2019.

\_\_\_\_\_. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 15. ed. Loyola: São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. Cinquenta anos do NURC: Das grandes realizações às novas esperanças. In: OLIVEIRA JR., Miguel (Org.). **Nurc 50 anos (1959-2019)**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019. p. 9-18.

BASTOS, N. B. HANA, V. L. H. Historiografia Linguística, História Cultural, Estudos Culturais: desafios teórico-metodológicos. **Revista Confluência**, Rio de Janeiro, n. 2, 2015, p. 99-358. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/article/view/99>. Acessado em: 08/07/2020.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. A historiografia da linguística e a retórica dos linguistas: a força das palavras e o seu valor histórico. **Revista Filologia e Linguística Portuguesa**: São Paulo. v. 18, n. 2, p. 301-307. ago-dez., 2016. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/flp/issue/view/9281>. Acessado em: 09/12/2019.

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa com exercícios**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.503, 23 de setembro de 1997. Instituto Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm). Acesso em 08/07/2020

\_\_\_\_\_. Câmara dos deputados. **Projeto de lei 1676/1999**. Dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências. Disponível: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=17069>. Acesso em: 23/04/2020.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **História da Linguística**. Petrópolis: Vozes, 1975.

CANDIDO, A.; CASTELLO. **Presença da literatura brasileira**: Modernismo, História e antologia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CANO, Wilson. A crise a industrialização no Brasil entre 1929 e 1945: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional do desenvolvimento. **Revista Economia Política**, São Paulo. v. 35, nº 3, p. 444-450, jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.rep.org.br/issue.asp?vol=35&mes=3>. Acesso em: 02/05/2020.

CARPEAUX, Otto Maria. Origens do Romantismo. In \_\_\_\_\_. **História da Literatura Ocidental**. volume 5. Rio de Janeiro: Editora Alhambra, 1981. p. 1991-2139.

\_\_\_\_\_. As revoltas modernistas. In: \_\_\_\_\_. **História da Literatura Ocidental**. Volume 8. Rio de Janeiro: Editora Alhambra, 1984. p. 1991-2139.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. **Ataliba Teixeira de Castilho e a criação do NURC**. [Entrevista concedida] a Carlos Henrique Fioravanti. Blog da Parábola Editorial, Abril de 2008. Disponível em: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/ataliba-teixeira-de-castilho-o-linguista-libertario-parte-3> Acessado em 09/09/2019. Acesso em: 09/12/2019.

\_\_\_\_\_. **Gramática do Português Falado**. [Entrevista concedida] a Amanda Barreto. Fapesp na Mídia, Setembro, 2006. Disponível em: <https://namidia.fapesp.br/gramatica-do-portugues-falado/7528>. Acesso em: 09/12/2019.

COOPER, R. L. Definitions: a baker's dozen. In: \_\_\_\_\_. **Planning and social change**. New York: Cambridge, 1989.

COELHO, Izete Lehmkuhl; MONGUILHOT, Isabel de Oliveira e Silva; SEVERO, Cristine Gorski. **Norma Linguística do Português no Brasil**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

COSERIU, Eugenio. **Sistema, norma e fala**. Madrid: In: COSERIU, Eugenio. Teoría del lenguaje e lingüística general: cinco estudios. 3. ed. Madrid: Editora Gredos, 1979.

CUNHA, Angélica Furtado da; COSTA, Marcos Antonio; MARTELOTTA, Mário Eduardo. Linguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

CUNHA, Celso; CINTRA, L. F. L. **Gramática do português contemporâneo**. Porto Alegre: 2. ed. de bolso. Lexikon, 2010.

DINIZ, Maria Helena. Norma Jurídica. In: \_\_\_\_\_. **Compêndio de introdução à ciência do Direito**. São Paulo: 20. ed. Editora Saraiva, 2009. p. 341-411.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_; VIEIRA, Francisco Eduardo (Orgs). **Gramáticas Brasileiras com a palavra, os leitores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. História das ideias linguísticas: origem, método e limitações. **Revista da ANPOLL**, n. 16, p. 143-146, jan.-jun. 2004. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/553>. Acesso em 09/12/2019.

FREITAG, Raquel Meister ko. Nurc, um banco de dados sociolinguístico. In: OLIVEIRA JR., Miguel Oliveira (Orgs). **Nurc 50 anos (1959-2019)**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019. p. 125-134.

GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo (Org). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: \_\_\_\_\_.; ORLANDI, E. (Org.). **Língua e cidadania**. Campinas: Pontes, 1996. p. 127-138.

OLIVEIRA JR., Miguel (Org). **Nurc 50 anos (1959-2019)**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

QUEIROZ, Marcos Salviano; GUGONI, Marcel Fernandes. A Nomenclatura Gramatical Brasileira em perspectiva: uma análise de historiografia linguística das contribuições e das relevâncias da NGB para o ensino de língua portuguesa no Brasil. **Revista**

**verbum:** v. 8, n. 1, p. 92-110, abr. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verbum/article/view/42448>. Acesso em 30/06/2020

KENEDY, Eduardo. Gerativismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org). **Manual de linguística**. São Paulo: Editora Contexto, 2017. p.127-140

KOERNER, E. F. K. História da Linguística. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 46, jan-jun. 2014. p. 9-22. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/wp/>. Acessado em 09/12/2019.

\_\_\_\_\_. O problema da metalinguagem em historiografia da linguística. **DELTA**, São Paulo: v. 12, n. 1, p. 95-124, 1996. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/43754>. Acessado em 09/12/2019.

\_\_\_\_\_. Questões que persistem em historiografia linguística. **Revista da ANPOLL**. Brasília: DF, n. 2, p. 45-70, 1996. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/240/0>. Acesso em 09/12/2019.

LEITE, Marli Quadros. Variação linguística: dialetos, registro e norma linguística. In: SILVA, Luiz Antônio da (Org). **A língua que falamos**. Português: história, variação e discurso. São Paulo: Editora Globo, 2005. p.183-210

\_\_\_\_\_. Alencar e a formação do pensamento crítico sobre o português do Brasil. **Língua e Literatura Revista da USP**, São Paulo, n. 27. p. 83-121, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/105441>. Acesso em 23/04/2020.

LYONS, Jonh. **Linguagem e Linguística**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

MARCUSCHI. Luiz Antônio. Fala e escrita: uma visão não dicotômica. **Revista do Gelne**, Rio Grande do Norte, nº 1, v 3. p. 1-7, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9178/0>. Acesso em 30/06/2020.

MARGOTTI, F.W; MARGOTTI, R.C.M.F. **Morfologia do português**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

MARIANI, Bethania. **Políticas de colonização linguística**. Revista do Programa de pós-graduação em Letras. Santa Maria, RS, n. 27. p. 73-82, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/issue/view/648/showToc>. Acesso em 09/12/2019.

MELO, G. C. **A língua do Brasil**. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

\_\_\_\_\_. **Alencar e a Língua Brasileira**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

MENEZES, Vera Lúcia; SILVA, Marina Morena dos Santos e; GOMES, Iran Felipe Alvarenga e. Sessenta anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos? In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 25-50.

MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma Lingüística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MONTEAGUDO, Henrique. Variação e norma linguística: Subsídios para uma (re)visão. In: BAGNO, Marcos; LAGARES, Xoan Carlos. (Orgs.). **Políticas da Norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 16-48.

NEGRÃO, Esmeralda; SCHER, Ana; VIOTTI, Evani. A competência linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à Linguística**: objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2017.

NEVES, Maria Helena de Moura. A Gramática do Português Culto Falado no Brasil. Motivações, natureza e singularidade. In: OLIVEIRA JR., Miguel (Orgs.). **Nurc 50 anos (1959-2019)**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019. p. 93-105.

\_\_\_\_\_. Defino minha obra gramatical como... In: NEVES, Maria Helena de Moura; GALVÃO, Vânia Cristina Casseb. **Gramáticas Contemporâneas do Português**: com a palavra, os autores. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. p. 68-79.

NICOLAZZI, Fernando. História da historiografia e temporalidades: notas sobre a tradição e inovação na história intelectual. **Revista Almanack**, São Paulo, SP. n. 07, p. 27-32, 1º Semestre de 2014. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=236463320140001&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=236463320140001&lng=es&nrm=iso). Acessado em 09/12/2019.

ORLANDI, Eni P. **Metalinguagem e Gramatização no Brasil**: Gramática-Filologia-Linguística. **Revista ANPOLL**, Brasília, DF, v. 1, n. 8, p. 29-39, Jan. 2000. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/issue/view/20>. Acesso em 01/06/2019.

PALÁCIO. Adair. MOURA, DENILDA. Ataliba de Castilho: O homem, o professor e o linguista. **Revista Delta**, São Paulo, SP, n. 3, v. 14, p. 1-14. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/43388/28877>. Acesso em: 09/12/2019.

PERINI, Mário. **Gramática descritiva do português brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

PETTER, Margarida. **Linguagem, Língua, Linguística**. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à Linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma linguística crítica. **Revista Línguas e Letras**, Paraná, v. 8, n. 14, p. 13-20, 1º Sem, 2007. Disponível em <http://erevista.unioeste.br/index.php/lingua-seletras/article/view/900>. Acesso em 01/02/2019.

\_\_\_\_\_. A norma linguística do ponto de vista da política linguística. In: BAGNO, Marcos; LAGARES, Xoan Carlos. (Orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 121-127.

RESENDE, Maurício. **Notas sobre competição e bloqueio de afixos: o caso das nominalizações**. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v.61, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/issue/view/1588>. Acesso 31/08/2020

ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah. **Atlas prévio dos falares baianos**. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura - Instituto Nacional do Livro, 1963

RODRIGUES, Leandro Garcia. A língua brasileira de Mário de Andrade: nacionalismo, literatura e epistolografia. **Revista todas as musas**, São Paulo, SP, n. 02, ano 4, p. 100-116. Disponível: [https://www.todasasmusas.com.br/08Leandro\\_Garcia.pdf](https://www.todasasmusas.com.br/08Leandro_Garcia.pdf). Acesso em: 09/12/2019

ROMA. **Instrução do missal romano**: os cuidados da congregação para o culto divino e a disciplina do Sacramento. Goiânia, 2002.

SANTINI, Juliana. Realidade e representação no romance regionalista brasileiro: tradição e atualidade. **Eixo e a roda**: revista de literatura brasileira. Minas Gerais, v. 2, n.1, p. 115-131, 2014. Disponível em: [http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o\\_eixo\\_ea\\_roda/article/view/5908](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/5908). Acesso em 23/04/2020.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 2012.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius Naro; CARDOSO, Rodrigues. O papel do tipo de verbo na concordância verbal no português brasileiro. **Revista Delta**. São Paulo: n.spe, v.23, p.283-17, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/delta/issue/view/1696>. Acesso em 08/07/2020

SILVA, Taís Cristóforo. **Fonética e Fonologia do Português roteiro de estudos e guia de exercícios**. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2008

\_\_\_\_\_; GRECO, Amanda. Representações fonológicas: contribuições da oralidade e da escrita. **Revista Letras de Hoje**, Rio Grande do Sul, v.45, n.1, p. 87-93, jan/mar. 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/6862/4994> . Acesso em: 30/06/2020

SILVA, Luiz Antônio. Projeto Nurc: o histórico. **Revista Linha d'Água**, São Paulo, SP, n. 10, p. 83-90, 1º Semestre, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/issue/view/3070>. Acessado em 09/12/2019.

SOUSA, S. C. T.; ROCA, M. del P. Introdução para uma compreensão ampliada de Política Linguística. In: \_\_\_\_\_. **Políticas Linguísticas**: declaradas, praticadas e percebidas. João Pessoa: Ideia, 2015. p. 7-32.

SWIGGERS, P. História, Historiografia da Linguística: *status*, modelos e classificações. **Revista Eutomia**, ano III, v. 2, dez. 2010. p. 1-17. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/1702>. Acesso em 09/12/2019.

TEYSSIER, Paul. **Dicionário de literatura brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. Eugenio Coseriu no quadro da linguística moderna. **Revista Confluência**, Rio de Janeiro, RJ, n. 55, p. 41-53, 2º Semestre, 2018. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/rc/index.php/rc/issue/view/14/showToc>. Acesso em 23/04/2020.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática tradicional**: história crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.